



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

65ª SESSÃO ORDINÁRIA NÃO-DELIBERATIVA DO DIA 21 DE AGOSTO DE 2025

(a ata desta Sessão está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sessoes/2025/agosto/ata-da-65a-sessao-ordinaria-21-08-2025.pdf/view>)

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO IRAN BARBOSA – PSOL

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, declaro aberta esta sessão. Solicito ao vereador Camilo para fazer a leitura da ata da sessão anterior.

2º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO CAMILO DANIEL – PT – LEITURA DA ATA

Ata da 64ª Sessão Ordinária, 44ª Legislatura, 20 de agosto de 2025. ([Lendo a ata da 64ª Sessão Ordinária](#)).

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

A ata está em apreciação. Não havendo quem queira apreciar, ata aprovada. Solicito ao vereador Camilo Daniel que faça a leitura do expediente e a leitura dos avisos.

1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO CAMILO DANIEL – PT – LEITURA DO EXPEDIENTE E AVISOS

Projeto de Decreto Legislativo nº 82/2025, de autoria do vereador Levi Oliveira. (Leu).

Projeto de Decreto Legislativo nº 86/2025 de autoria do vereador Marcel Azevedo. (Leu).

Projeto de Decreto Legislativo nº 87/2025, de autoria do vereador Iran Barbosa. (Leu).

Requerimento nº 321/2025, de autoria do vereador Milton Dantas. (Leu).

Requerimento nº 322/2025, de autoria do vereador Milton Dantas. (Leu).

Moção nº 86/2025, de autoria do vereador Levi Oliveira. (Leu).

Moção nº 87/2025, de autoria do vereador Iran Barbosa. (Leu).

Moção nº 88/2025, de autoria do vereador Iran Barbosa. (Leu).

Aviso: Aniversariando hoje, dia 21 de agosto, o vereador Anderson de Tuca. Aniversariando na sexta-feira, dia 22 de agosto, o meu querido pai, deputado federal João Daniel. Lido o expediente e os avisos, senhor presidente Joaquim da Janelinha.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Vamos começar o Pequeno Expediente. Convido o vereador Camilo para assumir aqui.

JOAQUIM DA JANELINHA – PDT – ORADOR

Bom dia, senhor presidente em exercício, vereador Camilo Daniel. Bom dia a todas as vereadoras, a todos os vereadores, aos servidores desta Casa, a todos que nos acompanham através do trabalho da TV Câmara. Eu utilizo o Pequeno Expediente hoje para mostrar uma preocupação que recebi ontem pelo WhatsApp do conjunto Augusto Franco, sobre uma possível mudança do itinerário da Linha 702, que é a Augusto Franco – Beira Mar. Há meses, eu utilizei esta tribuna também para fazer uma cobrança à SMTT e uma cobrança no sentido de buscar um novo estudo para podermos atender alguns condomínios ali, quem mora ali no Conjunto Augusto Franco, condomínios próximos ao Francão. Francão que, graças a Deus, está chegando no seu prazo final, a grama já está sendo implantada lá, está ficando bonito demais o Francão. Acho que, em breve, a prefeita Emília Corrêa vai estar entregando aí. E ali próximo ao Francão, nós temos o César Franco, temos o Padre Melo, tem alguns condomínios que não são atendidos por nenhuma linha de ônibus. Então, aqui... Fiz esse pedido na gestão passada, fiz aqui também agora nessa gestão para um novo estudo. Só que, ontem, nós fomos surpreendidos com essa mudança de itinerário da Linha 702, do Augusto Franco – Beira Mar. Quero dizer a todos os moradores do Conjunto Augusto Franco que vamos fazer hoje aqui essa cobrança, teremos aqui o Nelson Felipe. Eu vi ontem, estava até

acompanhando a prefeita Emília Corrêa na Coroa do Meio, uma entrega da unidade, do NAT, totalmente reestruturada, muito bonita, mais uma vez, parabênzo também a presidente Melissa, presidente da FUNDAT, pela entrega, tecnologia, um centro de beleza totalmente gratuito, os custos para a comunidade, muito importante. E acompanhando a prefeita Emília Corrêa, não deu tempo de estar olhando o WhatsApp e vi que está prevista essa mudança. Então, quero dizer a todos os moradores do Conjunto Augusto Franco que vamos fazer essa cobrança aqui hoje, pessoalmente, ao secretário, o presidente da SMTT, Nelson Felipe, o porquê da mudança desse itinerário e, nessa nova mudança, esse ônibus está deixando de atender outros condomínios que ficam ali: Praias do Nordeste, o Ponta D'alva, Praias de Sergipe, Praias do Forte. Então, deixa de atender mais cinco condomínios, a questão fica muito preocupante para os moradores do Conjunto Augusto Franco. Não sei o motivo dessa mudança de itinerário. Então, quero dizer a você, morador do Conjunto Augusto Franco, que vamos cobrar, sim. Eu tenho certeza da sensibilidade da SMTT. Se tiver algum erro, com certeza, eles vão corrigir. E nós vamos levar, sim, o retorno da SMTT, porque esse é o nosso papel, de fazer esse elo entre o Executivo e as comunidades. Eu recebi, vou conversar com o presidente Nelson Filipe e vou levar essa questão para vocês, o porquê do motivo e fazer esse questionamento, porque vai deixar de atender mais cinco condomínios ali no Conjunto Augusto Franco. Então, é muito preocupante essa situação, mas vamos conversar com o Nelson e vamos levar essa demanda e mostrar a solução para a nossa comunidade. Quero aproveitar o dia de hoje, que é um dia muito especial, um dia que está aniversariando hoje aqui, um grande amigo, e ontem ele falou aqui nesta Tribuna que é um amigo de antes do Parlamento. Eu conheci Anderson de Tuca, apesar de estar um pouquinho fora de forma, só um pouquinho fora de forma, conheci Anderson de Tuca jogando bola. A gente tinha um dia na semana que a gente praticava o esporte do futebol. Então, sempre jogando com Anderson de Tuca, conheci antes, antes de ser vereador de Aracaju, sempre simpático, sempre solícito, que teve a coragem de chegar para mim e dizer: "Olha, se você não quiser sair candidato a vereador, que você venha me apoiar". E eu disse a ele: "Olha, se eu não sair candidato, você pode ter certeza, você vai ser o meu candidato a vereador". Mas, conversando com alguns amigos, eu decidi sair candidato e, graças a Deus, tivemos êxito e o Augusto Franco tem representante. Mas, Anderson, que Deus, na sua infinita bondade, continue te abençoando. Você está no seu quarto mandato, um cara novo, um cara que é exemplo. Eu sempre converso com você, trocando experiências, apesar de ser um pouco mais velho que você, mas a sua

experiência aqui dentro do Parlamento me mostrou os melhores caminhos. Sempre digo, seus exemplos, seus projetos. Estou entregando agora, no Conjunto Augusto Franco, uma academia de ginástica... E foi uma emenda que você apresentou na antiga gestão. E eu: “Pô, que bacana”. O seu bloco, o Saudoso Tuca, que eu tive a honra de participar. Como é importante a alegria, o movimento do comércio ali do Siqueira Campos e ainda está beneficiando várias instituições. Então, meu irmão, meus parabéns. Que Deus continue te abençoando, você merece, você é um cara do bem. Só isso no dia de hoje, senhor presidente. Desejo a todos uma excelente sessão.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

O próximo orador desta manhã é o vereador Lúcio Flávio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – ORADOR

Senhor presidente em exercício, vereador Pastor Diego, obrigado pela oportunidade. Em seu nome, cumprimento os demais colegas aqui presentes nesta manhã, mas faço um cumprimento especial ao nosso colega Anderson de Tuca. Hoje é seu dia, desejo que o Senhor possa trazer novas alegrias na sua vida, nessa sua nova idade. Você que tem trazido aqui bom humor para a nossa Câmara de Vereadores, tem sido um colega generoso, por isso eu quero abrir o meu discurso aqui, saudando, felicitando, com toda sorte de bênçãos na sua vida. Além dos vereadores e dos assessores aqui presentes, eu quero saudar os servidores da Casa, os munícipes presentes, a audiência da TV Câmara e a imprensa também. Bom, primeiro eu queria fazer um registro aqui na Mesa da minha indignação, senhor presidente, vereador Diego. Já é a segunda vez que, enquanto vice-líder da prefeita e, no momento, líder em exercício, eu peço tempo à Mesa de fala, tempo de liderança, e o colega Camilo, pela segunda vez, faz uma estratégia de recomposição de quórum para que a minha fala seja cerceada. É a segunda vez que isso acontece, porque, dada a liturgia aqui da Casa, esse tempo só é permitido após o encerramento das votações, e eu queria fazer um pedido de revisão dessa decisão, porque, dessa forma, a nossa função de falar tem sido cerceada pelos próprios colegas que, ou por medo ou por algum tipo de temor, temem ouvir aquilo que é necessário ser dito. Já é a segunda vez que o vereador Camilo do PT tem medo da minha voz, tem medo da minha fala – eu gostaria que ele estivesse aqui presente –, e abre o precedente, o expediente de sair daqui do Plenário para que não haja quórum para que eu faça a defesa do tempo de liderança da gestão. Isso é um absurdo para um vereador. Eu tive praticamente a mesma votação que ele teve, o PL foi a

segunda bancada com maior votação nesta Casa, tem dois vereadores, eu represento a gestão municipal e usa-se da prerrogativa do expediente, dizer assim: “Não, recompõe quórum para que o líder não fale”. Se a gente fosse fazer isso com os demais colegas para cercear a fala de colega, eu acho que nós não entenderíamos isso como democrático, por isso, eu, conseguindo aqui a minha opinião, acho um absurdo, e o tema em tela era sobre o aluguel do carro da prefeita Emília. Saudando aqui a presença com a gravata meio amarrada do ex-vereador Nitinho, saudando e registrando a sua... Mas está de gravata. Está de gravata. Vossa Excelência é secretário, deputado, vereador, é tudo que Vossa Excelência quiser... É vereador licenciado. Saudando aqui o vereador Nitinho então; vereador Nitinho de gravata interna aqui no Plenário... Meu tempo está acabando, meu Deus. Bom, não vou conseguir falar tudo que eu quero porque eu fiquei nervoso aqui com a presença do Nitinho. Quero só registrar o absurdo que aconteceu ontem com a liberdade religiosa do nosso país. Um pastor teve ontem, ao retornar de visitas a igrejas de fora do nosso país... Veja bem, ele não estava saindo do país. Ele estava voltando ao nosso país. Ele não estava saindo, voltando, voltando de visita a igrejas, voltando com cadernos de anotações de mensagens bíblicas e teve as suas anotações, o seu celular e as suas mensagens vazadas para um monte de fofoqueiro que gosta de querer saber da conversa particular, da conversa privada, querer saber do que é que o Silas Malafaia estava falando com o Bolsonaro. Um absurdo o que está acontecendo no nosso país. E não é sobre o Silas Malafaia, é sobre: ontem, foi com o Silas e amanhã vai ser com quem? Então, quero registrar isso aqui. Por fim, eu quero dar um recado para o “blogueirinho” de esquerda que está falando besteira sobre escala de trabalho. Deixe-me falar para você do Sergipense, Sergipano, um negócio desse aí... Quem não gosta de trabalhar, não tem lugar de fala para debater escala de trabalho ou geração de emprego e renda. Quem tem pânico de carteira de trabalho não tem moral para falar de escala, para fazer lacração fingindo apoio ao trabalhador. O “blogueirinho” gravou um vídeo expondo os nomes de alguns vereadores, inclusive o meu, o do vereador Levi, os vereadores desta Casa... Ele está desafiado a debater comigo de forma séria, sem lacração, sobre geração de emprego e renda. Está aqui feito o convite público para que a gente possa debater emprego e renda de forma séria. E para tranquilidade de toda a oposição, hoje a gente vai esclarecer todos os pontos dos ônibus elétricos daqui a pouquinho. Que Deus abençoe Aracaju.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Eu quero registrar a presença aqui do amigo, ex-presidente, vereador, secretário de representações do Estado de Sergipe, Nitinho Vitale. Seja bem-vindo aqui a esta Casa, Vossa Excelência. Eu quero, neste momento também, convidar o vereador Joaquim a assumir aqui a presidência, mas antes... É Marcel, não é? Perdão. Marcel, você é o próximo orador. Antes de passar para Marcel, só responder à solicitação que o Lúcio fez para a Mesa. Estava conversando aqui com o Roberto, Lúcio, o nosso Regimento Interno, no Artigo 95, prevê que a solicitação de líder do partido para poder fazer uso da palavra ou explicação pessoal deve acontecer após a Ordem do Dia, a votação da Ordem do Dia. Então, é o que diz o Artigo 95. E, também, a questão de recomposição de quórum pode ser pedida a qualquer momento durante a sessão. Para poder ter esse pleito de Vossa Excelência atendido, deveria existir uma proposição de alteração regimental. Então, a única possibilidade seria alterando o Regimento Interno desta Casa para poder ser deferido o pleito que Vossa Excelência apresenta nesta manhã. Quero convidar o vereador Marcel a fazer uso da palavra no Pequeno Expediente.

MARCEL AZEVEDO – PSB – ORADOR

Bom dia a todos. Cumprimento a todos em nome do presidente em exercício, vereador Pastor Diego. Antes de iniciar a minha fala, eu quero deixar aqui registrado a vitória histórica do nosso Confiança ontem, não é, doutor Anderson? Levando o nome do estado Brasil afora, em todas as fronteiras, um jogo transmitido nacionalmente na ESPN e demais canais. Ontem foi um dia de extrema felicidade para todos que torcem pelo esporte sergipano, em especial os torcedores do Confiança. Ainda gostaria aqui de deixar registrado os parabéns ao vereador Anderson de Tuca, que está duplamente comemorando: a classificação do Confiança e o aniversário. Parabéns, saudações azulinas. Seguindo para o próximo ponto, pessoal, gostaria de deixar registrado aqui os parabéns à Universidade Tiradentes. Acho que vocês acompanharam ontem, que a Unit fez uma doação para a Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju de 31 cadeiras odontológicas, numa parceria da Unit com a Secretaria Municipal de Saúde, e mais de 60 kits odontológicos também. Como vocês acompanham aqui, é um pedido, uma “cobrança” nossa, minha e do vereador Maurício Maravilha também, da reestruturação do serviço odontológico no município de Aracaju que, ao longo dos anos, foi se deteriorando. Então, deixar aqui registrado os parabéns à Universidade Tiradentes, que atua fortemente na parceria junto ao município de Aracaju, trazendo mais saúde e qualidade para toda a população. Terceiro e último ponto, deixar registrado aqui que eu

protocolei um projeto de lei que visa instituir a obrigatoriedade das capacitações de primeiros socorros nas academias, nos espaços onde têm práticas desportivas, escolinha de futebol, clube de corrida... Infelizmente, temos vários casos de pessoas que acabam vindo a óbito por infarto, por um mal súbito, e os primeiros socorros não precisam ser de profissionais de saúde para serem prestados, qualquer pessoa pode realizar esse primeiro socorro. Então, logo mais teremos esse projeto aqui, peço o apoio a vocês para que a gente consiga aprovar esse projeto para trazer mais segurança para toda a população de Aracaju, já que a atividade física está cada vez mais em evidência. Vista a Orla de Atalaia aos sábados, que está lotada de pessoas praticando atividade física. Sem mais do momento, cumprimento a todos. Obrigado pela atenção. Senhor presidente, obrigado pelo espaço.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Vereador Joaquim, por favor, assumo a presidência.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – ORADOR

Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do presidente em exercício, vereador Joaquim Janelinha. Aos vereadores aqui presentes, reforço aqui minhas boas-vindas ao amigo, vereador Nitinho Vitale. Já quero parabenizar o amigo Anderson de Tuca. Tuca, meus parabéns. Feliz aniversário, que Deus abençoe sua vida, seus sonhos, sua família. Também quero parabenizar o Confiança, toda a nação que torceu pelo Confiança no dia de ontem. Um feito histórico o Confiança chegar à final da Copa do Nordeste, deixando para trás muitos times relevantes do Nordeste de primeira divisão. Então, meus parabéns ao Confiança. Agora, senhoras e senhores, parece que eu já estava imaginando o que iria acontecer nesta semana. Eu quero falar aqui de um assunto de extrema importância e extrema relevância. Pastor Silas Malafaia é um dos maiores líderes religiosos deste país, pastor presidente de uma das maiores igrejas evangélicas do país, a Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Um homem que tem se posicionado de forma corajosa contra o inquérito vergonhoso da fake news, o inquérito que é presidido pelo ministro Alexandre de Moraes, em que ele é vítima, em que ele atua como Ministério Público e em que ele é o responsável em apenar as pessoas que ele mesmo entende, ele mesmo investiga, ele mesmo traz a decretação de que são culpados. Então, o pastor Silas tem combatido esse inquérito vergonhoso, tem combatido as penas desproporcionais do dia 8 de janeiro, tem se posicionado contra todo tipo de ilegalidade que tem acontecido no nosso país. É um homem de bem, é um homem de família, é um

homem que tem endereço fixo e, no dia de ontem, ao retornar de uma agenda pastoral em Portugal, onde visitava algumas igrejas, ele foi interceptado pela Polícia Federal e foi tratado, vereador Levi, como um marginal, como um criminoso, um traficante que estava entrando no país e foi interceptado pela Polícia Federal, que teve seus cadernos de pregação apreendidos, que teve seu celular apreendido e o passaporte, impedido de sair do país sem sequer, senhoras e senhores, escutem isso, o pastor Silas Malafaia, sem sequer ter nenhuma denúncia formal contra ele do Ministério Público e já teve seu passaporte apreendido. Isso é uma vergonha, é uma ilegalidade, uma arbitrariedade que atenta contra qualquer tipo de liberdade em nosso país. Nós não podemos olhar para um fato como esse e achar que é um fato normal. Isso atenta contra a essência de um Estado democrático de direito, e pior, um inquérito sigiloso, os áudios das conversas do pastor Silas Malafaia já foram vazados pela Polícia Federal. A Polícia Federal, uma instituição tão respeitada, está trabalhando a favor de quem? A favor do ministro Alexandre de Moraes ou a favor dos interesses pessoais de quem quer que seja? Um absurdo, uma vergonha. Agora, o bom é que os áudios mostram a posição do ministro confrontando Eduardo Bolsonaro, e dizendo que não concorda com muita coisa que está sendo realizada fora do país. Então, nós estamos diante de tempos sombrios, em que a nossa democracia está fragilizada, em que a nossa democracia passa por um momento desafiador, porque ontem foi o pastor Silas Malafaia e aquilo que atinge ele me atinge, porque eu sou conservador. Amanhã, Lúcio, pode ser você, amanhã pode ser qualquer um de nós que se posicionar de forma contrária a esse absurdo que tem acontecido em nosso país. Pastor Silas não responde a nenhum processo criminal, não foi pego com dinheiro, não foi pego em esquema de corrupção. Pela sua liberdade de expressão, ele está sendo investigado e teve o passaporte apreendido, o celular apreendido, proibido de sair do país. Por quê? Por exercer a liberdade de expressão? Por declarar o que pensa? Por se posicionar de forma contrária a ilegalidades, absurdos que têm acontecido em nosso país? Goste você da direita ou não, goste você do pastor Silas Malafaia ou não, mas o que está acontecendo é uma vergonha, é um absurdo para o Poder Judiciário brasileiro, é um absurdo para o nosso país. A gente poder conceber uma tamanha ilegalidade e arbitrariedade nesse sentido. Então, toda a minha solidariedade ao pastor Silas. E digo: quem pensa que essa atitude vai pará-lo, quem pensa que essa atitude vai minimizar, pode ter certeza, o movimento vem muito mais forte. Pode ter certeza que no dia 7 de setembro vai ter o dobro de brasileiros na rua se posicionando e declarando que

“chega” de tanta ilegalidade e de tanto absurdo em nosso país. Deus nos abençoe. Bom dia.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

A próxima oradora é a vereadora Selma França.

SELMA FRANÇA – PSD – ORADORA

Bom dia a todos e a todas, saudar a Mesa, o nosso presidente em exercício, vereador Janelinha. Parabenizar o meu amigo Anderson de Tuca. Agradecer, Tuca, a você pelo carinho que sempre teve comigo e respeito, pela palavra carinhosa de “titia” muito antes de eu estar tia do governador, pois nos conhecemos desde o seu primeiro mandato. Agradecer a Deus pela sua existência e por hoje eu estar aqui neste Parlamento ao seu lado, que eu sei que você torceu, porque assim você demonstrava quando me encontrava. Que Deus lhe abençoe e que seu novo ciclo seja só de realizações de coisas boas. Parabenizar a Associação Desportiva Confiança, pela primeira vez, finalista da Copa Nordeste. É orgulho para todos nós, sergipanos, independente de que bandeira você levante. É o nosso Confiança. E, hoje, eu tenho certeza de que o céu está em festa, porque assim levou o meu pai, Aristotelino Cruz, que, com muito orgulho, foi um dos fundadores desse time; e ao meu saudoso irmão, Fernando França. Então, para nossa família é muito mais do que orgulho. Parabéns, Confiança. Garantiu 1,4 milhão de reforço financeiro importante para o clube. O nosso futebol sergipano foi visto nacional e internacionalmente, pois o jogo passou no Canal Premier, famoso mundialmente. Quero terminar agradecendo a Deus pelo retorno da nossa querida Terezinha, Perereca. Perereca, nas minhas orações, eu pedi a Deus pela sua saúde. Então, hoje, aqui nesta Casa, é só motivo de alegria. Cumprimentar também o vereador, como disse Lúcio Flávio, vereador, deputado federal, secretário, enfim, Nitinho, seja bem-vindo todas as vezes aqui nesta Casa, que esta Casa é sua, você sabe disso, e parabéns pela sua conduta em cumprimentar a todos os seus colegas aqui no parlamento. Fiquem com Deus. Vamos à luta porque o povo tem pressa.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar, MDB.

SARGENTO BYRON – MDB – ORADOR

Bom dia, excelentíssimo vereador, amigo e presidente da sessão, Joaquim da Janelinha. Bom dia a todos os técnicos desta Casa, assessores, jornalistas, pessoas que

nos acompanham através das redes sociais, TV Câmara, todos os meios de comunicação. Eu queria, Breno e Camilo, um pouquinho da atenção de vocês. Não, Camilo, é só porque o tema tem pertinência com a nossa atividade parlamentar e eu sei que interessa a todos. Diego falava há pouco do direito de liberdade de expressão. Semana passada, tivemos uma votação aqui... Isso, eu conversei com o Breno, sobre questionamentos que a gente tem recebido, Camilo e professor Iran, sobre a última votação nossa da moção de apelo para nos unirmos à deputada federal Erika Hilton. E a população, em geral, não entende, por exemplo, a eficácia de um instrumento como a moção. A eficácia de um instrumento, por exemplo, a efetividade de um requerimento de urgência, e, às vezes, pelo direito de expressão, às vezes, as pessoas ultrapassam a pessoa do vereador. Ultrapassam a figura pública e, às vezes, não têm noção de como podem atingir um familiar, vereador Camilo. Vi, muitas das vezes, representações sindicais enterrarem gestores públicos. Tem todo o direito de fazer isso, mas eu acho que, no mundo que a gente vive hoje, as ponderações são muito importantes, e os esclarecimentos também, Camilo. A competência do vereador, Anderson de Tuca, aniversariante do dia, ela é residual. Então, nós não podemos votar, por exemplo, em matéria de Direito Penal aqui na Câmara. Nós não podemos votar em matéria de Direito do Trabalho. Nós não podemos votar em matéria voltada à Seguridade Social, que atinge toda uma sociedade. A nossa competência é restrita. Por que eu estou falando isso? Imagine, vereador Tuca, você chegar em casa e sua filha lhe mostrar uma foto de você com chicote. Você é o algoz do trabalhador. Você é contra o trabalhador, vereador Tuca. E não é isso, vereador Tuca. Não é isso. Sem cercear o direito de manifestação de ideia, de conceito, mas eu acho que as ponderações são importantes, e os esclarecimentos também. Porque têm pessoas pensando que nós já decidimos a questão da redução da escala 6 por 1, que nós seremos responsáveis pela mudança que a gente nem sabe se vai acontecer, e, quando a gente manifesta um entendimento, é buscando diálogo. Eu recebi inúmeras mensagens e convidei os meus amigos, aquelas pessoas que me seguem ou não, para que eu possa entender delas o que justifica o posicionamento favorável. E a política, vereador Marcel, começa com diálogo. Lembro-me de um episódio – acho que dá tempo ainda –, no nosso primeiro mandato, que um certo sindicato de trabalhadores estampou uma foto demonizando alguns vereadores que votaram em um certo tema. E, posteriormente, esse mesmo sindicato batia às nossas portas procurando adesão a uma demanda da classe trabalhadora do município de Aracaju, à qual a gente tem competência de votar, de mudar e transformar vidas. É fato,

Camilo, servidor público que sou, filho de trabalhadores, é muito difícil você se sentir demonizado e estar na rua em algumas situações, e a gente sabe da eficácia, da eficiência desses instrumentos que a gente tem aqui na Câmara de Vereadores. E pela atuação que eu tenho tido durante os quatro primeiros anos do nosso mandato e nesse quinto ano, eu chamo a atenção disso: o direito de liberdade de expressão é garantido na Constituição, mas eu acho que todas as publicações que fazemos devem ser ponderadas pelos limites e por entender que podem atingir pessoas que não têm nada a ver com a nossa atividade parlamentar, que não têm nada a ver com as nossas escolhas, que podem ser mudadas, que não são definitivas. Através do diálogo, muitas das vezes, colegas subiram aqui e eu mudei o entendimento sobre alguma questão, porque a gente tem essa capacidade de mudança, de compreensão. Eu me lembro muito da importância da ex-vereadora Linda Brasil aqui na Câmara, porque pautas que ela tinha não eram de meu conhecimento, por causa da vivência, e mudei muita coisa. Então, o diálogo é muito importante. Eu, aqui, vereador Levi, só tenho um voto, que é o meu, e procuro convencer os colegas acerca da importância das pautas que eu defendo, da importância da aprovação daquele projeto e daquele instrumento. Então, aqui é a Casa dos diferentes, e eu entendo e espero que colegas não usem desse artifício para depreciar o trabalho de outros. Muito obrigado.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Vereador Soneca, PSD. Vereador aniversariante do dia, vereador Anderson de Tuca, União Brasil. Aproveito também para fazer um aviso aqui, convidando Vossas Excelências para a Audiência Pública que acontecerá hoje, às 14 horas, neste Plenário, com o tema: “Desafios, Políticas Públicas e Caminhos para garantir direitos da população em situação de rua em Aracaju”, de autoria da vereadora Moana Valadares.

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – ORADOR

Fala, senhor presidente. Eu ia botar minha bandeira aqui, mas, para evitar problemas, meu amigo Roberto Bonfim, que já tivemos aqui outrora. Hoje é um dia pra mim muito feliz, feliz em dobro. Para quem não sabe, para mim, ontem foi um dia marcante, não pude estar em Alagoas, porque eu tinha sessão aqui na Câmara de Vereadores, mas imagine, são 49 anos, vereador Levi, de Copa do Nordeste, e é a primeira vez que um clube sergipano chega à final. Primeira vez que um clube da nossa cidade, da nossa capital. E eu quero aqui botar um vídeo de 27 segundos dessa torcida maravilhosa. Foram mil torcedores embaixo de chuva, faltando ao trabalho, e voltando

no outro dia para trabalhar cedo. Escuta aí, dá pra ouvir? (*Exibição de vídeo*). Então, pessoal, mais de mil torcedores apaixonados. Quero aqui parabenizar a todos que puderam ir, comparecer, dar energia a uma torcida vibrante. Para quem não vive a história do Confiança, é uma coisa, assim, extraordinária, pessoal. Aqueles que não amam, aqueles que vão. Minha amiga Carol, sempre está lá na torcida, sabe que eu sempre faço questão de estar na cadeira azul, sentindo a emoção de cada torcida, e mais uma vitória. Parabéns a toda a equipe, parabéns às pessoas que fazem esse clube existir, a você, torcedor proletário, a você que estava lá assistindo, apoiando. A Câmara de Vereadores, senhores vereadores, que apoiou, a Prefeitura de Aracaju também que apoiou, o governo do Estado apoiou o nosso clube, mostrando força e vamos para essa final como time grande, não temos medo de Bahia, não. Respeitamos, mas vamos para cima. Dias 3 e 7 de setembro, vocês coloquem na agenda, vai ser essa grande final e dizer que domingo tem outro jogo importante que é contra o Guarani. Então, parabéns a toda a nação azulina. Mas, amigos, hoje também quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar vivo, de estar aqui com os senhores, de ter esse privilégio de mais um ano. São 37 anos, pessoal, muito bem vividos, muito agradeço a Deus, porque quantos queriam estar aqui? Quantos queriam entrar por aquela porta? Quantos desejaram? E eu sou muito agradecido a Deus, ao meu pai Tuca, que não está aqui presente, mas sem ele eu jamais estaria aqui. Então, meu amigo Elber sabe da minha luta, da nossa luta, mas eu sou uma pessoa muito felizada. Da vida, eu só tenho a falar: obrigado, Deus; obrigado, Aracaju; obrigado a meus amigos. E queria falar um textinho aqui para a gente fazer uma reflexão sobre a nossa vida. “Somos visitantes nesse mundo. Visitam e uma hora está partindo. Na nossa conta, somos itens de segundo. Será que a gente está gastando ou está investindo? Você está vivendo ou só existindo?”. Então, é uma ótima reflexão. Eu agradeço a Deus, aos meus amigos, muitos que eu fiz aqui neste Parlamento que eu vou levar para o resto da minha vida; servidores, assessores que me tratam muito bem, saibam que vocês fazem parte. E eu sou muito grato a Deus pela família que ele me deu, pela mãe que ele me deu, pela esposa que ele me deu, pelas minhas duas filhas maravilhosas, pela minha sogra, por todos que estão ao meu redor, saibam que eu tenho um amor e um apreço, e sou grato a Deus por tudo que eu tenho, por cada conquista, por tudo que eu consegui conquistar e que ainda vou conseguir. Deus é presente em todos os momentos, porque muitos são chamados, mas poucos são escolhidos, Levi. Que Deus abençoe a vocês e obrigado pelas felicitações de

todo mundo aí, pessoal. Um abraço. Sei que não posso dar o mundo, mas continuarei tentando.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Dando continuidade ao Pequeno Expediente, o vereador do REDE, Breno Garibalde. Pela ordem, Selma França.

SELMA FRANÇA – PSD – PELA ORDEM

Senhor presidente, justificar aqui a ausência do vereador Bigode, mas, daqui a pouquinho, ele deve estar chegando, está em demanda externa. Muito obrigada.

BRENO GARIBALDE – REDE – ORADOR

Bom dia. Bom dia, senhor presidente. Bom dia, colegas vereadores, vereadoras. Aproveitar para saudar nosso amigo Nitinho, que está aqui presente. Bom dia a todos da assessoria, jornalistas aqui presentes no dia de hoje. Iniciar, como sempre, fazendo minha autodescrição: sou um homem branco, baixo, cis, cabelos castanhos, olhos castanhos; estou vestindo uma camisa branca, um blazer azul e uma gravata xadrez azul e verde. No dia de hoje, senhor presidente, eu queria trazer um tema de algumas comunidades que andei visitando nessas últimas semanas, conversando com a população, que foram as comunidades do Marivan, comunidades do Parque Diamante, ali no Ponto Novo, e do Robalo. São comunidades que estão precisando de atenção do Poder Público. Começando pelo pessoal do Robalo, uma pauta que, inclusive, o Sargento Byron traz sempre aqui para a gente também, mas a gente precisa de muita atenção ali para aquela região. Infelizmente, como tudo que a gente fala aqui dessas áreas que foram crescendo sem planejamento, acaba chegando muita gente e a prefeitura acaba não dando conta de suprir a infraestrutura que aquelas pessoas precisam. O Robalo está com diversas ruas sem pavimentação. A questão de posto de saúde também é um problema. A gente está apenas com um posto de saúde ali, naquela região da Zona de Expansão, para atender muita gente. Então, tem um, tem outro mais na frente, mas é muito distante um do outro. Isso gera diversos problemas e muita reivindicação da população. Área de lazer, eles também não têm. Então, isso tem se tornado muito comum em Aracaju por conta da expansão urbana desenfreada e sem planejamento. A população do Marivan tem cobrado constantemente também aqui melhorias. Eles usam o Posto de Saúde do Celso Daniel, junto a todo o pessoal do Santa Maria, e daí não dá conta. Está chegando condomínio atrás de condomínio todo dia no

Marivan, e a estrutura urbana é a mesma. As vias são pequenas. Chega mais gente, só pensa em mais gente, mais gente, mais condomínio, e a estrutura urbana não dá conta. Transporte público não dá conta. Não tem ponto de ônibus na região. O pessoal sai dali da gasoduto para pegar a avenida que vai para o Marivan, o ciclista disputa espaço com ônibus, com carro, simplesmente a ciclovia acaba do nada. Isso precisa ser revisto. A gente precisa de atenção para essas pessoas. O Parque Diamante também, uma comunidade gigantesca que a gente passa, muitas vezes, ali pela Rio de Janeiro e não tem noção daquela quantidade de gente, da quantidade de condomínios que têm ali já instalados há tanto tempo e precisa de uma melhoria, precisa de uma infraestrutura viária melhor. Então, também aproveito para agradecer à SMTT que recebeu a gente com essas três comunidades para debater melhorias no trânsito daquela região. Então, fica aqui o nosso alerta para que a gente possa atender melhor essas comunidades. O Parque Diamante tem muita gente morando, uma infraestrutura viária que precisa de atenção, precisa de sinalização, precisa de quebra-molas, precisa de área de lazer, tem um campo lá dentro que precisa de infraestrutura. Então, estamos conversando com os órgãos, com a prefeitura, para que a gente possa ter um desenvolvimento urbano melhor para a nossa cidade. Então, fica essa reivindicação aqui dessas três comunidades que tive contato recentemente. Por fim, senhor presidente, queria parabenizar nosso amigo Anderson de Tuca. Não parabenizei antes, porque ele tinha dado uma saída. Tuca, meu amigo, meus parabéns, tudo de bom para você, muitas felicidades, anos de vida, que nossa Confiança, viu, Tuca? Que o nosso Confiança deslanche. Você é um cara do bem, um cara amiguelo, amigo de todos aqui da Casa, um prazer enorme fazer parte dessa legislatura com você, assim como foi na legislatura passada. Então, parabéns, meu amigo, que Deus ilumine seus caminhos sempre. Muito sucesso na sua vida e na sua trajetória. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Parabéns, vereador Breno, pela fala. Anderson de Tuca está um pouco empolgado, porque ele recebeu uma chamada de vídeo agora do presidente do Confiança, aí ele... Vereador Camilo Daniel do PT.

CAMILO DANIEL – PT – ORADOR

Muito bom dia, senhor presidente, deixe-me ver se eu consigo aqui mandar as fotografias. Bom, eu vou seguir. Não vou mostrar aqui, depois eu mostro isso. Senhor presidente, muito bom dia, Joaquim da Janelinha. Muito bom dia, Bomfim. Muito bom

dia, queridas vereadoras. Muito bom dia aos vereadores. Bom dia a quem está aqui na galeria. Muito bom dia à assessoria aqui presente. E um bom dia especial para quem nos acompanha aqui pela TV Câmara. Veja, senhor presidente, eu poderia, estava até comentando há pouco aqui com o vereador Iran, a gente poderia estar aqui agora fazendo muitos comentários a respeito daqueles áudios que vazaram ontem. Áudios que revelam aqui coisas muito graves da família Bolsonaro, a forma como um pai se porta a um filho, a forma como um pastor fala. Eu, sendo bem sincero, esperava mais respeito nas falas dessas pessoas. É muita promiscuidade nessas falas. Se eu, inclusive, colocasse essas falas aqui, eu acho que corria até risco do Conselho de Ética dessa Câmara ter algum tipo de retaliação, porque, realmente, é um absurdo falar dessa forma. Eu, agora, sou pai de uma menina maravilhosa, eu tenho, Selma, a obrigação de tratar com muito respeito e ouvir um pastor falar daquele jeito, eu fico muito entristecido com o tamanho do absurdo para que a humanidade está caminhando. Mas eu queria aqui fazer dois comentários muito importantes no dia de hoje, o primeiro: eu estive, agora pela manhã, na Universidade Federal de Sergipe, antes de vir aqui para a nossa Casa Legislativa, para acompanhar o primeiro encontro, o primeiro seminário a respeito da agricultura urbana. Veja, uma experiência muito importante que os companheiros do Motu estão organizando em dois territórios que não estão necessariamente na cidade de Aracaju, mas que é importante que a gente reverbere isso aqui nesta Casa, que é o território da Cabrita, que fica ali no município de São Cristóvão; e o território do Vitória da Ilha, que fica na Barra dos Coqueiros. É muito importante ressaltar isso, porque, no ano passado, vereadora Selma França, foi aprovado o nosso projeto de lei aqui que institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana. É objetivo nosso que, durante esse próximo período, seja aprovado, tanto no plano plurianual quanto, mais tarde, no orçamento, para que a gente tenha recurso, porque o que a gente tem de política de agricultura urbana aqui em Aracaju é uma coisa do tempo do “já foi”. Veja, em 2017, já tivemos o Projeto Cultivando Cidadania, hoje não existe mais. Então, a gente já teve experiências da prefeitura, no início da gestão do ex-prefeito Edvaldo, hoje não existe. Pelo que eu ouvi aqui, no ano passado, pelo que eu conversei muito com Ricardo Marques e com Emília, eles têm interesse de retomar isso, mas é fundamental que isso esteja no orçamento. E demonstrar projetos importantes, como é o caso que o Motu tem organizado para a gente, é fundamental nessa quadra histórica. Há uma perspectiva... O Brasil é um país que, graças ao trabalho do presidente Lula e à força do povo brasileiro, conseguiu sair do mapa da fome. Agora, a gente precisa começar a discutir sobre

alimentação de qualidade, comida de verdade e soberania alimentar. Então o nosso povo precisa produzir também o que o nosso povo consome. Isso daí é o que a gente, mais especificamente, construiu no nosso projeto de lei, é o que vamos brigar agora nesse próximo período agora desse ano para colocar no orçamento. Uma segunda coisa que eu quero tratar é que, felizmente, hoje a SMTT, acredito que a procuradoria também estará aqui, né? Já estão aqui. Felizmente, hoje, nós vamos ter, durante o Grande Expediente, os devidos esclarecimentos a respeito da interrogação que a cidade tem sobre a compra dos ônibus elétricos. Acho que é fundamental que isso seja passado a limpo, com urgência, inclusive para que a gente consiga avançar nas pautas da cidade. Eu não acredito que travar uma pauta durante tanto tempo, professor Iran... Veja, nós estamos aqui... Quanto tempo? Já vão fazer quase 15, 20 dias com um disco de uma nota só, conversando sobre uma coisa que é preciso que seja esclarecido, mas é preciso também que a gente avance e construa outras pautas, discuta sobre outros temas, que a cidade de Aracaju pede isso. Então, espero, humildemente, que seja resolvido e, se não for, nossa proposta está de pé, a construção da CPI. Acho que isso daqui é uma coisa muito importante. E nos últimos treze segundos que me restam... Ontem, já dediquei parte do meu pronunciamento, hoje vou fazer a mesma coisa. Vereador Anderson de Tuca, o senhor da Associação Desportiva Confiança, feliz aniversário. Que Deus abençoe sua vida e que tudo de bom aconteça no seu dia. Estamos juntos.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Vereador do PSB, Elber Batalha.

ELBER BATALHA – PSB – ORADOR

Senhor presidente, senhores vereadores, senhora vereadora, minha querida Selma França, munícipes nas galerias, servidores desta Casa, assessores, pessoas que nos assistem através da TV Câmara, através dos canais de comunicação. Quero fazer um cumprimento especial aos servidores da taquigrafia deste Parlamento, que registram, para a história, as nossas falas e nossa atuação. Faço minha audiodescrição: sou Elber Batalha, tenho 51 anos, um terno cinza em tom médio, camisa branca, gravata vinho claro. Uso a tribuna na manhã de hoje, inicialmente, para parabenizar meu amigo Anderson de Tuca, um querido amigo, um lutador da política municipalista de Aracaju, filho do saudoso Tuca, outro militante histórico do Siqueira Campos, que lutou pelo desenvolvimento do nosso bairro, pelo fortalecimento das tradições do Siqueira Campos e ainda o faz até hoje, através do seu bloco de carnaval e de tantas outras iniciativas que

melhoram a vida dos aracajuanos, em especial do bairro Siqueira Campos. Tuquinha, somos do mesmo bairro e nunca tivemos uma briga, uma discussão por questão de disputa de votos, porque os meus amigos são seus amigos e os seus são os meus. Então, a gente dá a liberdade deles escolherem em quem eles vão votar, e todos nós temos o compromisso de ajudarmos a mesma comunidade. Que Deus lhe abençoe sempre, lhe dê muita saúde e muito discernimento. Continue sendo essa pessoa do bem que você é. Uso a tribuna na manhã de hoje, e é uma pena que meu querido Pastor Diego não esteja aqui, porque, ontem, Diego utilizou-se da tribuna para dizer que o pastor Silas Malafaia era um emissário de Deus, um homem que estava sendo perseguido como Moisés foi na pregação do deserto. E eu vou aqui mostrar... Eu não vou ter a mesma discricção que Camilo, não. Camilo, dessa vez, foi mais elegante que eu. Eu vou mostrar o novo método de pregação evangélica. Bote o segundo vídeo, Paranhos, que eu mandei depois... (*Exibição de vídeo*). Senhores, só nesse trecho eu já ouvi mais palavrão do que em jogo do Vasco com o torcedor com raiva do time. Só nesse pequeno trecho. Você consegue assistir a um jogo do Vasco da Gama e os torcedores do Vasco, que estão com raiva, antes do 6x0, xingavam menos o time do que o pastor Silas Malafaia, que o meu amigo Diego disse que era um homem pregador de Deus, fazia isso aqui. Agora, vamos botar o diálogo construtivo dele com o ex-presidente Bolsonaro. (*Exibição de vídeo*) Isso demonstra uma relação espúria. Uma relação onde um pseudo líder evangélico, que sequer igreja tem, que se utiliza das redes sociais para fazer esse tipo de pregação falsa. Esses, Soneca, são aqueles pregadores que Jesus expulsou do templo, são esses aqui, é porque a nova versão é Malafaia e adjacências. São esses que foram expulsos lá do templo. É bom que os atuais fiéis cristãos, crentes evangélicos percebam quem são e tenho certeza de que meu amigo Diego é totalmente diferente disso aí. Equivocou-se...

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Para finalizar o Pequeno Expediente, o vereador do PSOL, professor Iran Barbosa.

IRAN BARBOSA – PSOL – ORADOR

Presidente, muito rapidamente, cumprimentar o vereador aniversariante, Anderson de Tuca. Cumprimentar o vereador Nitinho que já passou por aqui. Cumprimentar todos e todas que acompanham a Sessão. Queria, também, na manhã de hoje, senhor presidente, aproveitar o pouco tempo que tenho aqui no Pequeno Expediente para, inicialmente, fazer uma comemoração. A comemoração de nós não

estarmos, como quiseram alguns, vivendo em um momento de ditadura. Nós estamos sob a égide do Estado Democrático de Direito. O que é que isso significa? Que aqui pode ser Papa, pode ser vereador, pode ser deputado, pode ser presidente da República, pode ser pastor, pode ser o que for, todos estão subsumidos aos ditames da lei. Ninguém pode, agora, se arvorar ao título de pastor, ou de delegado, ou de deputado, ou de vereador, para fugir ao que a lei determina. Eu quero aqui fazer alguns esclarecimentos a partir de algumas provocações. A primeira delas: o que está sendo feito em uma investigação que se iniciou e que todos estamos acompanhando, não é uma investigação de alguém que é religioso. Aliás, o conceito de religião que alguns têm é bem diferente do que eu acredito. Aqui, o que o vereador Elber acabou de mostrar, expõe, inclusive, uma visão que está muito distante, não só pelo nível rebaixado da argumentação, mas também pelo discurso de ódio. O que eu aprendi é que a religião tem uma outra característica: a de buscar construir o respeito ao outro, buscar construir o processo civilizatório, de humanização. Não isso que a gente assiste, que é a produção do discurso de ódio a todo instante, provocativo. Agora, não quero me alongar, mas quero aqui dizer o seguinte: não é verdade que estão, neste momento, investigando um pastor, estão investigando alguém que foi representado pela Polícia Federal... Nós estamos dentro do Estado Democrático de Direito. Essa representação da Polícia Federal, baseada em indícios, teve manifestação favorável da Procuradoria-Geral da República, e teve decisões, através de medidas cautelares, do Supremo Tribunal Federal. É o devido processo que está em andamento, como vale para qualquer cidadão em um estado laico, como é o Brasil, e em um Estado Democrático de Direito. Eu não posso me esconder atrás do véu da minha condição de vereador, de deputado, de pastor, de presidente, de ex-presidente, para tentar me abstrair das obrigações legais. E perguntam: “Por que é que ele está sendo investigado? Será que é porque ele estava pregando a palavra de Deus?” Não. Resposta à pergunta de por que ele está sendo investigado: porque existe uma representação da Polícia Federal, a partir dos desdobramentos de um inquérito que já está em andamento, que todo mundo conhece, que investiga a possível participação, a suposta participação do pastor em tela no cometimento de crimes. Quais são os crimes? Vou dizer aqui por que é que ele está sendo investigado. Coação no curso do processo, tem previsão na legislação brasileira, e qualquer cidadão que tenta, durante o curso de um processo em andamento, coagir aqueles que estão julgando, tem que responder por isso. Ou será que, pelo fato de alguém ser pastor, pode promover coação no curso do processo? Não está lá no Código Penal: excepciona-se desse tipo de crime os pastores.

Não está, não. Ele tem a obrigação de responder, ainda na condição de pastor. Segundo crime: obstrução de investigação envolvendo organização criminosa. Vou repetir: obstrução de investigação envolvendo organização criminosa. Há uma investigação em curso e há uma tentativa, não só dele, de muitos, e é preciso que a gente fique atento. Há muitos querendo obstruir o andamento desse processo, dessa investigação. Isso é crime previsto na Lei nº 12.850/2013, é crime e todo mundo está sob essa lei. E o terceiro crime: abolição violenta do Estado Democrático de Direito, conforme o Código Penal. Eu, daqui do meu lugar, torço para que ele responda, não como na ditadura, que a gente não tinha direito ao devido processo legal. Ele tenha direito a todos, ele e todos que estão sendo processados, direito a responder, a se defender, se forem julgados inocentes, que sejam inocentados, e se forem culpados, que paguem pelos seus crimes, apesar dos títulos que querem ostentar. Pastor não está acima da lei, não, pastor também é cidadão. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Pela ordem, o vereador Vinícius Porto.

VINÍCIUS PORTO – PDT – PELA ORDEM

Eu queria parabenizar hoje o aniversário de três ilustres pessoas. Primeiro, meu querido amigo Sandro Emílio, o nosso Coringa. Parabéns, meu irmão, muitas felicidades. Depois, também, o aniversário de um dos maiores advogados do Estado de Sergipe, doutor Aurélio Belém, hoje está fazendo mais um ano de vida. Meu querido amigo e meu irmão, Aurélio Belém, parabéns e muitas felicidades. E também, hoje, é o aniversário do nosso querido amigo, vereador Anderson de Tuca. É o grande torcedor do Confiança, ex-vice-presidente, conselheiro, amigo. Parabéns, meu irmão, muitas felicidades, saúde e paz. Ontem, uma pessoa disse: “Que noite maravilhosa...” Não fui eu que disse, não, foi um amigo. “Começou com a vitória do Juventude, depois a vitória do Flamengo, depois a vitória do Confiança. Que noite perfeita”. Portanto, senhor presidente, queria parabenizar a Pedro Dantas. Parabenizar a Petrócio. Parabenizar a Júnior da Cat. Parabenizar a Landis, que é o nosso presidente do conselho. Parabenizar a Massa Azulina.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

A sessão está suspensa.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Reaberta a sessão. Vamos dar início à nossa sessão para ouvirmos as explicações acerca da aquisição dos ônibus eletrônicos por parte do Executivo. Não se trata aqui de um ato inquisitório. Não se trata aqui de nenhum tipo de ato ligado a alguma acusação concreta e formal. É um momento em que o Executivo oportuniza a gente de esclarecer algumas dúvidas, termos acesso a informações mais detalhadas e que, muitas vezes, não conseguimos. Eu espero que a gente possa exaurir todos os questionamentos, que a gente possa não deixar também nenhuma dúvida. A sessão é gravada, é também importante que todos que vierem aqui prestar esclarecimentos por parte do Executivo saibam que não podem faltar com a verdade. A sessão está sendo gravada e isso aqui tem todo um rito, e vamos manter a urbanidade e o respeito mútuo. Convido, neste momento, para fazer parte da Mesa, o senhor Nelson Felipe, que é superintendente da SMTT. Convido também o doutor Hunaldo Mota, que é procurador-geral do município. Convido o senhor André Costa, que é representante da empresa de ônibus TEVX. Enquanto eles se dirigem aqui à Mesa, a gente já está fazendo a inscrição de alguns vereadores. Elber pediu para falar, é o primeiro. A sessão será feita, primeiro, ouvindo o Executivo, a gente vai ver como que eles querem se organizar aqui. Primeiro, os três fazem um preâmbulo, fazem uma exposição de como é que o processo se deu e, a posteriori, nós iremos abrir para que os vereadores façam os seus questionamentos. Então, eu vou solicitar... Quem quer falar primeiro, doutor Hunaldo ou Nelson? Nelson. Eu vou pedir ao Nelson que faça, primeiro, o panorama geral, apresentando as justificativas para a aquisição dos ônibus elétricos, explicando todo o processo, como se deu, e, a posteriori, a gente abre para que os vereadores façam os questionamentos. Vamos deixar para fazer os questionamentos após a fala dos representantes do Executivo, para que a gente não tenha uma interrupção que atrapalhe o andamento. Vinícius, é questão de ordem ou é algum encaminhamento? Não? Para se inscrever? Então, Vinícius é o segundo. Vamos lá. Está com a palavra o superintendente da SMTT... Camilo é o terceiro, Fábio Meireles é o quarto. Ok. Tuca. Diego. Vamos lá? Pode falar, Nelson.

NELSON FELIPE – SUPERINTENDENTE DA SMTT

Bom dia. Bom dia a todos. Presidente, bom dia, obrigado pelo convite de vir aqui tentar esclarecer alguns fatos que são colocados aqui na Câmara de Vereadores, a Casa do Povo de Aracaju. A nossa missão aqui, como disse a prefeita Emília Corrêa, é tirar todas as dúvidas possíveis dos senhores vereadores. E, como o próprio presidente colocou, eu já queria iniciar a minha fala falando um pouco sobre a questão dos próprios

ônibus elétricos. Os ônibus elétricos, hoje, no país, são uma tendência irreversível. Não temos como voltar mais atrás a esse tipo de mobilidade, chamada eletromobilidade. Nós temos, hoje, no país, uma renovação completa da frota, a frota de transporte público. Em São Paulo, por exemplo, desde o ano de 2023, já não se pode mais – já é proibida – a compra, a entrada no sistema de ônibus movidos a diesel, nem os Euro 6 podem mais, somente ônibus elétricos podem entrar na frota de ônibus da cidade de São Paulo. Outras cidades também já estão se modernizando nesse sentido, a exemplo do Rio de Janeiro, que agora, há poucos dias, também fez uma licitação com um número considerável de ônibus elétricos. Niterói, também no estado do Rio de Janeiro. Outras cidades e capitais do país, tanto cidades do interior com um volume alto de população, de transporte, assim como boa parte das capitais do país, estão migrando para esse tipo de mobilidade. Então, é algo que não se tem mais como retornar, não tem mais como voltar atrás. É aquele tipo de mobilidade que é o mais limpo, aquele que mais colabora com a ecologia, com o meio ambiente, o vereador Breno Garibalde pode confirmar isso. Tivemos algumas consultas, ontem mesmo, com o governador, que falava sobre a questão do ônibus a gás. O ônibus a gás é, por incrível que pareça, mais poluente do que o próprio ônibus Euro 6, que já é um dos menos poluentes que existem, a diesel, mas o gás consegue ser mais poluente do que o Euro 6, então, por isso, essa situação da inviabilidade é uma delas. A segunda questão relacionada ao ônibus a gás também é em questão da sua infraestrutura, que é extremamente cara para a implantação, cada bico de abastecimento a gás custa em torno de R\$ 1,5 milhão para fazer apenas o bico de abastecimento. Então, por isso que... Também é um dos motivos de ser escolhido o ônibus elétrico. A infraestrutura do ônibus elétrico, é bom que se diga, é uma infraestrutura relativamente simples, não tem muita mais complexidade. Há uns anos, alguns anos atrás, existiam algumas especificidades no ônibus elétrico que eram realmente perigosas. Hoje, com a evolução da tecnologia, já foram praticamente superadas e eu posso citar exemplos disso, o carregamento é uma delas. O carregamento do ônibus elétrico hoje demora em torno de duas horas apenas para ter a carga completa e roda 300 km facilmente na cidade. Essa quilometragem é além da maior quilometragem de Aracaju, que é rodada pela maior linha de Aracaju. Essa linha roda em torno de 260 km por dia, ou seja, temos 40 km ainda de crédito, de bateria. Então, assim, é um carregamento muito rápido. Antigamente, falava-se também da questão... Até teve uma reportagem na TV Sergipe, nessa semana, se não me engano, alguém de Recife falando sobre a questão da carga de energia. E a tensão, realmente, tem que ser

calculada, é uma questão de engenharia. Acredito que aqui, entre os parlamentares, deva ter alguém da área de engenharia e sabe que todo projeto tem que ser dimensionado, você tem que ter a exata medida daquilo que você vai gastar e de como você vai carregar. Então, em alguns lugares onde deu sobrecarga, até se fala que a energia caiu e tudo mais, é porque não houve um dimensionamento correto da energia. Aqui em Aracaju, contrariamente, os carregadores que já foram instalados, quatro carregadores, eles foram instalados com todo o cálculo necessário e justamente próximo a mais ou menos 50 metros de uma subestação, justamente para que não houvesse essa situação da queda de energia em nenhum tipo de bairro. Toda a infraestrutura foi montada em cima de estudos técnicos feitos não só pela empresa, mas também pelos engenheiros elétricos da EMURB, que acompanharam todo o processo, e aprovada pela Energisa após todos os projetos que foram apresentados. Algumas correções foram necessárias, foram feitas e, depois disso, implantados e os ônibus carregados. Então, aquela matéria que passou na TV Sergipe dizendo que os ônibus não estavam rodando por falta de capacidade energética da rede não é verdade. Os ônibus, os 15 ônibus que foram adquiridos, foram carregados e rodaram na cidade até aquela situação da medida cautelar do TCE, que nós resolvemos retirar os ônibus preventivamente, uma vez que a medida não deixava claro se era para os ônibus rodarem ou não, uma vez que a cautelar mandava suspender o pagamento. Então, quando a gente suspende o pagamento de algo que a gente nem iniciou a pagar, como é que eu vou rodar com uma coisa que não paguei? Então, preventivamente, a prefeita solicitou que fossem retirados até que se definisse a situação da cautelar, que eu acredito que, apesar de ser também da área jurídica, mas isso o doutor Hunaldo pode esclarecer com mais propriedade, uma vez que é da área dele, eu não costumo atravessar nas áreas dos outros colegas secretários. Voltando à questão em si dos ônibus elétricos, o processo todo foi feito de forma tranquila, pesquisada, analisada, toda ela feita sem nenhum problema. Fomos em busca do processo licitatório e todos sabem aqui que a Ata de Registro de Preços é parte de um processo licitatório, é um modelo de processo licitatório. A única situação que a gente pode falar da Ata de Registro de Preços é que quem adere a uma Ata de Registro de Preços não tem o trabalho de fazer todo aquele processo que o órgão que fez, faz. Ou seja, o município de Belém teve todo o trabalho de buscar, de pesquisar, de fazer todo o processo licitatório, através do edital que eles lançaram, todos os cuidados, faz a contratação, logo após isso, a ata é aberta. Logicamente, como o Município, que poderia ser o Estado ou a própria União, fez todo esse trabalho, ele abre e todo mundo sabe também, todos os senhores

sabem, que a Ata de preço tem validade de um ano, podendo ser renovada por mais um, que, inclusive, foi renovada agora no mês de maio. Em maio, ela foi renovada por mais um ano, ou seja, mais uma prova de que não havia nenhum tipo de irregularidade nessa ata. E nós, então, aderimos a essa ata que era a única Ata vigente e aberta no Brasil em 2025. Não havia nenhuma ata aberta para compra de ônibus 100% elétrico no Brasil em 2025. Foi falado, e eu quero aproveitar aqui, presidente, que foi comentado a questão da ata de Cascavel, no Paraná. A ata de Cascavel, no Paraná, e eu acredito que até o André vai falar daqui a pouquinho e vai demonstrar na tela para vocês. A ata de Cascavel não só foi encerrada em 2023, se não me falha a memória, ela foi encerrada e, o mais importante, a cidade de Cascavel, o município de Cascavel, não permitiu adesão de ninguém. Ele não abriu a ata para adesão de ninguém, porque para você aderir à ata, o Município tem que autorizar essa adesão. Cascavel não autorizou absolutamente ninguém a aderir, e foi em 2023. A gestão atual entrou em 1º de janeiro de 2025. Então, já não tinha mais como se aderir à ata de Cascavel. Falou-se também sobre a cidade de São Paulo, e é importante a gente dizer, presidente, que a cidade de São Paulo não faz licitação de compra de ônibus, o que ela faz é uma situação extremamente diferente. Ela tem o valor que é comprado o ônibus, por exemplo, um ônibus, hoje, Euro 6, custa em torno de R\$ 1,1 milhão. A empresa paga esse R\$ 1,1 milhão e a Prefeitura faz o complemento desse valor para comprar o ônibus elétrico. É assim que funciona em São Paulo. Não há licitação, nem adesão à ata, nem nenhum outro meio de processo licitatório na cidade de São Paulo para a compra de ônibus. Isso aí eu posso dizer, porque eu fui lá pessoalmente procurar saber, até porque dois colegas da PRF são o presidente e o vice-presidente do DETRAN São Paulo e, também, na própria CET, que faz a parte do controle de trânsito e também fui... Agora não me recordo a sigla da empresa pública que faz o controle do transporte público lá em São Paulo, acho que é Empresa Paulista... Alguma coisa... Acho que é SPT, alguma coisa assim. Não me recordo agora, mas fui lá. SPTrans, não é isso? SPTrans. E fui pessoalmente procurar saber essas informações e obtive tudo isso. Ou seja, a única ata que havia aberta para a aquisição de ônibus 100% elétrico no Brasil era a ata da cidade de Belém, no estado do Pará. Por que escolheu a ata? Lógico, por que é que você escolhe uma Ata de Registro de Preços? Ata de Registro de Preços lhe dá rapidez e eficiência naquilo que você quer. Como é que funciona uma Ata de Registro de Preços? Apenas a título exemplificativo. Uma Ata de Registro de Preços funciona como um supermercado onde você tem, na prateleira, o item que você quer. Você vai e você... Quando você adere àquela ata, você

pode ou não comprar, você apenas pediu autorização para aderir. Você chega lá, tem o dinheiro? Tem. Eu vou lá e compro o produto que eu quero. No caso específico, o produto eram os ônibus elétricos. Então, eu vou lá na prateleira da ata de registro e compro os ônibus. No caso, aqui em Aracaju, nós fomos autorizados à adesão da ata de Belém, e então fizemos todo o trabalho de contratação dos 15 ônibus elétricos, que hoje é o motivo da nossa vinda aqui à Câmara de Vereadores. Outra questão que foi suscitada também aqui nesta Casa, foi a questão do modelo do veículo. Eu queria até, vereador Lúcio, se o senhor puder, aquela tabelinha que fala dos modelos dos veículos que eu lhe passei, se puder colocar ali na tela, seria importante, até para demonstrar... Falava-se muito que o modelo do veículo era básico. Gente, ônibus não é igual a carro de passeio. Quando você compra o carro de passeio básico, ele é aquele carro pelado, digamos assim, o Gol “pé duro”, aquele é o carro básico. No caso de ônibus básico, ele é uma classificação da ABNT, ou seja, da Associação Brasileira de Normas Técnicas. No caso, vocês estão vendo ali, Tipo 1 básico. É aquele modelo que tem 12 metros de comprimento e que está ali. Ali é o básico. Não quer dizer que ele não tem nada, que ele é o pelado, o “pé duro”. A ABNT classificou esse modelo de ônibus como modelo básico, assim como, logo abaixo dele, você tem o padrão, um pouco mais abaixo você tem o articulado e, por fim, o biarticulado. Aqui em Aracaju, nós temos do modelo micro, temos três micros. Não temos mais midi, já tivemos midi aqui em Aracaju, na época da gestão do saudoso João Alves Filho, nós tínhamos alguns midi. Temos alguns modelos básicos do mesmo tamanho do elétrico que foi adquirido. Temos, também, boa parte dos modelos que são modelos padrão, que são veículos de 13,2 metros. E temos, se não me falha a memória agora, seis veículos que são articulados. Biarticulados, não temos nenhum. Biarticulado, eu acho que todos vocês também conhecem, é aquele modelo usado no BRT em Curitiba, em Goiânia, no Rio de Janeiro, que são os modelos biarticulados, que é para localidades onde a população é extremamente grande e precisa desses modelos para fazer um transporte mais confortável. Dito isso, também é bem interessante que se fale sobre a questão, e eu vou até pedir para o André depois apresentar na fala dele, quando se fala do preço dos veículos. Veja, o André, daqui a pouquinho, vai demonstrar para vocês, e eu vou falar do que nós, enquanto administração, enquanto gestão, até imitando o presidente, Poder Executivo, fizemos. Tivemos o cuidado de buscar, em todo o Brasil, o melhor modelo para Aracaju, e melhor em todos os sentidos, não somente na questão de ser um ônibus elétrico, não, nós procuramos... Primeiro ponto, é bom que se explique também aos senhores que

hoje, no Brasil, existem dois tipos de ônibus que se dizem elétricos. Existem aqueles elétricos de nascença e existem os ônibus que foram eletrificados. Ou seja, vocês lembram lá atrás, no período... Bom dia, vereador Levi. No período do carro a álcool, que havia aquela transformação para o carro a álcool, o pessoal mudava da gasolina para o álcool, depois, mais recentemente, o pessoal mudava da gasolina para o gás, e por aí foi. A mesma coisa aconteceu com algumas fábricas do carro elétrico, do ônibus elétrico... O carro não, mas os ônibus, muitas vezes, fizeram isso. Por quê? Eu explico. Geralmente, e é uma situação bem normal, os ônibus são feitos de duas partes. Compra-se o chassi, com pagamento à vista para o chassi, você não pode pagar depois. Compra-se o chassi. A empresa passa, a fábrica, no caso, seja ela a Mercedes, a Volvo, a Volks, qualquer uma delas, a montadora monta o chassi junto com o motor e entrega à encarregadora. O que é que acontece na questão dos ônibus eletrificados? As empresas montadoras montam o chassi com os eixos, rodas e tudo mais, não colocam o motor, e aí mandam para a fábrica dos motores elétricos. Posso até dar um exemplo de uma, eu fui lá pessoalmente visitar em Campinas, a fábrica, por exemplo, da Eletra. A Eletra é uma fábrica nacional que fornece motores elétricos para ônibus. Então, ela pega o chassi de qualquer uma dessas montadoras, adapta um motor elétrico... E eu vou dizer a diferença já já de uma para outra. Ela adapta o motor elétrico e depois manda para a encarregadora, que pode ser a Caio, pode ser a Scania, pode ser a Marcopolo, qualquer uma delas. E então você tem três processos: você compra o chassi, você manda colocar o motor elétrico e depois você manda colocar a carroceria. Tudo isso leva, pelo menos, nove meses para que o ônibus que você comprou chegue ao seu destino. No caso do ônibus 100% elétrico, ele nasce elétrico, o projeto dele já é elétrico de natureza. Primeiro, porque ele é um ônibus monobloco. Não sei se todos aqui... Acho que todos aqui gostam de carro, devem saber muito bem o que é um veículo monobloco. Veículo monobloco é uma coisa só, entre carroceria e chassi. É um inteiro, um bloco, como o próprio nome já diz, monobloco, um único bloco. Ele já nasce dessa forma e já nasce elétrico, ele não tem adaptações do modelo, ele já nasce elétrico, já é concebido em seu projeto para ser elétrico e, por isso, é que ele tem a entrega completamente 100% elétrica. Outro detalhe que é importante frisar na questão do próprio ônibus elétrico que a gente adquiriu aqui e preferimos esse em detrimento de poucos outros que têm no mercado, que é o quê? Há um tempo, dois, três anos atrás, a tecnologia do ônibus elétrico, assim como a dos carros elétricos, estava ainda engatinhando. Então, você tinha, por exemplo, as baterias dos ônibus elétricos ou eram no piso ou atrás, lá perto do

motor elétrico. O motor elétrico do ônibus elétrico, geralmente, fica ali próximo ao eixo traseiro para dar justamente a tração. Então, geralmente, essas baterias eram ali. Vimos, inclusive, acho que o último episódio desse que tivemos, foi em São Paulo, no início desse ano, se não me falha a memória, em janeiro, em que um ônibus elétrico incendiou lá em São Paulo, dos primeiros que eles compraram. A primeira cidade a comprar ônibus elétrico em frota foi São Paulo e um desses incendiou após uma colisão. Isso hoje já não acontece mais. Primeiro, porque a bateria de lítio, e todo mundo sabe, todos nós sabemos que o lítio é um metal de um poder calorífico muito grande, e ele, naturalmente, não apaga, ele pega fogo até se consumir por inteiro. Só que a indústria procurou a tecnologia e, hoje, as baterias de lítio, tanto dos ônibus como dos carros elétricos, elas são envolvidas completamente em um líquido refrigerante, que não deixa sequer uma faísca acender a bateria. Elas estão banhadas dentro desse líquido refrigerante e não corre nenhum risco de incêndio caso haja algum curto-circuito em relação a essa bateria. Outro detalhe importante é que, hoje, também as baterias são colocadas no teto do ônibus, o que também dá mais segurança a todos aqueles que trafegam, que utilizam o transporte. Então, isso também influencia bastante na questão da segurança do ônibus elétrico, no caso, esses ônibus que são 100% elétricos. Isso é algo que é de extrema importância para também ser colocado para os senhores. Outra coisa também que se colocou aqui e eu até pedi ontem, não sei se se conseguiu... Aliás, antes de falar disso, vou falar da questão do meio ambiente, viu, vereador Breno? O ônibus elétrico hoje, não existe nada tão pouco poluente no transporte público mundial como o ônibus elétrico. É equivalente a milhares de árvores. Se eu estiver errado, o senhor me corrija. Milhares de árvores. Quando você utiliza o ônibus elétrico, é como se você plantasse ou deixasse de desmatar milhares de árvores. Por quê? Porque o diesel é extremamente poluente. Para vocês entenderem um pouco melhor sobre a questão do diesel, quando você tem uma torre de combustível, de fabricação de combustível, de combustível fóssil, o diesel, na torre, é o último elemento a sair da torre. Primeiro vem a nafta, depois vem a gasolina, depois vem o querosene, depois vem o diesel... Eu me enganei aqui, ele não é o último, ele é o penúltimo, porque depois vem o CAP, que é a borra asfáltica, que é a última a sair.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Senhor Nelson, só um minutinho. Eu vou pedir que você se atenha aos elementos da retratação. Essa parte mais intelectual, científica do negócio, a gente já

conhece bem, porque a gente estuda muito, eu sei que vocês também conhecem, mas os vereadores estão querendo avançar mais.

NELSON FELIPE – SUPERINTENDENTE DA SMTT

Vamos lá, então. Já falei dessa parte aí, então eu queria também mostrar outra situação, que eu pedi ontem, inclusive, eu não sei se está aí na apresentação, vereador Lúcio, é uma tabela do SENATRAN. Eu pedi pra alguém colocar ontem, não sei se está na apresentação, é possível verificar? Uma tabelinha do SENATRAN. Lúcio, se eu mandar para você, você consegue? Foi Diego, Diego Rios, eu pedi para ele mandar. Está aí. Não, ele está dizendo que está aí, uma tabelinha do SENATRAN. É essa, isso aí. Pronto. Essa tabela é de extrema importância. Esse aí é um dos ônibus daqui, esse aí é toda a situação, a vida do ônibus daqui, e é de extrema importância essa informação, presidente. Veja lá, primeiro, suba um pouquinho, por favor. Ali tem a chave da pesquisa. Desça todo, por favor, até o final. Detranet.gov.br está lá, está vendo? Com a pesquisa do Detran, e essa pesquisa eu mandei fazer lá em Brasília, um colega lá de Brasília que fez para mim. O que é que eu quero mostrar para vocês? Veja, foi colocada aqui a situação da idade do ônibus, da data do ônibus e isso é importante se colocar. A Receita Federal do Brasil tem uma norma justamente para importação de veículos. Essa norma da Receita Federal do Brasil diz que o veículo só pode ser nacionalizado se ele tiver, no máximo, um ano de fabricação. Isso é uma norma da Receita Federal do Brasil. Você consegue ampliar? Ampliar a tela, pronto. Chegue mais para o lado direito. Data da importação. Estão vendo ali? Isso é a data da nacionalização do veículo, 16/01/2025. O veículo nacionalizou, ou seja, entrou no Brasil em 16/01/2025. Ou seja, como há uma regra da Receita Federal do Brasil, que só nacionaliza veículos que foram fabricados em até um ano daquela data, isso quer dizer que o veículo não pode ser, como foi colocado aqui, um veículo de 2023. Então, pode sair da tela. Não, esse documento é um documento oficial do DETRAN, do sistema do DETRAN.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Veja, nós pedimos para vocês apresentarem – a gente podia até pesquisar – essa portaria da Receita.

NELSON FELIPE – SUPERINTENDENTE DA SMTT

Eu posso trazer para o senhor.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

A gente precisa desse documento da Receita, mostrando que existe isso, que é exigir um período mínimo de um ano.

NELSON FELIPE – SUPERINTENDENTE DA SMTT

Posso trazer, sim. É um documento da própria Receita Federal que exige isso. Na verdade, é um período máximo, presidente, o máximo de 1 ano da sua fabricação. Então, assim, acredito que, não é, Hunaldo? Minha parte é até aí. Devolvo a palavra ao presidente. Se tiver alguma, ao final, como o próprio presidente colocou, alguma situação que eu possa também esclarecer, acredito que o André deve falar com mais detalhes dessa situação como um todo, e eu fico aqui à disposição de todos vocês. Muito obrigado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos continuar com os representantes, Nelson. O doutor Hunaldo quer fazer alguma ponderação? Perfeito. Qualquer coisa você faz um esclarecimento técnico, não é? André, vamos agora fazer o esclarecimento da empresa.

ANDRÉ COSTA – REPRESENTANTE DA EMPRESA HIGER TEVX

Bom dia a todos. Eu sou o André Costa, estou aqui na condição de representante da Higer TEVX. Uma breve apresentação: a Higer TEVX é uma empresa que tem 20 anos de existência, nós somos, hoje, atualmente, o maior fabricante de ônibus elétrico no mundo, presidente, e é preciso fazer esse registro de maneira precisa para que seja bem compreendido. Você tem hoje, na mobilidade humana e na mobilidade elétrica, uma disputa dos veículos de passeio entre dois fabricantes: você tem a BYD e a Tesla, que disputam a liderança dos veículos de passeio. E você tem todo outro segmento, que é o segmento de mobilidade urbana. A Higer hoje, no mundo, tem cerca de 60 mil veículos em operação em diversas cidades do mundo. No Brasil, além de Belém e Cascavel, que foram cidades que a gente já opera com veículos, Cascavel, inclusive, foi a primeira cidade do Brasil a implementar um projeto relevante de mobilidade elétrica, ainda em 2022 e 2023. Nós temos hoje, em processo de implementação, mais de dez cidades, das quais cinco são do Nordeste, em diversos estágios de implementação, projetos de eletrificação de frota. E essa é a nossa especialidade, nós não produzimos ônibus a combustão e nós não produzimos veículos de passeio elétrico, nós só produzimos ônibus elétricos e essa é a nossa especialidade. E, recebendo o convite aqui do presidente da Câmara, estamos aqui para prestar esclarecimentos não só em relação

ao processo específico da aquisição dos ônibus, no que tange à parte da empresa, mas também do processo anterior, que me parece que foi o processo de Belém, que foi, segundo o que me foi informado, objeto de debate aqui também na Câmara, em relação a alguns questionamentos que aconteceram do que se sucedeu na cidade de Belém, no processo de eletrificação de frota da COP30. Eu trouxe aqui alguns slides, eu não sei se o senhor prefere que eu já apresente ou se eu aguarde. Pode? Então, se o senhor puder projetar. Pode passar o primeiro. Primeira questão, parece-me que foi suscitada uma hipótese de sobrepreço, então eu trago aqui, rapidamente, apenas para ilustrar, um breve mapa de preços demonstrando os últimos processos licitatórios que ocorreram e quais foram os preços alcançados. Belém, que foi o processo no qual a Prefeitura de Aracaju fez o processo de adesão à ata, foi uma Ata de Registro de Preços de 30 veículos, dos quais a prefeitura aderiu a 15. E em Belém, no ano da licitação, foi assinado um contrato, primeiro, de 10 unidades, e depois houve uma interrupção, tendo em vista a troca do gestor, que, no momento da aquisição, o gestor era o prefeito Edmilson Rodrigues, do PSOL, e hoje é o prefeito Igor Normando, do PMDB. Então, houve uma reorientação acerca da política de eletrificação de frota da cidade com o processo eleitoral. A cidade de Niterói, que também realizou um pregão eletrônico no ano de 2024, cujo valor de chegada, ou seja, do processo licitatório, foi também cerca de R\$ 3,6 milhões, também um ônibus semelhante ao que Aracaju adquiriu, ou seja, um ônibus básico com todos os implementos semelhantes. O processo de Cascavel, que eu acho que foi aqui previamente muito citado, e aí precisa fazer aqui dois reparos, no próximo slide eu vou explicar. O processo de Cascavel se deu no ano de 2022, gerou uma Ata de Registro de Preço que vigeu até 2023. Então, como o doutor Nelson já explicou, seria impossível que a Prefeitura de Aracaju fizesse adesão à ata de Cascavel, porque ela não estava vigente. Outro registro é que, nesse intervalo de tempo, presidente, houve o fim da vigência da Lei nº 8.666, que era a antiga Lei de Licitações, e passou a vigorar a Lei nº 14.133. Então, também houve uma diferença no marco legal licitatório que fundamentou, ou seja, no arcabouço legal em que foi realizada a licitação, o que também implicaria numa dificuldade adicional. Como eu registrei, a ARP já estava encerrada, sem a admissão de adesão, e além, também, de terem outras especificações no veículo. Lá, por uma razão operacional daquele sistema, os ônibus têm portas dos dois lados, são aqueles ônibus de cinco portas. Então, o passageiro pode ingressar no veículo pelo lado direito, como os ônibus tradicionais, e, quando o ônibus estaciona num corredor de transporte, porque lá o ônibus entra, anda dentro e fora da

canaleta de transporte, o acesso é feito através de uma porta do lado oposto, ao lado esquerdo. E, por fim, o processo aqui de Aracaju, também com valor semelhante ao processo de Belém. Se puder passar para o próximo slide... E aqui eu trouxe alguns exemplos em relação a mapas de preço, porque, na realidade, quando o senhor vai observar, presidente, o mapa de preço em nível nacional, você percebe que existem dois preços. Os preços estaduais, então, nas regiões metropolitanas onde o governo do estado administra o sistema de transporte, você tem preços estaduais, que, hoje, os processos licitatórios têm encerrado, independentemente do fabricante, nessa faixa de R\$ 3 milhões, R\$ 3,1 milhões. Por que isso? Porque, obviamente, o estado, e isso acontece praticamente em todos os certames, não tem a necessidade de arrecadar o ICMS de uma compra dele mesmo. Então, os processos estaduais, na maioria, na quase totalidade dos casos, eles vêm com o ICMS isento, que, na maioria dos estados, fica entre 18, 19, 20% de alíquota sobre o valor final do bem. Então, no caso, por exemplo, o governo do estado do Pará, para a região metropolitana de Belém, realizou, em 2024, um processo licitatório de 60 veículos, cujo preço final foi 3 milhões e quase 70 mil reais. Com o ICMS somente da origem da fabricação, que, no caso, o vencedor foi a Caio, um outro fabricante, que incidiu um ICMS na origem, no estado de São Paulo, de 7%. Então, quando você aplica o Difal, que é o diferencial de alíquota, para os 19%, você chega lá a um preço equiparado, no caso, de R\$ 3.546.000. O município de Belém, também no ano de 2024, realizou esse certame a R\$ 3,64 milhões incidindo um ICMS de 19%. E o município de Niterói, no mês de outubro de 2024, realizou outro processo licitatório com o valor de chegada de R\$ 3.599.000, com o preço equiparado de R\$ 3.571.000. Então, a fim de entendimento, é mais ou menos esse patamar de preço. Ou seja, nos processos que são conduzidos por entes municipais, entes federados municipais, como há incidência de cerca de 19%, 20% de ICMS, os veículos têm encerrado nesse patamar de preço, R\$ 3,6 milhões. Quando são regiões metropolitanas cujo sistema é administrado pelo Estado, na casa de R\$ 3 milhões, R\$ 3,1 milhões. Aqui, foram duas certidões para serem apresentadas, tanto do TCE do Pará quanto do TCM do Pará, que... Eu acho que, talvez, na projeção não tenha ficado, mas depois eu posso compartilhar a cópia aqui com todos os vereadores, que demonstra o que já é sabido, ou seja, nunca houve e nem há nenhum tipo de condenação, devolução ao erário, compensação financeira, no processo licitatório da cidade de Belém do Pará, correto? A Higer TEVX e o município de Belém, no processo de termo de ajustamento de gestão, tiveram aspectos relativos ao planejamento de implementação do sistema considerados.

Agora, nem a empresa, nem a secretaria teve qualquer tipo de devolução, seja em pecúnia, seja em valores financeiros, ou seja, em bens, relativos ao processo licitatório. Inclusive, há um registro no termo de ajustamento de gestão, que se refere a uma entrega de carregadores. Por quê? Porque, como o processo lá era novo, havia uma discussão da área técnica do TCM se a razão de dois para um, ou seja, dois veículos para um carregador, seria suficiente para a operacionalização do sistema de transporte. Então, ficou consignado no TCM que, caso durante a operação, fosse comprovado que a relação de dois para um não fosse suficiente, a empresa se comprometeria a complementar com uma quantidade de carregadores. O que não aconteceu, que não foi necessário acontecer, porque o processo e o sistema que está em operação se demonstraram completamente eficientes e tal. E isso está comprovado, inclusive, nas certidões que estão igualmente apresentadas. Eu acho que, do ponto de vista preliminar, é isso. Estou à disposição aqui para demais esclarecimentos que se façam necessários.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos lá? Vamos começar os questionamentos, primeiramente, com o vereador Elber Batalha.

ELBER BATALHA – PSB – INTERPELANDO

Presidente, só para ter uma noção, vai ter delimitação de quanto tempo? Só para dosar.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Não, do mesmo jeito que não tivemos para os integrantes do Executivo. Agora, o ideal é que sejam breves.

ELBER BATALHA – PSB – INTERPELANDO

Procurarei ser breve para que todos os colegas possam usar a palavra também. Quero cumprimentar a todos, agradecer a presença e dizer que aqui os comentários são de ordem técnica. Cumprimentar meu colega Hunaldo, de litigância diária, eu como defensor e ele como procurador do Município, Nelson Felipe e o senhor André, que conheço hoje, aqui nessa sentada. Quero, de forma clara, respeitosa, mas enfática, discordar de diversos pontos que foram colocados aqui hoje. Apesar da justificativa apresentada pelo Nelson de que há essa portaria do Ministério da Justiça, do Ministério da Fazenda, da Importação, há um critério objetivo que consta na Ata de Registro de Preços. Bote aí, Paranhos, por favor, no primeiro slide. Lá diz que o ônibus tem que ser

da data de fabricação do ano da aquisição do veículo. “Ah, isso se torna inexecutável”. O município de Aracaju tinha que ter visto isso. Eu não posso achar que eu posso aderir a uma ata somente no que me apraz, do que me é conveniente e não aderir no que me causa restrições. Se Aracaju pudesse fazer outro contexto, quisesse contextualizar de outra forma, que fizesse a sua licitação. Isso é parte da Ata de Registro de Preços, é um dos anexos, é o anexo A1, que diz textualmente que o ônibus tem que ter a data de fabricação do ano da contratação. Ele poderia ser 2025 com fabricação modelo 2026; poderia ser 2025/2025, mas nunca 2023/2024. O que nos passa a ideia é que era um ônibus que estava lá acumulado e que foi colocado para que Aracaju o receba nessa contratação. Outro critério, outra argumentação que me foi trazida e ventilada foi: “Ah, mas isso é um anexo”. Pelo amor de Deus, senhores. O Termo de Referência faz parte integrante da Ata de Registro de Preços e da licitação. O Termo de Referência é o que constrói, o que valida toda a construção da licitação. Não dá para dizer que eu faço adesão à ata, mas não tenho que cumprir o Termo de Referência. É outra situação que me deixa muito preocupado. Paranhos, passe aí, porque eu não coloquei muito na ordem, não. Coloque, por favor, outra coisa. Outra situação, que me chegou à discussão, Nelson, essa situação de básico, o que é básico e o que não é básico. Eu fui buscar a ABNT, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, que dá as especificações de como se dividem os ônibus em suas classificações. Paranhos, está na página 7, eu acho que é o próximo slide. Eu dividi em partes para ser mais rápido. Aumente, por favor. Só existe ônibus... Em cima, é micro-ônibus, ônibus começa nessa página. Ônibus básico e depois é Padron, a outra categoria. O contrato de Aracaju é ônibus básico; o contrato de São Paulo é ônibus básico; o contrato de Cascavel é ônibus básico; e o contrato do Rio de Janeiro é de ônibus básico. Não dá para a gente criar uma tese, uma teoria, uma narrativa de ônibus básico plus, ônibus básico master, ônibus básico GLS especial. É básico. Eu vou dar um exemplo aqui em duas situações: você faz uma licitação para comprar caneta esferográfica, você não pode dizer, se existem dez modelos de esferográfica, você é obrigado a comprar, dentro dessa classificação, a mais barata, porque você está lidando com o poder público. Outra coisa, presidente, eu fui despachar, recentemente, com o doutor Ronivon. Nelson, a gente que advoga na lida, com o doutor Ronivon, juiz federal. Doutor Ronivon disse: “Elber, pedi um cafezinho. Agora, me desculpe a qualidade do café, porque aqui é licitação”. Então, café, quando bota a especificação café moído com tal torrefação, a Justiça Federal tem que comprar o mais barato. O que Aracaju está se permitindo é dizer que, dentro o básico, eu posso

usar essa qualificação básica para preterir um ônibus que poderia custar R\$ 2,4 milhões, ainda que não fosse na adesão da ata, como você disse que não era possível, mas vocês poderiam licitar para atingir esses R\$ 2,4 milhões, ou R\$ 2,6 milhões ou o que fosse, mas usar essa justificativa para aderir a um de R\$ 3,64 milhões. Então, ao meu ver isso aí... É bom lembrar que nós estamos lidando com direito administrativo. E, diferentemente do que é lidar com o direito civil, no direito civil – está aí meu querido colega Diego – a gente pode fazer tudo que não esteja proibido na lei. No direito administrativo, a gente só pode fazer o que a lei permite. E isso aí que foi feito, essa jogada de “como está tudo no básico, eu posso ir para o básico mais barato”, não. O presidente é ordenador de despesa e ele sabe aqui. Eu faço processos de licitação. Pronto, muitas das minhas contendas com o meu querido Hunaldo na Justiça – não pessoal – são fraldas, Breno, e, muitas das vezes, a pessoa tem alergia à fralda que a prefeitura dá e eu não consigo justificar que ela tenha alergia e a prefeitura insiste que tem que pagar a fralda mais barata e dá a mais barata. É esse o raciocínio, inclusive abonado pela Justiça, por que o critério é: fralda descartável adulta, modelo adulto. Então, não dá para a gente dizer: “Ah, eu vou dar...”. Por que a prefeitura não dá ao povo a fralda descartável Pampers? Se for por esse critério, vamos oferecer ao povo tudo que tem de melhor, não somente nos ônibus elétricos. Passe aí, Paranhos. Essa questão aqui eu só vim enfatizar, porque eu acho que foi uma coisa que tentou se passar para a opinião pública uma noção desvirtuada. Primeiro, a situação de que a decisão do Tribunal de Contas, que é essa decisão aí, dizia da retirada dos ônibus. Não foi nem Nelson que falou isso, foi a própria prefeita Emília que tentou dar essa conotação naqueles vídeos dela. Bote o outro slide que está lá no finalzinho. É, talvez o Hunaldo tenha falado na entrevista, mas eu me lembro bem de Emília. Enfim, a decisão só manda efetivamente... Pode passar, eu acho que eu mandei repetido para você. A decisão do Tribunal de Contas, efetivamente, somente determinou que... Isso aí, pronto. “Suspensão de qualquer novos pagamentos decorrentes do contrato, salvo aqueles estritamente necessários à manutenção mínima e inadiável do serviço público, desde que tecnicamente justificado. Proibição de celebração de aditivos, prorrogações ou ajustes.”. Ou seja, Nelson, ainda que houvesse um pagamento necessário para não interrupção, você estava autorizado a fazer, certo? Mas não se fala de contratação e pagamento, porque nem o empréstimo tinha sido autorizado. Não há justificativa para terem sido retirados os ônibus de circulação com base no tribunal. Outra falácia que foi feita, eu estudei isso essa semana e não consegui achar aqui, é a alegação da

incapacidade da ilegalidade da decisão do TCE por ser o conselheiro Flávio Conceição quem levou isso à pauta. O regimento do Tribunal de Contas permite que qualquer conselheiro suscitado, instigado por algum segmento, por algum denunciante, leve uma medida que interessa à sociedade ao pleno, independentemente de ser o relator da causa, e o pleno aprecia a liminar e depois devolve a relatoria para o relator originário, e é bom lembrar que essa decisão foi concedida por unanimidade. Mesmo a conselheira de Aracaju, que é a conselheira Angélica, estava presente e ratificou a liminar. Salvo engano, é o artigo 131 do regimento interno do TCE. Passe, Paranhos, por favor. Eu quero que você pule essa, você vai deixar essa para o final. Depois você volta. Essa. Vá, pode ser. É isso aí que eu queria mostrar. O seu André... Empréstimo-me aqui, Fábio, por favor. É aquilo que está na tela. O seu André... Com todo o respeito, André, mas eu tenho que discordar, porque você tenta criar uma narrativa para confundir a população e quem está nos ouvindo. Pode passar para a segunda página, Paranhos, por favor. Veja, esse foi o acordo firmado pela TEVX com o Tribunal de Contas lá de Belém do Pará, para que a liminar que suspendia o andamento do processo fosse derrubada. Veja o que está ali. Suba, Paranhos, é o item 2 que eu vou ler. “O representante legal da TEVX Motors Group compromete-se a garantir a operação assistida sem custo ao município de Belém do Pará, até 31/12/2025, em favor da SEMOB, com capacitação, treinamento para condução e carregamento de veículos elétricos”. Passe, Paranhos, por favor. “3. Entregar em até 120 dias, a título de doação, sem custo ao município de Belém do Pará, 10 carregadores para ônibus elétricos com potência máxima de saída de 160 KWH, especificação técnica definida no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº X”. Cada carregador desse é avaliado em R\$ 195 mil. Só aí é uma confissão de superfaturamento de quase R\$ 2 milhões. Outro item. “No prazo de até 120 dias, fornecer assessoria para contratação e instalação dos carregadores, contendo a infraestrutura e soluções de energia”. “5. Encaminhar até dia 28 de agosto, relatório mensurando o valor monetário...” dessas coisas. Em outro item, que eu não vou localizar aqui agora, tem a soma dessas atitudes que chegam até R\$ 3,8 milhões de compensação para que a liminar possa ser carregada. E aí, André, você me desculpe. O contrato originário falava em cinco carregadores, aí você assume o compromisso e dá mais dez para a liminar ser derrubada. E quer ver o que é pior? E aí, meu amigo Nelson, eu acho extremamente temerário. Veja, foi feito esse acordo para derrubar a liminar. Agora, volte para aquele documento, Paranhos. Isso é o parecer final, as alegações finais do Ministério Público de Contas de Belém do Pará, que eles concluem, no parecer deles... Bora lá, vá para

outra página, Paranhos, para o final. É outra página. Pule, por favor. No parecer dele, lá em cima. Veja o que é que o Ministério Público pede. “Por todo o exposto, diante dos fatos apresentados, bem como pela existência de interesse público em razão do dano ao erário advindo do sobrepreço identificado e pela violação à lei de licitações, este Ministério Público opina pela procedência da representação, com a juntada dos autos à prestação de contas respectiva, nos termos do artigo 512, diante das graves irregularidades constatadas, as quais podem evidenciar juízo de reprovabilidade das contas e redundar na imputação de débito e aplicação de multas”. Ele pede a reprovação das contas do presidente da SEMOB, que é a SMTT de lá, dentre outras medidas... Vá para o final, por favor. E, lá no final, ele pede que envie os autos para o Ministério Público para entrar com a ação de improbidade administrativa. Isso já constava... Essa decisão é anterior à contratação. É extremamente temerário que o município de Aracaju, depois de haver uma situação dessa, constatar... Isso está pendente de julgamento, nesse interregno, o conselheiro ou conselheira, não me recordo, se aposentou e está a vacância até nomear outro conselheiro para dar a decisão. Mas Aracaju aderir a uma licitação dessa é extremamente temerário, de qualquer critério. E eu não estou imputando, suscitando suspeitas, dizendo que ninguém fez nenhum ato de improbidade. Até agora, não. Agora, que isso é uma atitude extremamente temerária com o dinheiro do povo de Aracaju, é. Como é que se adere a uma situação dessa monta? E, por fim, eu acho extremamente complexo, meu amigo Nelson, aquela resposta que a SMTT nos mandou dizendo que os ônibus rodaram em Aracaju durante 15 ou 20 dias, com passageiros, cobrando passagem das pessoas, sem ter as notas fiscais das compras, sem ter a licença para circular, porque, ao contrário, e faço a referência, com todo o respeito, do que o colega Lúcio Flávio citou aqui, o novo regulamento do CONTRAN especifica que, salvo engano, a Resolução nº 911 do CONTRAN, Nelson sabe mais disso do que eu até, diz que os veículos só podem circular sem placa nos primeiros 15 dias após a emissão da nota fiscal, com circulação restrita ao período diurno e somente para encarroçamento, emplacamento e outras atividades. Esses ônibus circularam 15 dias em Aracaju, a prefeita fez um ato de entrega pública, saiu abraçando com os ônibus assim: “Um, dois, três, quatro. É tudo para Aracaju, tudo geladinho”. E depois eu descubro que o geladinho não tinha sido entregue, numa resposta oficial da SMTT, que o empréstimo, que até hoje não foi aprovado, saiu agora um despacho, às 9:30h da manhã, saindo da consultoria técnica, enviando para a PGFN. Parece que dessa vez conseguiram, Nelson... Não foi você, não, já é a área da Fazenda. A Secretaria da Fazenda conseguiu

dessa feita que a documentação fosse aceita, mas ainda vai para o parecer da PGFN. E eu acho, sinceramente, meus queridos, uma temeridade o que a prefeitura fez com o dinheiro público, aderir a uma ata que pode ser cancelada. Se o Conselheiro acolher a análise técnica dos técnicos do TCM de Belém do Pará e o voto, que foi ali explanado, do Ministério Público de Contas, essa contratação vai ser anulada e vai ter ação de improbidade contra a empresa, como ao diretor da SMTT de lá, talvez até contra o prefeito da cidade, que eu não sei se é prefeito ou prefeita. Então, aí Aracaju vai e adere a isso? Com muita sinceridade, com todo o respeito que tenho aos senhores, porque aí perpassa a questão da pessoalidade, nunca vou fazer elucubrações de outro sem nenhuma prova evidente, mas, ao meu ver, isso é extremamente reprovável. Tem algum slide ainda, Paranhos? Creio que não. Era só para concluir, até para passar a palavra para os demais colegas, para não monopolizar o tempo. Creio que foi isso que nós colocamos. Dentro dessa perspectiva, eu acho que ainda dá tempo de se resolver. A prefeitura, ao meu ver, se exacerbou. Para que fazer uma contratação que não se tinha certeza? Essa é a resposta de que os ônibus sequer tinham entrega definitiva, era um período de análise. Análise com gente dentro, cobrando passagem, sem emplacamento. Aí eu pergunto: tinha seguro para esse povo? Se acontecesse um acidente com essas pessoas, como ficaria essa circulação? Então, eu acho que foi um açodamento exagerado da prefeita, que quer porque quer, pelas razões que Deus lá sabe, que esses ônibus sejam dessa empresa. E é isso que nós estamos levando para o Ministério Público. Já levamos, já ouvimos a justificativa, e já vamos levar novas documentações, inclusive esse parecer do Ministério Público de Contas Especial para o doutor Ricardo Machado. Nosso papel vai ser intransigente. Vamos protocolar, em nome da oposição, uma ação popular também, e vamos municiar o Tribunal de Contas desses argumentos para que o dinheiro do povo de Aracaju seja preservado e a Administração Pública seja feita com probidade, como a Emília Corrêa de outrora defendia e parece que agora esqueceu dessa lição que lhe era tão cara e tão recorrente. Obrigado.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Só para poder seguir aqui a orientação do presidente da Casa, ele pediu para que a gente possa ouvir três vereadores, e, a cada três vereadores, abrir o espaço de resposta, certo? Pela ordem, Professora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – PELA ORDEM

O meu pela ordem – bom dia – é para solicitar a minha inscrição para fazer também os questionamentos. Obrigada.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Combinado. O próximo a falar agora vai ser o vereador Camilo Daniel. No final. Vereador Fábio Meireles.

FÁBIO MEIRELES – PDT – INTERPELANDO

Obrigado, senhor presidente. Veja, a gente acaba... Primeiro, bom dia a todos que estão aqui. A gente acaba entendendo um pouco o porquê da demora, tanto da SMTT, da pessoa de Nelson, de Hunaldo, de vir aqui, da insegurança de vir para a Casa Legislativa, trazer as informações devidas. Ouvindo uma das falas de Nelson, ele disse o seguinte: que não aderiu à ata de Cascavel porque não era permitido. Mas o valor de Cascavel seria o menor, Nelson. Então, isso sinaliza que poderia ser mais econômico fazer a licitação em Aracaju e, mesmo assim, preferiu aderir à ata de Belém do Pará. Veja, se a licitação, Nelson, para o município de Aracaju traz lisura, traz leveza e não o peso da ata questionada na Justiça de Belém do Pará, por que não foi feita a licitação no Município de Aracaju? Qual foi a motivação para a Prefeitura de Aracaju aderir especificamente à ata do município de Belém do Pará, sabendo que ela havia sido objeto de cautelar suspensiva pelo Tribunal de Contas do Município de Belém, por indícios de superfaturamento? No Portal da Transparência, só tivemos acesso ao contrato efetivo entre a SMTT e a empresa TEVX. Gostaria de saber se houve provocação da procuradoria, controladoria, durante esse processo de contratação. E, se sim, existe documento formalizado? Tendo em vista que o Tribunal de Contas do município de Belém suspendeu a licitação por indícios de superfaturamento, somente liberando sua continuidade após o acordo firmado em 14 de agosto de 2024 e termo assinado em 28 de agosto de 2024, como a Prefeitura de Aracaju justifica ter aderido à referida ata apenas em 30 de maio de 2025, mesmo ciente de que se tratava de procedimento previamente questionado e validado apenas por meio de acordo posterior? Eu não vou mais me referir ao acordo que Vossa Senhoria relatou que não existia, que está aqui, é documento. Colega Elber, já apagou a sua resposta que não procede, não é uma informação verdadeira. Está aqui a compensação que a empresa teve que fazer. Não conheço Vossa Senhoria. Seria muito bom que todos os aracajuanos pudessem conhecer os donos das empresas, o senhor Alexandre Colonese e Wagner José Abrahão. Seria muito bom, Nelson, que as pessoas os conhecessem. Eu gostaria, antes de concluir, de

perguntar a Vossa Senhoria, Nelson, que está muito satisfeito, muito à vontade aí, sobre a Lei nº 14.133/21. Vossa Senhoria deve conhecer muito bem. A nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo estabelece a obrigatoriedade do ETP, do Estudo Técnico Preliminar, no artigo 48, e define o inciso XX do artigo 6º como um instrumento essencial de planejamento das contratações públicas. Existe esse documento, Nelson? A SMTT tem a ETP em todo esse procedimento? Por fim, senhoras e senhores vereadores eleitos pela população aracajuana, aqueles que nos acompanham através da TV Câmara, vejam que tudo isso poderia ter sido resolvido, solucionado, sendo que Aracaju poderia ter feito a licitação. E por que não fez? Sabe da problemática que acompanhava essa ata de Belém do Pará, mas prefere aderir. Por quê? Essas são as respostas que esperamos que Vossas Senhorias possam nos trazer e elucidar, muito embora, os posicionamentos já inicialmente colocados, apresentados a nós, não satisfatórios, não porque somos opositores, mas não satisfatórios porque somos representantes da população e não vamos aceitar um valor vultuoso desse ser colocado de qualquer forma. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

O próximo orador, antes da gente retornar a palavra aqui para Nelson, doutor Hunaldo e o representante da empresa seria o Vereador Vinícius Porto ou Anderson de Tuca, só que eles ainda não estão no Plenário. Então... Vinícius está aqui? Vinícius, Vossa Excelência agora.

VINÍCIUS PORTO – PDT

Não. Eu sou o quarto.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

É porque Camilo pulou. Então, eu vou fazer a pergunta logo, vou fazer a minha objetiva, muito objetiva, e já vou abrir para que os colegas possam se manifestar. Eu só tenho uma pergunta muito pontual tanto para Nelson, fique à vontade para poder responder, como também aqui para o representante da empresa nesta manhã. Primeiro, eu quero agradecer a presença de vocês, e aqui é importante também fazer o registro. Acho que no mesmo tom que a gente faz cobrança, aqui é a Casa do Povo, é a casa da fiscalização, é o nosso papel, a gente também tem que ter um reconhecimento de boa vontade. Nós estamos recebendo aqui o doutor Hunaldo, nós estamos recebendo aqui Nelson, o representante da empresa, e isso tem que ser reconhecido por este Parlamento.

Aqui não tem nenhuma convocação, aqui ninguém foi obrigado a estar aqui neste dia. Vocês vieram de boa vontade, vocês vieram de forma espontânea para poder esclarecer tudo isso para a população. Então, aqui não é nenhuma inquisição, aqui não é nenhum momento em que o Parlamento está para poder colocar os doutores aqui na parede, porque vocês estão aqui de boa vontade, vocês não eram obrigados a estar aqui. Então, é importante deixar isso registrado, que nessa manhã vocês não eram obrigados, vocês não tinham uma convocação para poder estar aqui, vocês vieram de livre e espontânea vontade e isso tem que ser reconhecido por esta Casa, por este Parlamento. Então, como presidente em exercício, eu agradeço a presença aqui, tanto de doutor Hunaldo, como a de Nelson, representante da SMTT, e também o representante da empresa. A minha pergunta aqui, Nelson, doutor Hunaldo e representante da empresa é uma pergunta muito objetiva. Eu estava analisando o contrato junto com a nossa equipe, a nossa assessoria, e é algo muito pontual, porque eu acredito que toda essa discussão vai sempre pairar sobre a questão da diferença da ata existente entre Cascavel e o valor da ata que nós aderimos. É bem verdade que eu acho que a impossibilidade de adesão da ata de Cascavel já é um ponto pacífico, não tem nem o que discutir. Mas a minha questão especificamente é: eu ouvi a explicação sobre o modelo e a minha dúvida, e sei que vocês vão responder depois, é, até agora, onde eu vi, a única justificativa para a diferença do preço seria a questão das portas do ônibus, não seria a questão de modelo, porque é o mesmo modelo, não seria a questão de motor, não seria aquela questão que eu ouvi atentamente, Nelson, a explicação do ônibus que já vem no seu plano de origem elétrica ou daquele que depois passa por um processo de eletrificação. Então, não seria isso, seria objetivamente a questão das portas. Qual é a minha dúvida para que a gente possa esclarecer isso aqui nesta manhã e isso possa dirimir? Objetivamente, esse motivo seria um motivo para um aumento tão vultuoso de aproximadamente um milhão de diferença desse ônibus lá em relação à Cascavel para a aquisição aqui em Aracaju? Outro ponto: o ICMS de Cascavel era o mesmo valor daqui de Aracaju ou seria o ICMS que conseguiu um benefício do Estado, foi zerado e justificou? No quadro que eu vi aqui não tinha Cascavel especificamente, tinha Niterói, tinha Belém do Pará, tinha, parece-me, acho que o Rio de Janeiro também, Niterói, mas não vi lá de Cascavel. Então, seria objetivamente, a minha pergunta é objetiva: o que justifica essa diferença de preço da compra e aquisição de Cascavel para a aquisição aqui em Aracaju da ata, que foi a ata que está em questionamento, que é a ata de Belém do Pará? Então, é uma pergunta objetiva, porque eu entendo que todo o restante é uma questão acessória. Se a

gente consegue ter explicação do motivo e entender o motivo, a gente já resolve, eu acredito, que uma boa parte dos questionamentos aqui neste dia. Então, feita a minha pergunta, eu já vou retornar a palavra para vocês. Queria saber aqui, na ordem, se Nelson vai falar, doutor Hunaldo ou se o representante da empresa vai falar primeiro?

ANDRÉ COSTA – REPRESENTANTE DA EMPRESA TEVX HIGER

Posso começar, doutor Nelson?

NELSON FELIPE – SUPERINTENDENTE DA SMTT

Presidente, acho que doutor Hunaldo quer falar primeiro. Viu, André?

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Nós vamos falar sobre a fala dos três, é isso?

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

É, você pode falar sobre os três. Agora, seria até importante que o doutor... Gente, só uma observação, o vereador Elber, que falou, está aqui na Casa para poder ouvir a resposta? Porque seria importante também, já que ele fez questionamentos tão contundentes, que estivesse aqui para ouvir. Vereador Elber está aí atrás? Aqui dentro não. Vereador Elber está aí? Elber, vão começar as respostas. É bom Vossa Excelência estar aqui para ouvir os questionamentos. Com a palavra, agora, o procurador do Município, dr. Hunaldo.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Primeiro, Pastor Diego, em nome de quem saúdo a todos os membros desta Casa. Para mim, é uma honra estar aqui nesta Casa, primeiro, cumprindo o dever de esclarecer para a população o que efetivamente precisa ser esclarecido. Como bem destacou o vereador Pastor Diego, estamos aqui para esclarecimento, não estamos nos furtando, não estivemos adiando nem nos furtando de esclarecer qualquer fato que seja. Há transparência, os processos são transparentes, as críticas são naturais e fazem, inclusive, parte do amadurecimento dessa relação, mas o meu maior... Quando eu comecei a falar sobre o meu retorno a esta Casa, tenho o orgulho de ter o meu currículo de ter dirigido administrativamente, salvo engano, nos anos de 2022. É isso, Roberto? Com quem tive a honra de trabalhar aqui. Não, desculpe, 2002, quando o Zeca foi presidente. Acho que o vereador Vinícius estava aqui também na Casa, não é? Então, pronto, é isso aí. É porque a minha memória... Com os ataques aqui de Elber, a gente já

fica um pouco mais desconcentrado. É brincadeira, viu, Elber? Não tem nada... Algumas pontuações do vereador Elber, eu queria fazer uma pequena correção. Primeiro, a doutora Angélica não estava na sessão, ela estava de licença. Depois, outro ponto importante e não é falácia, isso é fato, está nos autos da denúncia: nós fizemos um embargo de declaração questionando a competência do conselheiro Flávio Conceição, e aí eu volto a falar... Eu sempre tive muito cuidado com minhas falas, porque aqui, em que pese eu esteja me dirigindo aos parlamentares, mas quem está nos ouvindo é a população de uma forma geral, a população de Aracaju. Então, procuro sempre tentar falar de uma forma um pouco mais clara. Então, a competência, quando eu falo da competência, é jurídica. E, modéstia à parte, doutor Elber, eu acho que houve um equívoco na sua interpretação, quando disse que pode ser escolhido qualquer conselheiro. Até pode, mas não é esse o caso e não foi ali o caso. Tem um ato... Calma, um minuto só. Tem um ato formal dentro do processo, e aí eu estou falando que existe dentro do processo, designando o conselheiro Flávio Conceição. Esse ato formal não existe. Está lá uma designação baseada, lastreada, no ato que não existe. Está lá, isso é público, está lá no meu embargo de declaração do município. Está lá e questiona isso. Esse é um dos pontos de questionar a competência do conselheiro Flávio Conceição na designação da relatoria. Não estou aqui questionando... Também tive a honra de trabalhar com boa parte dos conselheiros daquela casa. São pessoas qualificadas, são conselheiros e conselheiras que conhecem bem a vida pública, por vivência, por convivência, independente de formação técnica que tenham, mas são pessoas altamente competentes e qualificadas e com grande manejo com a vida pública. Então, quando eu falo em relação à relatoria, estou falando de questão formal e o que tem no embargo da declaração são dois pontos. Um deles, o ato pelo qual ele foi designado, efetivamente, deve ter havido, logicamente, um equívoco no Tribunal de Contas, e o que eu estou falando está escrito, com relação a essa designação. Outro ponto, os contratos envolvidos, o contrato daquilo que está se questionando, e é por isso que Nelson está aqui, é juridicamente envolvido à SMTT, que também não seria, de forma nenhuma, competência do conselheiro Flávio Conceição. E volto a dizer, nada contra a pessoa, o que eu estou fazendo de contraponto aqui é, na verdade, para esclarecer. Então, não foi uma questão de simplesmente ter na casa e poder ter sido designado a qualquer um. O ato da presidência que designou é o que está sendo impugnado, mas não por ele ter... Como o senhor bem colocou aqui... Entendo, desculpe a sinceridade, mas de forma

equivocada, que não foi uma questão de designar qualquer um conselheiro. O ato que precedeu a designação não existe. Não, mas o regimento...

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Só para a gente manter a organização.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Mas não foge... Mas não é o regimento, vereador.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Se não, a gente vai virar... Deixe-o terminar.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Mas não tem regimento, vereador.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Vamos fazer o seguinte, Elber: deixe-o terminar de falar, depois Vossa Excelência faz as colocações, senão todo mundo vai ficar questionando.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Não é uma questão de regimento, existe um ato formal da presidência designando o relator, e esse ato está equivocado. Se fosse com base no regimento, era outra coisa. Esse ato não foi formado com base no regimento, é isso que eu estou dizendo. O senhor é bem mais mestre do que eu, tem mais experiência do que eu no direito e sabe que isso é um ato questionável e nulo, no meu entendimento, totalmente nulo. Bom, mas essa é uma vertente. Esse mesmo ato que designa, existe uma relatora preventa por disposição legal. O contrato é da SMTT. Todas as consequências jurídicas, quem tem que responder é a SMTT. Tanto é que há uma diligência para que se junte o contrato nos autos. Enfim, isso é altamente questionável e está suspenso para ser decidido, não sei. Logicamente que há uma corte de contas e que pode não entender como eu estou falando, mas isso é fato. Então, dois pontos. Não, doutor Elber, veja. Não, doutor Elber, o senhor deveria olhar o processo lá, o que eu estou falando. Não é o regimento, não. Tem um ato da presidência designando o relator, não é o regimento. Ela não usou esse regimento. Então, está errada duplamente. Sim, mas ela não usou o regimento. Aí é que está, não usou. Conheça os autos. Não...

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Vamos seguir. Vamos fazer o seguinte... Pessoal, se a gente não seguir aqui a ordem, vai virar um debate pessoal e a gente não vai conseguir chegar ao fim que a gente se propõe aqui nesta tarde. Vamos fazer o seguinte: todo mundo já falou, vamos agora ouvir aqui o procurador, vamos ouvir o representante da empresa, doutor. E, doutor Elber, eu peço que Vossa Excelência anote aquilo que Vossa Excelência entende que estão apontando, discordando de sua fala e, depois, Vossa Excelência usa a palavra. Eu concedo. Eu concedo.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Não, ele pode falar, não tem problema.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Não, mas se a gente abrir aqui, vai ficar... Pessoal, eu estou falando, se a gente for abrir aqui, vai ficar um debate para lá e para cá. Doutor Hunaldo, siga respondendo aos apontamentos.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Então, vamos lá.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Depois dos apontamentos, aquilo com que Vossa Excelência entender que não concorda, no final, Vossa Excelência volta a usar a palavra. Pode falar, doutor Hunaldo.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Veja, as decisões do TCE, volto a dizer, respeito, mas foram duas liminares concedidas, que o TJ já mostrou, inclusive, essa questão da competência, que o doutor Elber insiste em dizer que é o regimento, mas foi dada uma liminar pelo TJ, lastreada, exatamente, nessa questão da competência. Então, eu só estou tocando nessa questão formal porque foi tocada. Na verdade, ela não muda o mérito do que a gente está aqui explicando, o que a gente precisa explicar é o mérito, mas não ser explicado e ser colocado de qualquer forma. Eu acho que citar as fraldas como exemplo foi um exemplo infeliz. Por quê? O que se buscou foi qualidade e, com a Ata de Registro de Preços, isso se permite que seja feito. A Ata de Registro de Preços é algo mais comum do que se imagina. O Estado já aderiu a várias, o Município adere, e assim... Veja, o fato de optar pela Ata de Registro de Preços não quer dizer que se está abrindo mão de um ato legal, que se está abrindo mão de qualquer coisa, enfim, que não possa ser

melhor para o município. O senhor vai continuar perguntando ou não? Não, eu vou de acordo com qualquer dinâmica.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Pessoal, veja.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Eu vou de acordo com qualquer dinâmica.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Doutor Hunaldo... Elber, Vossa Excelência pode ficar aqui, mas vamos ceder a palavra. Vamos permitir que o doutor Hunaldo termine o raciocínio, faça os apontamentos, que Nelson faça, o representante. Ele está representando, mas foi falado em fralda aqui. Foi falado.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

O senhor falou nas fraldas.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Ele está respondendo ao exemplo. Então, vamos aguardar a resposta... Mas, veja, vamos aguardar a resposta...

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Eu estou dizendo, se o senhor escutar...

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

E no final, a gente vai ceder, a Mesa vai ceder, que Vossa Excelência aponte tudo no final. Por favor, doutor Hunaldo, continue com o uso da palavra.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Vamos lá, mas eu adoto qualquer dinâmica, pode ser na réplica, na tréplica, não tem estresse, não, da minha parte. A Ata de Registro de Preços permite que a gente procure, talvez, uma fralda melhor que não seja aquela das alergias. O ônibus está aqui, foi escolhido o que há de melhor e isso também tem custo. Está aí, é algo com qualidade que a população merece. Então, assim, eu só estou achando que a colocação foi um pouco infeliz, mas é uma opinião minha. A Ata de Registro de Preços, quando fazemos a adesão...

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Pessoal, silêncio. Vamos prosseguir, por favor. Vamos manter a ordem aqui, todo mundo falou. Fábio, Vossa Excelência falou no seu tempo sem ninguém interromper. Elber falou sem ninguém interromper. Eu falei, vamos ouvir. Depois que a gente ouvir, o que a gente discordar, depois a gente vai ceder um tempo para Vossas Excelências colocarem... Mas está atrapalhando, está atrapalhando. Vamos seguir, por favor. Quando Vossa Excelência estava falando, estava todo mundo ouvindo. Vamos... Pode prosseguir, por favor, doutor Hunaldo. Pessoal, pessoal, por favor, vamos seguir. Por favor. Doutor Hunaldo, por favor, vamos seguir com a palavra.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Vamos lá, vamos lá. Quando eu puder, eu falo, não tem estresse, não. Eu estou tranquilo.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Pessoal, a gente está começando, foi o terceiro. Se a gente for seguir nesse tom aqui, não vai ter sucesso a intenção de esclarecimento nesta manhã. A gente falou, falou, falou, falou e falou, estão começando os argumentos de resposta agora. Se a gente não tiver a hombridade de ouvir, a gente não vai saber, de fato, o que eles querem falar. Então, vamos escutar.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Bom... Então, assim, os pontos que o vereador Elber colocou em relação ao que está aqui da minha parte, já fiz o meu contraponto. Não quer dizer que sou dono da verdade, mas o que estou falando tem prova documental, os autos do processo são públicos. Os demais pontos... De forma mais ampla, mas o Nelson e o André vão falar com mais propriedade, com certeza, sobre o restante do tema. O que foi mostrado naquele slide ali já é um levantamento de preços, que se pratica no Brasil. Ontem, foi requerido e o governador acenou positivamente com relação à isenção do ICMS, pela fala, acredito que ele caminha para isso, muito embora ele não esteja obrigado. Não só obrigado, ele pode não poder fazer, mas o fato é que sinalizou. Havendo essa isenção do ICMS, o preço já não será mais aquele ali. As Atas de Registro de Preço, se forem por estado, se forem por município, existe diferença, não de preço de custo do bem, mas do preço final em razão do imposto. Isso é uma linguagem muito fácil. Espero e tenho muita confiança de que isso será concedido, que o Governo do Estado poderá e deverá

nos conceder esse benefício, que é bom para a população, bom para todos. Não é algo que também seja um comércio comum, ou seja, ele não vai isentar um comércio para carros elétricos mais amplos, e isso tem um peso significativo no preço do veículo, como até já explicou o André com um pouco mais de propriedade. Com relação a questões técnicas, eu me sinto, principalmente depois que o Nelson falou, eu me sinto até sem propriedade para avançar, e como o tema central é a SMTT, que é quem fez efetivamente o contrato, acho que é muito mais que justo que ele próprio, eventualmente, explique os questionamentos sobre tipo do ônibus, sobre, enfim... E o próprio André, com propriedade, falar sobre o que ele fez, o que foi negociado ou o que não foi negociado no Pará.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Nelson, com a palavra.

NELSON FELIPE – SUPERINTENDENTE DA SMTT

Apenas para esclarecer alguns pontos. Primeiro, já esclareço, vereador Elber, que, em momento nenhum, eu estava sorrindo da fala de vocês. Eu estava conversando aqui um assunto que a gente recebeu aqui... Não, eu estava conversando, exatamente isso. Entendeu? Então, não estava... Muito pelo contrário, o senhor me conhece, não é de hoje, a maioria aqui, inclusive, me conhece, sabe do respeito que eu tenho a cada um de vocês e, principalmente, a esta Casa. Então, assim, não tem nenhum tipo de desrespeito, até porque seria um desrespeito os senhores estarem se pronunciando e eu aqui sorrindo. Até mesmo se fosse de uma coisa contrária, mas seria um desrespeito à Casa, principalmente, e ao povo de Aracaju. Vereador Elber, a questão que o senhor colocou, e eu repito, eu passei algum tempo da minha vida dedicado ao estudo do transporte público. E, assim, quando o senhor fala da questão da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e eu volto a insistir na questão do ônibus básico. Volto a dizer, o básico é o modelo, não existe básico GLS, básico XR, básico, não existe. O básico é relativo ao modelo e tamanho do ônibus, e o nosso básico aqui é um básico como estava na tabelinha, e até mesmo o senhor colocou, o senhor até colocou quatro naquela, e eu fiz questão de colocar desde o mini até o biarticulado. Isso. É porque eu fiz a tabelinha, eu até mesmo montei. E você tem o básico que está justamente completo. Ou seja, o básico que tem aqui, no Brasil, é o mais completo daquele. Por que eu digo no Brasil? Porque eu fui recentemente a Santiago, no Chile, e o próprio básico de lá, o modelo básico de lá, ainda tem alguns itens a mais. Ainda tem alguns itens a

mais do nosso aqui. Em Santiago, assim como Bogotá, a frota já é 90% elétrica, muito poucos não são elétricos. Então, era esse ponto que eu queria esclarecer da sua fala. Quanto à fala do vereador Fábio. Vereador Fábio, com todo o respeito, eu não falei que deveria ser feita a licitação, eu disse que a gente aderiu à ata porque era mais rápido, mais eficiente e teríamos o produto já de pronto. Então, é justamente isso também, e esse ponto aí, em específico, vereador Fábio, o André, inclusive, me mostrou uma tabelinha que ele vai passar ali já já no quadro, que a gente discutiu sobre isso, e vai mostrar, vereador Fábio, a realidade do preço do ônibus no Brasil. Não há discrepância de preço. A gente vai mostrar isso para o senhor e o senhor vai entender exatamente que, mesmo sendo feita a licitação, até porque a ata é o resultado de uma licitação, o valor para você chegar à ata, previamente, é feita uma licitação, e vários concorrentes participam. O ganhador daquela licitação é, então, que se faz a ata. E apenas um detalhe, que o senhor falou da Lei nº 14.133. O vereador Elber e tantos outros aqui também, assim como o doutor Hunaldo, que são operadores do direito, assim como eu também, e eu até um pouco mais ligado à área de direito administrativo, assim como o vereador Elber falou, a gente sabe muito bem que o direito, e ele sabe, pode me confirmar isso, se eu estiver mentindo, o senhor me corrija, por gentileza, que o direito não é a letra fria da lei, não é aquela letra lá. Quando o senhor fala da ETP, a ETP é obrigatória quando você vai fazer a licitação. A ETP já foi feita lá por quem fez a licitação. Quem adere à ata não é obrigado a ter a ETP, e isso é bem claro. Basta pegar qualquer livro de direito administrativo comentado. Por exemplo, se você pegar o próprio José dos Santos Carvalho Filho, o próprio Eli Lopes não tem mais porque já deixou de escrever há muito tempo, o vereador sabe disso, mas se pegar Celso Antônio e qualquer um deles, vai ver que isso é pré-requisito no processo licitatório. Na adesão da ata, não é obrigatório você ter a ETP. Por quê? Porque ela já foi colocada lá no processo licitatório. Entendeu? Então, assim, só para fazer esse esclarecimento, basicamente. E eu vou, presidente, se o senhor me permite, vou passar para o senhor de volta a palavra para que o André possa, então, colocar outros detalhes mais técnicos e específicos em relação ao processo.

ANDRÉ COSTA – REPRESENTANTE DA EMPRESA TEVX HIGER

Presidente, obrigado. Apenas para esclarecer, vamos começar aqui pelo vereador Elber. Eu mandei, doutor, para projetar, por gentileza, a Ata de Registro de Preços. Não, esse é o acórdão, eu vou falar sobre o acórdão do TCM depois. Foram os documentos iniciais, eu mandei uma apresentação e mandei a ata. Essa é a Ata de Registro de

Preços, vereador Elber. Então, o senhor perceba lá, na descrição do item, se puder subir o documento, ali: “Ônibus básico, elétrico, carregador, M3 conforme a resolução do CONTRAN, e especificações técnicas constantes no Anexo I do edital do Pregão eletrônico. Básico, ônibus elétrico. Higer Azure, 12 metros, 2023/2024”. Então, está explícito, vereador Elber, o senhor está vendo? Na Ata, ano e modelo de fabricação, quantitativo e valor total. Isso é importante eu demonstrar, por quê? Porque há uma especificidade, e há vários, inclusive, julgados de órgãos de controle, que, quando se trata de produto licitado e importado, a vinculação entre o Termo de Referência do edital e a Ata de Registro de Preços passa a ser relativa. Por quê? Porque há uma incidência de dólar. E eu queria aproveitar para esclarecer a segunda dúvida que também o vereador Fábio Meireles ensejou. Se o senhor me perguntar hipoteticamente: “André, é possível que a Higer venda um ônibus elétrico a R\$ 1 milhão?” É possível. Quais são as variações? Uma: o câmbio, o dólar. E outra: a carga de bateria. Então, eu vou lhe dar um exemplo. Os ônibus do aeroporto de Congonhas, quando o senhor desce lá no avião, na posição remota, são ônibus elétricos da nossa fabricação. Aqueles ônibus são infinitamente mais baratos do que os ônibus urbanos de cidade. Por quê? Porque como o ônibus só faz aquele trajeto posição remota e terminal, ele roda muito menos quilômetros por dia do que um ônibus urbano. Então, ele não precisa, como vocês estão observando, dessa quantidade de quilowatts de bateria necessários para que ele atinja 300 km de autonomia. Então, se eu cortar, por exemplo, o pacote de bateria de 300 km para 150 km de autonomia, o veículo baixa 25% do preço, vereador Elber, por quê? Porque 50% do valor do veículo é fundamentalmente o custo da bateria. Então, eu estou apresentando esse argumento, reforçando o que o secretário Nelson falou, básico e básico, não é tudo básico. Eu acho que a sua comparação com a fralda é inoportuna, porque fralda é fralda. Você bota dez fabricantes aqui, a fralda cumpre o mesmo papel. O ônibus elétrico tem uma especificidade, e qual é a especificidade? Qual é a autonomia desejada pelo licitante? A autonomia desejada pelo licitante incide no tamanho da bateria. O tamanho da bateria incide no preço do veículo. Ou seja, incide a um nível de complexidade industrial, de características de produto muito semelhantes. E esse julgado, inclusive, obedece a uma lógica, porque, o senhor imagine, com a variação do dólar, com a variação tributária que o imposto de importação exerce. Porque, o senhor imagine, se há uma variação do tamanho da bateria, há uma variação do preço do produto em dólar lá na fábrica da China. Se há uma variação do preço do produto em dólar na China, incide-se o imposto de importação, diferente do imposto de importação

original. Então, o certame e esse documento que o senhor coloca do edital, o senhor está correto, está lá aquela cláusula. Só que essa cláusula foi superada pelo que? Justamente pelo certame. O edital e o termo de referência a que o senhor faz referência são anteriores ao certame. O certame gerou um vencedor, com uma adjudicação, uma homologação e um registro da Ata de Registro de Preços, com características determinadas no documento. Está explícito. A Prefeitura de Aracaju não comprou gato e levou lebre. Está explícito, impresso no documento da Ata de Registro de Preços e do contrato original, qual é o ano de fabricação e o ano modelo, para que esse preço possa ser oferecido. Se a prefeitura optar por licitar, o resultado da licitação pode dar o mesmo resultado ou pode dar um resultado diverso. Vai depender da especificação, do tamanho da bateria, do dólar do período e da condição de disputa que se estabeleceu no processo licitatório. O senhor compreende? Então, ou seja, o certame congelou uma especificação e congelou um preço. E depois eu posso remeter até o seu gabinete diversos julgados de TCU, de TCE, de processos licitatórios semelhantes ou de produtos equivalentes, esse, sim, como viaturas policiais, ambulâncias, máquinas e equipamentos de infraestrutura que também, igualmente, são vinculados em dólar e que têm características semelhantes de licitação após o advento da Lei nº 14.133. Sobre essa questão, vereador Fábio Meireles, que o senhor suscitou, os senhores apresentaram documentos que estão corretos, mas foram documentos antes da reunião colegiada do TCM que gerou o acórdão final de julgamento e eu queria que eles projetassem aqui. Minto, não há um acórdão, há dois, e eu não estou aqui, obviamente, para... Eu estou alheio à questão política, mas eu preciso fazer um testemunho. Esse é o acórdão final, o processo, vereador Fábio, o senhor disse que haveria o risco desse processo ser julgado e essa ata... Não há, porque o processo já está arquivado, o processo foi arquivado e vou repetir aqui para o senhor, falando no microfone e pedindo que faça o registro nas notas taquigráficas: não houve devolução ao erário por parte da empresa, não houve devolução em bens e todos os serviços elencados no termo de ajustamento de gestão já estavam previstos em contrato, como, igualmente, estão previstos em contrato, o contrato original... A prefeitura... É o acórdão, esse é o acórdão. Não, leia até o final, leia até o final, está a ementa do acórdão. Não, estou lendo para o senhor o acórdão final. Vereador...

PRESIDENTE DE EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Feito o esclarecimento do vereador Elber, que eu entendo que é pertinente à colocação dele, vamos deixar, agora, André falar novamente.

ANDRÉ COSTA – REPRESENTANTE DA EMPRESA TEVX HIGER

Eu posso remeter ao seu gabinete não só esse acórdão, não só a existência de um acórdão, como nós temos dois acórdãos. Isso, exatamente. Nós temos, inclusive, dois acórdãos, porque é preciso fazer um resgate da história do processo e a vereadora Sonia Meire, que nos assiste, deve ter, talvez, mais elementos do que eu, do ambiente político de Belém do Pará, no ano de 2024, com o advento do prefeito Edmilson Rodrigues. Ou seja, houve um processo licitatório. Ok? Então, houve um processo licitatório e o TCM foi provocado pelo concorrente que perdeu o processo licitatório. O vereador Sérgio Macedo, que era o conselheiro relator da época, acolheu, concedeu uma primeira cautelar, julgou o mérito, suspendeu a cautelar e determinou o arquivamento do processo, no mês de junho. Nesse mesmo mês de junho, foi indicada uma conselheira pelo governador, então, de um grupo político distinto, correto? Que fez o quê? Desarquivou o processo já julgado. Correto? Concedeu nova cautelar e ignorou todos os argumentos de defesa que já haviam sido julgados pelo primeiro conselheiro, correto? Nós, obviamente, como não somos jurisdicionados de tribunal de contas, porque nós somos privados, ingressamos com uma terceira interessada, apresentamos o argumento de defesa e, com o argumento de defesa, que foi exatamente o argumento de defesa do primeiro julgado, ela, restando, frente ao mapa de preços, a todo o processo de documentação que foi apresentado, propôs o TAG, para ela não julgar, como o primeiro fez, reconhecendo que, de fato, não havia decisão de mérito, propôs um TAG citando... Exatamente, todos os serviços já prestados em contrato. Não tem dez carregadores, não foram entregues. Eu estou lhe dizendo aqui. Não, não foi. Não foram entregues, por quê? Porque o que é que aconteceu? O que é que aconteceu? Ela foi condicionada a entrar se na operação assistida, que é o primeiro item do edital, reconhecesse que a quantidade de carregadores não era suficiente para fazer a operação. Não foi, não houve um centavo. Eu estou repetindo aqui para o senhor, no microfone. Eu estou repetindo, vereador, no microfone. Isso está no acórdão final, inclusive. Eu vou encaminhar para o senhor o acórdão. Não foi entregue carregador algum, não foi feita devolução de recurso ao erário e o processo, hoje, encontra-se com acórdão para o arquivamento. Ou seja, não há mais processo, esse processo já não se discute... Tanto que, como o secretário Nelson colocou, a ata que tinha vigência de um ano foi renovada um ano sem nenhuma ressalva. Eu, inclusive, encaminhei aqui para a projeção a certidão do TCM, que afirma tudo isso, inclusive, que eu estou lhe falando. Se o senhor quiser, eu posso encaminhar o processo para o senhor, capa a capa, para que o senhor veja. Eu mandei, inclusive, um

link, eu não sei se pode ser projetado aqui, de um vídeo do YouTube. Para o senhor ter uma ideia, foi tão esdrúxula essa situação de julgamento, que o movimento social, CUT, UNI, MST, Associação de Moradores, foi para a porta do TCM, em manifestação e passeata, exigir o julgamento e a liberação dos ônibus. Tem um link aqui que eu queria que fosse projetado. Aí o senhor vai me dizer que os movimentos sociais, que estão pautando o assunto da COP 30, estão em conluio com isso ou com aquilo, em nome de sobrepeso disso ou daquilo. Então, eu quero lhe dizer o seguinte, vereador, eu estou só esclarecendo para o senhor, por quê? Porque, obviamente, eu não estou aqui, não faço política e não estou aqui em uma posição de fazer nenhum tipo de julgamento de natureza política. Só que há um componente que é elementar, que, se o senhor olhar o processo e ver o processo capa a capa, foi o único processo licitatório que foi julgado duas vezes, com dois acórdãos. Então, ou seja, não há... Está pronto? Se puder, se puder... Olha aí. (*Exibição de vídeo*). Então, para concluir, vereador... Então, vamos lá. Então, como eu lhe disse, não há risco de retroagir no processo, o processo se encontra no TCM concluso. Primeiro ponto, sobre a Ata de Registro de Preço, ele não só se encontra plenamente legal, já está, inclusive, em adesão em outras capitais, correto? Ou seja, não há nenhum tipo de ilegalidade, instabilidade processual, risco de retroagir. Há completamente um amplo mapa de preços, que eu já projetei aqui, se o colega que nos assiste puder projetar de novo, que demonstra que o único preço diverso ao preço adquirido por Aracaju é o preço das licitações conduzidas pelos governos do Estado, que detêm isenção de ICMS e que, obviamente, da parte da empresa, não haveria nenhum problema da gente realizar um aditivo contratual, concedendo desconto proporcional, se o Governo do Estado de Sergipe conceder aqui igualmente a isenção do ICMS. Para cada ônibus, vereador Elber, só para a pessoa ter consciência, cerca de R\$ 400 mil vão só para o caixa do Estado. Dá para baixar? Claro que dá para baixar. Só o governador, por portaria, inclusive a prefeita Emília, eu soube pela imprensa, que entregou portaria de seis estados onde o ICMS é isento para esse tipo de veículo. É importante registrar, e o doutor Nelson sabe disso, que essa isenção é importante, porque praticamente 40% da tarifa, vereador Elber, de transporte, o cálculo da tarifa, é feita pelo chamado CAPEX, que é o juros sobre o capital próprio. Ou seja, a remuneração daquele capital investido em bens, ou seja, em ônibus, ele é remunerado por parte de quem faz essa aquisição. Então, inclusive, há um reflexo positivo sobre a pressão de custos da tarifa e eventuais subsídios que a prefeitura tenha que prestar. Está aí, como eu já demonstrei, tanto o mapa de preço dos processos de registro de preço

quanto dos últimos processos licitatórios realizados. O mercado é um mercado altamente competitivo, tanto que uma parte dos questionamentos citados no processo de Aracaju foi de fabricantes concorrentes. Todo mundo fiscaliza o preço de todo mundo, então é materialmente, vereador, impossível qualquer fabricante realizar uma venda com um preço diferente de mercado, justamente por essa concorrência, esse ambiente concorrencial mútuo. Se vocês acham que o debate aqui na Câmara é intenso, no mercado, entre os fabricantes, ele é mil vezes mais intenso. Exatamente, exatamente. Foram feitas pelos fabricantes concorrentes. Ou seja, todo mundo fiscaliza o preço de todo mundo e os preços são, fundamentalmente, ao fim e ao cabo, os mesmos. Os mesmos. Há uma diferença muito de detalhe, que é da cena concorrencial do certame licitatório. Eu acho que, em relação a isso... E me disponho, inclusive, a enviar... Ah, não. Isso. Também foi perguntado sobre a questão das notas. Como é que funcionam os contratos, não só de veículos, como de qualquer outro bem de capital? Isso é importante também que o vereador Elber e o vereador Fábio, que suscitaram isso, tenham atenção, isso está presente no contrato da Prefeitura de Aracaju. Há um procedimento, vereador, chamado entrega técnica. O que é entrega técnica? Eu, como fabricante, recebo um empenho e uma ordem de fornecimento. Eu pego o bem, coloco numa transportadora e entrego o bem ao município. O fiscal desse contrato, ao bem chegar, faz um recebimento provisório, que os bens chegaram na quantidade e na especificação determinada. Como nós temos, e o contrato prevê isso, inclusive o TAG, como eu disse que o TAG repetiu o serviço que já prevê esse contrato, não é simplesmente o bem. Eu não entrego aqui o ônibus, o carregador, pego um avião e vou embora de Aracaju. Junto com o bem, tem uma série de serviços associados. Então, lá está previsto treinamento de motoristas, lá está prevista a instalação e comissionamento dos carregadores, lá está previsto acompanhamento, integração de validador, catraca, câmera de segurança, GPS, o que a gente chama de teste linear para saber se os 300 km de autonomia do veículo, que são veículos 0 km, que é o que está em manual, estão batidos na prática rodando. Então, você roda 300 km com o veículo e vê se, de fato, a bateria deu conta de rodar os 300 km. Então, todo esse procedimento de entrega técnica, inclusive, estava em curso até quando nós fomos notificados por parte da secretaria para suspensão da entrega técnica, por conta da decisão cautelar. Então, ou seja, só ao final da entrega técnica há o procedimento de entrega definitiva e a autorização de emissão de nota fiscal. Aí você me pergunta: “E aí?”. Há, como toda indústria de bem de capital, o chamado de emissão da nota provisória, que é a nota, é o documento fiscal que atesta que o bem está em

processo de entrega técnica até a autorização da emissão da nota fiscal definitiva. Um segundo ponto importante a colocar também. O mercado de energia, vereador, é um mercado regulado. Então, para cada solicitação que você faz para uma distribuidora de energia, você tem, por prazo da ANEEL, tempos específicos. Você faz um requerimento de análise de projeto, ele leva 30 dias para lhe dar. Tudo regulamentado para o prazo da ANEEL. Então, isso gera um problema na implementação dos ônibus elétricos. Se o senhor der um Google, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba enfrentam esses problemas, que são o quê? Carros entregues e em não operação, têm várias matérias na imprensa colocando isso. Justamente por conta dessa interface do mercado de energia com as distribuidoras de energia. Isso faz... Exatamente. Isso faz com que o processo de entrega técnica leve um tempo maior do que o desejado. Para o senhor ter uma ideia, nós conseguimos instalar, durante o mês de julho, vereador, quatro dos sete carregadores que foram adquiridos. Por que não foram instalados os sete? Porque, durante o mês de julho, ainda não havia, na rede de energia, a disponibilidade de energia necessária para a instalação dos sete. Durante esse ínterim, com a suspensão da cautelar, muito provavelmente a Energisa já garantiu a energia necessária. Então, tão logo a gente seja autorizado a continuar, nós vamos fazer a instalação dos outros carregadores que faltam para que a gente possa concluir esse processo de maneira plena.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

André, antes de passar para os próximos vereadores aqui, só faltou responder à minha pergunta objetivamente. Respondeu a todo mundo aqui, só para...

ANDRÉ COSTA – REPRESENTANTE DA EMPRESA TEVX HIGER

Desculpa, é verdade. Volta no slide do preço, por favor.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Isso. Eu queria saber especificamente: o produto na descrição é o mesmo de Cascavel e o de Belém? E saber, especificamente, o motivo da diferença do preço de forma objetiva.

ANDRÉ COSTA – REPRESENTANTE DA EMPRESA TEVX HIGER

Há dois fatos aqui. Há uma incidência, eu até pedi aqui para a minha assessoria a cotação do dólar no período de aquisição de Cascavel, que, se eu não me engano, estava na casa de R\$ 4,80, R\$ 4,90, que foi aquele período de primeiro ano do novo governo, em que houve uma queda relevantíssima do dólar e o dólar estava na casa de R\$ 4,80,

R\$ 4,90. Então, há uma incidência de dólar objetiva. Inclusive, a gente não concedeu adesão à ata de Cascavel justamente porque, logo depois, houve uma apreciação relevante, em que o dólar saiu de R\$ 4,80 para R\$ 5,50, o que tornou o preço de Cascavel inviável. E há uma segunda situação, que é o quê? Há um decreto vigente do governo do Paraná que abate os custos de implementação da alíquota de ICMS. Então, o que acontece? No final das contas, apesar da alíquota, em nota, ser 20%, a empresa recolhe efetivamente 10%, porque ela abate diversos custos de implementação conforme o decreto do estado do Paraná. Então, também há pelo menos 10% aí de diferença nessa questão da alíquota. Todos esses argumentos, e aí eu convido, estão inclusive nas duas peças de defesa, vereador Elber, do processo do TCM do Pará. Se o senhor ler o processo do TCM do Pará capa a capa, todos esses argumentos estão repetidos duas vezes, no primeiro julgamento e no segundo julgamento.

ELBER BATALHA – PSB

Vocês fizeram uma réplica no Tribunal de Contas e eu vou rebater essa semana.

ANDRÉ COSTA – REPRESENTANTE DA EMPRESA TEVX HIGER

Entendeu? Exatamente. Então, são todos preços públicos, são todos preços administrados, há notas técnicas da Comissão e do Conselho Nacional que regulam a questão tributária, o Fórum de Secretários de Planejamento. Então, está tudo lá fundamentado nas duas peças de defesa. Respondida, vereador, sua pergunta?

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Respondida. O próximo agora, vamos colocar, que pediu para ser o quarto, é o vereador Vinícius Porto.

VINÍCIUS PORTO – PDT – INTERPELANDO

Senhor presidente Pastor Diego, eu queria, inicialmente, pedir desculpas aos convidados aqui pelo comportamento de alguns vereadores. Isso não reflete o nosso desejo. A gente tem que saber ouvir o contraponto. A gente precisa saber que temos um momento da fala e um momento de ouvir. Alguns vereadores aqui parece que não gostam de ouvir o contraponto. A verdade está com eles e não importa o que os outros vão falar. A verdade está com eles. Aí começam a espernear, espernear, espernear e eu peço desculpa aos senhores, porque nós temos que ter educação, nós temos que dar o exemplo para a sociedade. Solidarizar-me também com a vereadora Sonia pelo PSOL. Receba minha solidariedade, porque tudo isso aconteceu numa gestão política naquele

estado e está refletindo aqui na nossa querida Aracaju. Receba a minha solidariedade, que eu tenho certeza de que esse processo foi feito com muita lisura, com muito respeito, com muito compromisso. Mas, meus colegas vereadores, tudo isso começou em uma reunião que houve com... O vereador Elber saiu, está vendo? É isso mesmo, tem que entender. Nós tivemos uma reunião, a convite da prefeita Emília, que convidou toda a base, e nós tivemos oportunidade de lá conversar com os técnicos da prefeitura, esses atores que fizeram parte desse processo. Isso tudo foi iniciado a um pedido do nosso líder aqui da prefeita Emília Corrêa, vereador Isac. Obrigado, vereador Isac, por fazer aquela reunião, e lá nós tiramos várias dúvidas. Foi uma reunião de duas, três horas que nós tivemos lá, com a presença da prefeita Emília, dos senhores aqui, e foi muito proveitosa. E surgiu a ideia de não ficar apenas restrito aos vereadores da base; nós estamos com a verdade e quem está com a verdade não tem medo de discutir com ninguém. E aí vamos colocar para que todos os vereadores tenham acesso, tenham a possibilidade de falar, de tirar as dúvidas. E foi colocado aqui o procurador-geral do município, foi colocado o superintendente da SMTT, e eu ouvi no programa de rádio: “Mas eu nunca vi isso, o CEO, o presidente da empresa, vir aqui discorrer, discutir...”. Que bom que houve essa inovação, que está aqui o representante da empresa para responder a todos os questionamentos, da parte técnica, do tamanho do ônibus, da situação que houve lá em Belém do Pará. Portanto, tudo isso está sendo discutido graças à ideia do líder Isac, do vice-líder Lúcio. Eu tive a satisfação de ver, e eu sou apaixonado por futebol, que, no mês de agosto, agora, o Flamengo adquiriu um ônibus 100% elétrico. Não foram dessa empresa, foram da BYD, mas demonstra que o clube de futebol, o maior do Brasil, está atento a isso também. E que bom que nós temos essa possibilidade. Falar também que o modelo foi muito bem colocado por Nelson Felipe. Esse modelo de adesão à ata é para agilizar o processo, porque isso, temos que lembrar, foi uma promessa de campanha, que a prefeita Emília, juntamente com o vice-prefeito Ricardo, disseram: “Olha, nós vamos assumir a prefeitura em 25 e nós iremos melhorar a frota de Aracaju”. Então, foi uma promessa de campanha. Se demorasse um ano, dois anos, esses mesmos que estão falando agora iriam reclamar: “Cadê? Cadê os ônibus? Por que os ônibus não chegam a Aracaju?”. Então, isso foi uma promessa de campanha, está sendo concretizada, e o povo aracajuano, a exemplo desses homens e mulheres que nós assistimos nesse vídeo, que foram às ruas pedir ônibus de qualidade, também nós temos homens e mulheres aracajuanos que querem também ônibus de qualidade, fariam a mesma manifestação. E foi colocado também que esta foi a única ata, porque o

vereador Elber coloca, parecendo que tinham na prateleira 10, 15 atas para a Prefeitura de Aracaju escolher, e escolheu essa que teria um problema lá no Tribunal de Contas. Não, esta era a única ata aberta possível para que se pudesse fazer adesão, e assim foi feito. Portanto, eu queria fazer só um questionamento, Nelson: se existe, por parte da prefeitura, o interesse e o desejo de aquisição de novos ônibus para que a SMTT possa organizar e administrar uma parcela dos ônibus aqui de Aracaju ou não, ou se isso vai ser feito para entregar às empresas, para que elas possam fazer a administração disso tudo? Eu confio demais nesses homens que estão aqui, nos senhores. Eu não conheço os senhores de hoje, conheço os senhores de muito tempo. E o povo de Aracaju sabe quem são os senhores, homens de bem, homens sérios, honestos. Nelson Felipe foi superintendente na gestão do doutor João. O doutor João sempre elogiava demais a forma como o Nelson Felipe agia. E, nessa época, eu fui presidente da Câmara, nós conversávamos muito. E a paixão que ele tem por transporte não é pequena, é muito grande. E fez com que, depois de alguns anos, ele voltasse para a SMTT e está agora lançando ônibus elétricos. Em todo Aracaju, com fé em Deus, nós teremos em um futuro próximo, mas a semente está sendo plantada agora. E através de você, Nelson, você é esse homem íntegro, honesto, em quem eu confio demais. É você que está encabeçando esse processo, um processo inovador. Todos os processos são complexos, vai atingir alguém e esse alguém vai espernear. Mas eu poderia até entender se alguém falasse sobre o modo, se deve ser comprado pela prefeitura ou deve ser comprado pela empresa, isso a gente pode até entender, porque isso é da política, mas nunca, em momento algum, colocar sob suspensão o seu nome, porque o seu nome é um nome de bem, um nome limpo, e toda a sociedade aracajuana, sergipana e brasileira sabe quem é Nelson Felipe, da história de Nelson Felipe. Obrigado, Nelson, por tudo que você vem fazendo aqui pela nossa cidade. Não apenas agora, mas o seu passado é limpo de homem de bem e homem sério. Hunaldo, trabalhei com ele aqui na Câmara Municipal de Aracaju, na gestão de Zeca. Eu tive a honra e a satisfação de ser o vice-presidente da Câmara e conheci de perto o seu modo de agir, a sua forma sempre elegante, cortês, mas sempre duro nos momentos que tem que agir de forma dura, de responder de forma dura. Portanto, os senhores são os representantes do povo aracajuano no Poder Executivo. Eu só tenho a agradecer e ter essa oportunidade de estar aqui falando para vocês e para essa multidão que está nos assistindo agora. Continuem desta forma: reta, séria e honesta. Parabéns a vocês dois.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

A próxima a falar é a vereadora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – INTERPELANDO

Bom dia, vou fazer aqui minha autodescrição, que ainda não fiz hoje, para as pessoas que estão acompanhando esta sessão: sou uma mulher de estatura média; cor de pele branca; uso cabelos cacheados, tingidos de roxo na altura do queixo; uso óculos vermelhos; estou com uma blusa preta; um colar colorido, amarelo e preto; e um blazer cinza. Quero cumprimentar os vereadores e vereadoras e quero cumprimentar também o senhor Hunaldo, o senhor Nelson Felipe e o senhor André, que estão aqui hoje para prestar algumas explicações a respeito do que a Câmara levantou nesses últimos períodos. Acho que é muito importante, e eu penso que a gestão, a partir dos seus técnicos, de procurador, tem interesse sim em vir para a Câmara, porque foi suscitada aqui a possibilidade, a partir de algumas observações feitas, questionamentos feitos. Inclusive, suscitou-se a possibilidade de abrir uma CPI, e nenhuma gestão fica quieta diante de uma possibilidade de abertura de uma CPI. Então, ela deve vir mesmo aqui para explicar, para ajudar a população a entender, aos vereadores e vereadoras, e dar passo a passo. Isso é uma função nossa e isso tem que ser visto mesmo como algo importante, porque a Câmara, a nossa função de vereadora e vereador é fazer a fiscalização, que se cumpram bem os recursos públicos quando eles são investidos. E eu penso que não há nenhum problema nessa relação entre a Câmara e o Executivo para solicitar as explicações necessárias. Penso também, que o que nos levou a esses questionamentos, para além da leitura mais apurada de alguns vereadores, foram as próprias contradições que foram acontecendo de declarações entre a prefeita, o Tribunal de Contas, e como isso foi sendo passado para a população. Isso também enseja uma estabilidade e um olhar mais apurado sobre o processo, neste caso específico, da aquisição dos ônibus elétricos. Quero dizer também que a nossa reflexão nunca foi, pelo menos do grupo aqui da oposição, contrária à compra do ônibus elétrico. Não é uma questão contra a aquisição dos ônibus elétricos. Mas desde o início do projeto que previa o empréstimo, que nós já levantávamos questionamentos sobre a forma que veio a formalização do pedido de empréstimo, que o senhor Nelson Felipe também esteve aqui para explicar o porquê do empréstimo e o que era que não tinha naquele projeto, e por que não tinha naquele projeto, e o empréstimo foi realizado. E as próprias declarações também, no andar da equipe técnica da prefeitura, trouxeram algumas contradições nesse processo. O dinheiro já tinha chegado? O banco já tinha feito? A Prefeitura tinha conseguido já adquirir o empréstimo? Os ônibus chegaram? Então,

foram muitas questões. E tudo isso nos levou aqui a este momento de hoje, que é nosso papel, que é muito importante, e é importante que a população que nos acompanha saiba quais são os interesses que estão aqui. Antes de fazer as questões, que eu vou ser bem objetiva, eu queria também dizer que todas essas problemáticas acontecem, nós temos uma concepção de que transporte... Inclusive, discuti isso, coloquei isso para o senhor Nelson Felipe, de que transporte deveria ser 100% público, como é o acesso também, como é hoje o processo de limpeza urbana. Embora a gente terceirize, mas poderia ser 100% público, porque essa relação também com empresas, que é o que aconteceu na Prefeitura de Belém, e eu disse isso aqui no ano passado e disse este ano, colocando para a prefeita Emília, que limpeza urbana, transporte público, quando ele é terceirizado, quando ele passa por essas negociações com as empresas, derruba prefeitos, sim. E o prefeito Edmilson sofreu o lobby dos empresários de limpeza urbana e sofreu as consequências do lobby do transporte também privado, das concessões privadas, certo? Por isso que a população foi para a rua, porque suspendeu ônibus e suspendeu a limpeza urbana na gestão do prefeito Edmilson, do prefeito do PSOL. Eu disse isso aqui. E, inclusive, fizemos várias colocações para a prefeitura, de passo a passo, porque nós achamos, consideramos, que algumas medidas foram muito apressadas, inclusive na aquisição dos ônibus elétricos. Tudo isso levou a várias interrogações. Diante disso, eu creio que o que está sendo colocado aqui hoje, diante do que tem sido construído pela oposição, inclusive com a possibilidade de uma ação pública, eu penso que nós precisamos, a partir de hoje, ouvindo toda a gravação depois, ouvindo as informações aqui, nos voltar para o próprio processo que está em construção, por várias mãos, e ver qual vai ser a medida que nós vamos tomar. Eu penso que tem uma questão que precisa ficar melhor explicitada, mesmo com o que já foi colocada, que eu gostaria de colocar aqui. O Tribunal de Contas do Estado aprovou uma medida cautelar contra a Prefeitura de Aracaju, certo? Determinando a suspensão imediata de novos pagamentos da compra dos ônibus elétricos, dada a fundada suspeita de sobrepreço de até R\$ 28,5 milhões. Repercutiu na imprensa e o instrumento utilizado para a compra dos ônibus da prefeitura, conforme já foi dito aqui, foi a Ata de Registro de Preços nº 1/2024 da Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém, que já havia sido questionada por outro tribunal de contas com suspeitas de sobrepreço. Eu estou falando das suspeitas naquele processo. O senhor superintendente e a prefeita tinham conhecimento que havia suspeitas de sobrepreço na ata de registro da Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém? Se soube, à época, se já sabiam, mesmo assim teriam

utilizado desse instrumento para a compra dos ônibus para o município de Aracaju? Estou falando daquele momento da suspensão, e, se assim foi feito, com base em que foi feito, porque isso não foi explicitado nas entrevistas que foram dadas no momento em que foi questionado. Quero também colocar aqui um assunto que não é necessariamente – e o senhor me responde se o senhor quiser aqui hoje – sobre a aquisição do ônibus elétrico, mas eu levantei essa semana aqui a questão da tarifa, certo? Que eu acho que é algo importante para os senhores se atentarem. A gestão anterior, por meio da planilha de custos de projeto de lei aprovado por esta Casa, instituiu um subsídio tarifário de R\$ 0,50 por passageiro para o ano de 2024. E, através de outro projeto de lei que foi aprovado por esta Casa, que prorrogou o subsídio para o ano de 2025. O senhor Nelson Felipe, como superintendente, e a prefeita, em menos de 30 dias de gestão, aumentaram em 200% o subsídio público para as empresas de ônibus, sem enviar nenhum projeto de lei nem planilha para esta Casa, conforme obriga o § 1º do art. 238 da Lei Orgânica do Município. A SMTT tem alguma razão para não dar a devida transparência à planilha de custos que supostamente justificaria a concessão de aumento de 200% no subsídio público para as empresas de ônibus? Eu pergunto isto, porque o senhor, como já foi também superintendente na gestão do governo João Alves, também recebeu do Tribunal de Contas, à época, não sei se chegou a ser concluído, uma penalidade na irregularidade do cálculo tarifário da SMTT. Eu não sei em que isso resultou, onde e como isso ficou. Então, o senhor pode explicar. Essa questão da tarifa, eu coloco porque eu acho que isso é muito sério, é muito importante que a gestão esteja atenta a esse processo, porque houve um congelamento e o aumento, e esse aumento da tarifa também, como é subsídio, vai implicar depois em outras demandas que nós vamos abordar aqui, que talvez implique, inclusive, em alteração de lei, vereadores e vereadoras aqui, sobre a aquisição de ônibus, a concessão dos ônibus, inclusive desses elétricos, para a própria empresa e qual é o dever da empresa para com os cofres públicos, em relação ao próprio processo de manutenção da frota e renovação da frota. Porque o subsídio serve para renovar a frota, então não é um assunto extemporâneo, é isso que eu quero dizer aqui. E eu queria chamar a atenção desse aspecto para que a gente possa avançar nesse sentido. Muito obrigada e um bom dia.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Vinícius Porto, pela ordem

VINÍCIUS PORTO – PDT – PELA ORDEM

Só para deixar claro e lembrar aqui que o tema específico que nós temos que tratar aqui hoje é da aquisição dos 15 ônibus. Nada que seja fora desse tema... Se não, vai virar aqui... Se cada um quiser fazer uma pergunta de temas diversos, vão ser três dias aqui. Então, se eles foram convidados para tratar deste assunto, eles devem responder perguntas deste assunto. Com atenção, eu tenho respeito e admiração por Vossa Excelência.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Meus amigos, para encerrar essa segunda rodada, nós temos o vereador Camilo Daniel, certo? Na terceira rodada, inscritos, nós temos Anderson de Tuca, Lúcio Flávio e Isac. Mais alguém para se inscrever aqui? Tem Breno. Você é o próximo, encerrando a segunda rodada.

CAMILO DANIEL – PT – INTERPELANDO

Eu quero discutir daqui de cima, que é para eu conseguir conversar com os demais vereadores e vereadoras aqui presentes, assim como foi feito pela querida Professora Sonia Meire. Eu acho que, no primeiro momento, Nelson... Nelson, Hunaldo, André, sejam muito bem-vindos aqui. Eu acho que, no primeiro momento, é importante a gente fazer uma contextualização. Vereador Vinícius Porto, isso é uma coisa necessária, a gente tem que fazer uma contextualização. No caso de Belém, a sociedade sabe e está acompanhando, Belém vai sediar a COP. Então, você tem todo um debate relacionado e voltado à transição energética, ao meio ambiente. Então, é completamente compreensível que o debate do mundo, inclusive, esteja voltado para Belém. Então, acho que esse daqui é o primeiro contexto. E, aproveitando sua contextualização política do momento, André, acho que estar a COP para acontecer é, inclusive, um momento para que a sociedade política, a sociedade civil se mobilize para dizer: “Espera aí, a gente não pode não ter a COP sem ônibus elétrico”. Então, eu acho que esse daqui é um ponto. Esse é o contexto de Belém, sendo Camilo um aracajuano, mas eu estou comentando aqui a partir da avaliação de Vossas Excelências. O contexto da cidade de Aracaju, vereador Isac, e os nossos cabelos aqui, ou a ausência deles, nos faz preocupar, lembrar e rememorar, é que enquanto em Belém, André, o debate é com relação a uma transição energética, aqui, a gente tinha um bode na sala que era a Progresso rodando aqui na cidade de Aracaju. Nelson Felipe lembra-se muito bem disso. Então, enquanto o debate em Belém e o ônibus elétrico envolviam uma coisa, no nosso caso aqui, a gente tinha ônibus que parava toda semana numa esquina, numa avenida, porque estava

quebrado. Você tinha um contexto de empresa que passava mais de quatro meses sem pagar o salário do trabalhador, de gente que até hoje não recebeu recurso de FGTS, de uma situação que, daqui a 10 ou 15 anos, vai estar esse povo, vereador Bigode, esses trabalhadores, na porta dos Tribunais Regionais do Trabalho, querendo que seja pago ainda o que deve a eles há tanto tempo, assim como é o caso de várias outras empresas, entre elas, o caso da VCA e do Grupo Bonfim, que é público aqui. Sempre na Câmara, inclusive, esse pessoal vinha, esses trabalhadores. Eu acho que são contextos completamente diferentes, no primeiro ponto. Eu acho que uma segunda coisa importante que tem que trazer para o debate é que... Corrija-me, Nelson Felipe, se eu estiver equivocado, mas Vossa Senhoria aqui na apresentação, quando foi aprovado, na Câmara, aquele empréstimo e durante todo aquele debate, o senhor fez um comentário que eu até hoje me recordo com relação à quantidade da frota. Você disse: hoje a gente está operando com 440, deveríamos ter 550. E, nesse contexto, quantos ônibus elétricos são colocados na cidade de Aracaju? São 30, neste momento 15. Então, observem qual é a questão. No debate inicial, e é bom lembrar isso, eu, inclusive, sou um sujeito que acredito no carro elétrico, acredito na transição energética, sou um defensor do meio ambiente. Minha raiz é Sem Terra, e a raiz Sem Terra é uma raiz que me faz acreditar na natureza. Eu defendo isso. Mas, aqui, na cidade de Aracaju e na Grande Aracaju, na minha avaliação, e humilde avaliação, eu achava, lá atrás, que a gente tinha que... Eu não sou um etapista, não, mas eu vou comentar dessa forma. É como se a gente tivesse que vencer uma etapa. Antes de a gente ter ônibus elétrico, a gente primeiro deveria ter ônibus. Então, o debate que tinha na cidade de Aracaju, naquele momento, e na minha humilde avaliação, a população compreendeu muito bem isso, é que, veja, lembrando, o vereador Vinícius Porto, na época, chegou até a comentar que o ônibus a gás é mais barato, então, no lugar de você comprar 30, poderia comprar X. O debate que foi feito à época, os ônibus EURO 6, que poderiam ter sido comprados mais de 100, 120 ônibus, e automaticamente renovaria mais de 25% da frota do transporte público de Aracaju. Veja, nós não estamos falando nem de 10% de renovação da frota. Então, é um engodo, no primeiro momento, você dizer e anunciar que está acontecendo a renovação de uma frota no sistema de transporte, porque é mentira, você não trata nem de 10% do sistema de transporte. É importante, é um passo importante? Acho que é, mas acho que tinham outras prioridades antes disso. Ponto. Contextualizei. Quero agora tocar em dois assuntos que, para mim, são muito importantes. Veja, eu sou um sujeito muito comedido com as minhas palavras, porque eu acredito que a palavra do político tem que

ser muito respeitada, vereador Isac. Então, se você fala um negócio, esse negócio tem que ter impacto. Eu não vou ficar aqui fazendo firula todo tempo, na minha avaliação, não. A gente tem que ter muito compromisso com o que a gente fala, e essas coisas que a gente fala são coisas que têm que ser palpáveis. Por que eu estou dizendo isso? No ano passado, eu quero aqui lembrar vocês, eu acho que a maior denúncia que houve na história da cidade de Aracaju, no último período, foi o vereador Isac quem trouxe aqui para esta Casa Legislativa com a compra daqueles computadores que a Secretaria de Educação fez, e a cidade toda lembra, era uma economia de não sei quantos milhões, um indício de superfaturamento de X milhões de reais, que eu não me recordo bem agora, e a gente passou um tempo... No período eleitoral não, a gente, calma, está na eleição, não vamos politizar muito o negócio, mas, pós-eleição, a Comissão de Educação, Sonia Meire aqui, nossa presidenta, na época: “Vamos trazer Ricardo Abreu aqui para fazer as explicações”. E aí Ricardo Abreu veio, não sei se todo mundo ficou convencido, mas o fato é que as denúncias e a proposta de CPI, naquele momento, não foram colocadas à frente, porque foi de fato identificada ali uma quantidade X de megapixel no computador... Enfim, o que eu estou querendo dizer aqui para Vossas Excelências, e isso daí é uma coisa que, para mim, me chama muita atenção, é que eu ouvi toda a explicação, toda a explicação, do Nelson Felipe, do Hunaldo, do André, ouvi toda a explicação. Eu acho que, com relação à compra dos ônibus e o valor da compra desses ônibus, eu não tenho como dizer agora a minha posição, porque eu quero, durante esse próximo período, talvez nos próximos dias, vereador Elber Batalha, que aí eu acho que é uma tarefa criteriosa que a oposição tem que ter. E abrindo um parêntese aqui: oposição serve para isso, para a gente estar aqui, cobrar, cobrar transparência. Vossas Senhorias vêm aqui, fazem as explicações. Se a gente se convencer, bem. Se não se convencer, não, aí é outra história, a gente conhece. Mas a questão, na minha avaliação, é a seguinte, vereador Anderson de Tuca... Vereador Elber me fez perder a linha do raciocínio, o senhor me paga, e eu ainda com fome, querendo ir almoçar com meu amigo Anderson de Tuca no dia de hoje. Mas eu quero aqui lembrar uma coisa: nós temos, na minha avaliação, nesse próximo período, a missão de, criteriosamente, analisar o preço dos ônibus elétricos vendidos no nosso país. Eu acho que esse daqui é o principal ponto. Essa não é uma informação que a gente encontra, por exemplo, você vai no Google, eu estava esses dias conversando com o palhaço Soneca, por exemplo, a respeito da compra de um carro. E aí você pergunta: “Qual o preço de X carro, de Y carro, de tal carro?” É uma informação que,

rapidamente, você acha no Google, Professora Sonia Meire, você acha nos canais de informação. Essa aqui, eu reconheço que estou vulnerável à informação que André nos trouxe, e parte da informação tem relação com o dólar, com o preço do dólar. Eu não quero estar vulnerável a isso, então, para mim, o debate não se encerra agora, Sonia Meire. Ele vai se encerrar quando a gente conseguir ter a ciência, Nelson Felipe, completa das coisas. E perceba a importância disso, mais uma vez: se a gente não fizer isso, a impressão que passa na cidade é de que tem coisa errada. Duas coisas ainda assim me chamam muita a atenção e é sobre isso que eu queria dialogar com Vossas Senhorias aqui presentes. Duas coisas me chamam muito a atenção. A primeira dessas coisas é o seguinte, veja, esta Casa é uma Casa política que a prefeita Emília Corrêa tem a maioria absoluta dos vereadores na sua base. Nós temos aqui cinco vereadores na oposição e eu fico me perguntando e me questionando o porquê de tanta demora para vir aqui à Câmara fazer essa apresentação. Eu acho que essa daqui é a primeira coisa que me chamou muita atenção. Os vereadores aqui disseram... Veja, eu fiz um pronunciamento aqui e disse: nós temos que ter CPI, acho que CPI é o caminho. Eu fiz esse pronunciamento aqui na Câmara. No mesmo dia, a gente viu na imprensa que a prefeita Emília chama a base dela para uma reunião na prefeitura, pelo que eu soube na outra sessão, para fazer explicação para os vereadores sobre todo esse processo, que acho que é o que vocês estão fazendo aqui agora. Mas por que não veio a esta Casa fazer isso? Porque passou-se mais, acho que, de quinze dias que está esse debate aqui. E digo mais: desde a primeira denúncia que foi feita na Câmara de Vereadores aqui, desde a primeira denúncia, já vai quase um mês. Um mês, vereador Elber, tem quase um mês. Tem mais de 20 dias que o primeiro conselheiro, que foi Flávio Conceição, fez... Veja, tem quase um mês isso, a gente estava no recesso ainda. Como é que só agora as explicações começam a aparecer? Eu acho que essa é a primeira coisa que, para mim, ainda não está compreendida. E uma segunda coisa que para mim também não está compreendida e eu quero saber da legalidade disso, porque eu... Veja, eu gostaria muito de saber, gostaria muito de saber uma segunda questão que é a seguinte: como é que os ônibus estão rodando na cidade de Aracaju sem que esses ônibus tenham sido comprados e pagos? Essa questão foi levantada por Elber, por Fábio Meireles, por Sonia e eu, sendo bem sincero, eu não consegui entender. Eu não consegui entender, porque eu percebo por parte da gestão ainda, e aí peço desculpas pela interpretação que estou trazendo, mas eu percebi uma espécie de “ensaboamento”, porque aqui se comentou muito: “Não, porque o ônibus elétrico é importante, porque ônibus elétrico é a solução,

é a tendência, é o futuro”. Mas tem uma questão específica que é a seguinte: como é que a Secretaria do Tesouro Nacional até hoje não liberou o empréstimo da Prefeitura de Aracaju e esses ônibus estavam rodando na cidade? Eu acho que essa questão aqui é a que chama muita atenção. Chama atenção e é importante que isso seja esclarecido, porque o objetivo nosso é de que exista transparência. Então, eu acho que essa questão para mim ainda não foi... Não está resolvido isso, esses dois pontos aqui na minha avaliação. Acho que a gente tem outras coisas ainda. Como comentei, outros assuntos com relação ao preço, a gente vai se debruçar na próxima semana, nos próximos dias. Outra coisa que eu deixo também esse questionamento aqui para Vossas Senhorias e já concludo aqui a minha fala, porque eu estou vendo que Anderson de Tuca está triste. É o seguinte: por que motivo não se quis fazer uma licitação? Veja, aparentemente, você tinha um processo de uma ata viciada, que foi explicado aqui por Vossa Senhoria sobre ela, mas acredito que, antes disso, pensou-se na possibilidade de uma licitação, ou não? Eu acho que essa daí é a questão, e quais os motivos, acho que são essas aqui as principais questões. Muito obrigado.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Doutor Hunaldo, secretário Nelson, André, só um minutinho. Tem um aniversariante hoje, ele é o próximo na terceira rodada e ele está pedindo para adiantar agora, porque ele tem um compromisso com a família também. Então, vou abrir essa exceção para o Anderson, para a gente ter quatro nessa rodada. Vereador, aniversariante, Anderson de Tuca.

ANDERSON TUCA – UNIÃO BRASIL – INTERPELANDO

Obrigado, Joaquim. Prometo que vai ser, no máximo, três minutos. Queria que já colocasse um vídeo, rapidinho. Se pudesse, Letícia, soltar o vídeo. Assim é que era o transporte da nossa cidade. Assim, Joaquim, é que as pessoas que andavam... Não vou nem citar o nome da empresa, que já não faz parte do certame. Olha a dificuldade, as pessoas eram obrigadas a descer, porque os ônibus quebravam, meu amigo Byron. As pessoas não utilizavam... As pessoas andavam em ônibus – esqueça a questão do ar-condicionado – sem condições de uso. Há quanto tempo, meu amigo Byron, que se fala em transporte aqui? Cobrei de João, cobrei, várias vezes, de Edvaldo, certo? E não foi feito. Por exemplo, tivemos o superintendente Renato... Por exemplo, acredito que tivemos um lapso, o Camilo está certo nessa parte do lapso do tempo da decisão de Flávio em relação à vinda dele aqui, mas ele está aqui para trazer as explicações. Pior

era Renato, quantas vezes aqui o vereador Breno, eu, meu amigo Soneca... Para você ter noção, Nelson, você é testemunha que eu coloquei R\$ 50 mil para colocar redutor de velocidade, que deveria vir da SMTT, porque o secretário disse, o superintendente Renato, que não tinha na época. Isso é um absurdo. Mas voltando para o ônibus, quero dizer que quem sente falta é quem usa. Quem sente falta hoje são as pessoas que vão para a faculdade, que vão para as escolas. Eu estava com o Byron, perguntei aos alunos: “O que é que vocês sentem falta hoje?”. “Dos ônibus elétricos”. “Por quê?”. “Tinham ar-condicionado, vereador”. Nós conversamos de diversos assuntos, eu e o Byron falamos um pouco sobre o Legislativo... Então, essas pessoas que estão sentindo falta do transporte, e eu mostrei esse vídeo aí para mostrar como era. E outra, foi conversado na última reunião do consórcio com a prefeita Emília Corrêa, junto com o governador, para que ele baixasse o ICMS, que é caríssimo. Hoje, a questão do ônibus elétrico, carro híbrido, temos que favorecer. Eu pedi ao governador que desse esse imposto aqui, porque na Bahia tem. Nós temos na Bahia, Maceió, os carros híbridos não pagam o IPVA. Temos que incentivar. É algo que precisamos, trazer sustentabilidade, vereador Breno, que é um vereador que sempre cobra essas questões. Então, aqui foi discutido em relação à ata. A ata é algo legal, é algo previsto e algo que dá celeridade naquilo que as pessoas precisam. E só sabe, vereador Byron, quem andou de ônibus, sabe quando a minha linha andava a Augusto Franco/Siqueira Campos, para ir para a faculdade Tiradentes, ia parar lá no DIA. Quando você vê a pessoa querer mudar, e toda mudança causa transtorno, pode ter um “embrolíozinho” ali, mas quero aqui parabenizar os dois, tanto o procurador como o Nelson, por estarem aqui para tirar todas as dúvidas também. O nosso CEO, que eu nunca vi uma pessoa de uma empresa tão importante vir aqui para discutir, debater e trazer informações, seja aqui, agora, ou em qualquer momento. Mas a minha preocupação, Joaquim, é só uma: é com quem anda com o transporte. E quem andava no transporte, andava desse jeito aí, quebrava direto, andava a pé e estava vivendo outra realidade. E o ônibus elétrico hoje é sustentabilidade, é dignidade para quem está no sol quente, agora, precisando ir trabalhar. Então, não vejo a hora de retornar para que a nossa população possa usufruir do melhor, que é para isso que as pessoas nos colocaram aqui. Obrigado ao procurador Hinaldo. Obrigado, Nelson. E eu quero pedir a permissão de me retirar.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Para responder a Vinícius Porto, a vereadora Sonia Meire, o vereador Camilo Daniel, o vereador Anderson de Tuca, podem ficar à vontade.

NELSON FELIPE – SUPERINTENDENTE DA SMTT

Vereador Joaquim, eu vou tentar ser breve porque tem um monte de questões aqui. Eu vou tentar ser o mais breve possível e daqui a pouquinho também vou passar para... Não sei se o Dr. Hunaldo vai querer se manifestar ou se não o André. Mas, primeiro, agradecer aqui publicamente as palavras do vereador Vinícius, realmente cheguei a um momento aqui até a me emocionar, porque os ataques aqui que eu sofri em alguns dias... Inclusive, acho que até o vereador Breno ouviu quando eu cheguei, que até como se eu fosse ser preso por algo que eu não fiz. Então, assim, o vereador Vinícius conhece muito bem, é um amigo de longa data e sabe muito bem da minha postura, do meu compromisso com o serviço público, e eu faço questão de dizer isso, até porque eu fui policial... Aposentado, não é? Então, eu sou policial rodoviário federal aposentado, trabalhei na PRF durante 26 anos. Fui superintendente por quase 5 anos e minhas contas do TCU foram completamente aprovadas e sem ressalvas pelo período que eu passei por lá. Então, não tenho nenhum medo desse tipo de situação, uma vez que eu tenho consciência total do meu trabalho, vereadora Sonia Meire, e tenho certeza de que estou fazendo a coisa certa com a maior probidade possível. O vereador Vinícius perguntou se virão mais ônibus. Virão, sim, vereador Vinícius. Virão, não só elétricos, a complemento desses, mas também, se Deus quiser, no futuro compraremos mais elétricos, até porque, como eu disse aqui no começo da minha fala, na fala inaugural, Aracaju precisa seguir o progresso, precisa seguir o futuro, e o futuro é o elétrico, não tem para onde correr. O futuro é a eletrificação da frota, e aí nós teremos, realmente, mais tarde, se Deus quiser, ao longo dos anos, uma frota totalmente 100% elétrica. Vereadora Sonia, eu gostaria de responder às suas perguntas, e a primeira pergunta que a senhora fez foi se nós, gestão municipal, sabíamos das questões do TCM lá de Belém do Pará. Veja, vereadora, essa licitação acontecida em Belém do Pará foi feita, como foi colocada até agora aqui pela senhora e pelo vereador Camilo, para a COP30, uma licitação que trazia ônibus elétricos com todo o padrão de prestigiar o meio ambiente. A COP30 é um evento internacional. Aí chega aquela situação: quantos órgãos fiscalizadores passaram por essa licitação? TCM, TCE, TCU, Ministério Público de Contas, Ministério Público Estadual, os órgãos da União, todos eles passaram por ali. Até então, nós tínhamos uma certidão, e temos ainda, doutor Hunaldo tem posse dessa certidão. No final do processo, o próprio TCM de Belém do Pará emitiu uma certidão dizendo que não havia nada, em absolutamente nada, que comprometesse aquela licitação feita, bem como a Ata de Registro de Preços. Essa certidão está de posse do

doutor Hunaldo. Não é, doutor Hunaldo? Está de posse do Dr. Hunaldo, dizendo exatamente isso. Então, é uma ata de preço que foi renovada este ano agora em maio. Ou seja, não há absolutamente nada de equivocado nessa ata. Absolutamente nada. É tanto que o doutor André fez questão de dizer e de demonstrar em tabelas, inclusive em acórdãos, em julgados, em todos os documentos que ele apresentou, demonstrando que não há nenhuma ilicitude naquela ata. Então, da mesma forma, nós também confiamos plenamente, até porque é um município que, naquela época, como ele mesmo colocou e a senhora confirmou, era gerido pelo partido ao qual a senhora é afiliada, e mais um motivo até para a gente ter certeza da lisura que era feita aquela gestão. A segunda pergunta que a senhora fez... Na verdade, eu até preciso, se a senhora me permite, fazer uma correção. A senhora falou que a gente deu 200% de aumento no subsídio. Até o vereador Vinícius disse que não precisaria responder, mas eu faço questão de responder, porque não houve aumento no subsídio. O que houve foi uma troca das finalidades dentro do subsídio. O subsídio que é pago hoje é o subsídio que foi aprovado na gestão anterior. Somente uma troca na finalidade, nada mais do que isso. E complementando essa fala, a senhora falou que gostaria muito que o transporte público, assim como o lixo e outros serviços, fossem públicos. O transporte público, vereadora Sonia Meire, tem algumas peculiaridades que todas as prefeituras que tentaram fazer o transporte público interno, ou seja, com o controle da gestão, quebraram, porque as peculiaridades do transporte público são imensas. E a gestão municipal ou estadual, se ela for se meter a fazer, ela não consegue ter uma dedicação tão exclusiva e tão imediata para fazer rodar. E eu vou lhe dar um exemplo, o vereador Camilo, no começo do ano, castigava na crítica ao transporte público aqui nesta Casa, por diversos motivos, e de forma correta, inclusive. Imagine que aquilo era uma empresa privada, ônibus quebrados, ônibus sem condições de rodagem, pneus carecas, sem piso, entre outros. A empresa privada pode chegar, sair daqui com um ônibus com pneu careca, vai ali na loja de pneus, compra um pneu e coloca no local, basta ela ter dinheiro. O poder público pode fazer isso? Não pode. Tudo, e os senhores sabem, até porque um dos motivos da gente estar aqui hoje é discutindo o quê? Uma licitação. E tudo no poder público, até uma simples caneta, como alguém citou agora há pouco, acho que, se não me engano, foi o Vereador Elber, até uma simples caneta, eu preciso licitar; e a senhora imagine gerir o transporte público tendo que licitar tudo. Então, é uma dificuldade absurda nesse sentido, entendeu, Professora? Entendeu? É. Isso. Pois é. Outra coisa que a senhora perguntou foi sobre o processo que foi colocado, e eu me recordo muito bem, foi até um

ex-professor meu, professor Sérgio Monte Alegre, que entrou com uma denúncia contra mim no Tribunal de Contas por uma diferença de dois centavos no cálculo tarifário. Quero lembrar para os senhores de que a planilha de cálculo tarifário é uma planilha de 91, que não tem a menor possibilidade de ser utilizada mais em lugar nenhum, até porque ela é base do GEIPOT que já acabou há 20 anos. Pois é. Então, ela não tem a menor possibilidade de ser base para cálculo tarifário. É tanto que esse processo, Professora, foi arquivado logo depois da gestão terminar, da gestão de João Alves terminar. Ele foi arquivado em definitivo, se não me falha a memória, pela conselheira Angélica ou pela conselheira Suzana. Eu me lembro de que foi uma das duas, não lembro exatamente quem foi. Essas foram suas perguntas a mim, que eu anotei aqui. Vereador Camilo, o senhor falou sobre a questão dos ônibus elétricos e por que não fazer mais ônibus. Eu lhe digo outra coisa. Eu disse, naquele dia, que Aracaju tinha a necessidade de ter mais ônibus e hoje temos. Por que eu disse que precisava ter mais ônibus? Porque a empresa Progresso, naquela época, a gente não contava com ela. A empresa Progresso, naquela época, vereador Camilo, tinha que ter 140 ônibus. Ela dizia que tinha 100 e botava 70 para rodar, ou seja, metade. Tanto é que, no dia em que nós retiramos a empresa Progresso do sistema, foi porque ela, até dos 70, saiu com 40 ônibus para a rua. Ou seja, de 140, ela só colocou 40. Então, por isso, ela não tinha mais condição de rodar. Quando a gente refez o sistema, o sistema passou a operar de forma positiva e, então, nós começamos a ter uma situação favorável. E em relação ao elétrico, como o senhor mesmo falou, Aracaju, tudo tem um começo. Nós estamos começando a eletrificação da frota. Não dá para Aracaju fazer igual a São Paulo. São Paulo comprou mil ônibus elétricos. Aracaju está comprando 15 e vai comprar mais 15. É um começo. A tendência nossa é, com o passar do tempo, conseguir essa eletrificação total, mas tudo precisa desse tempo aí. E hoje, vereador, uma coisa que a gente se orgulha muito, e permita-me até ter esse orgulho, é que nós pegamos uma frota totalmente sucateada. Uma frota que tinha uma média de idade que passava dos 14 anos – média –, tinha ônibus de quase 20 anos rodando. Hoje, neste momento, nós temos uma média de idade de 7 anos, com uma projeção, para o final do mandato da prefeita Emília Corrêa, para 4,7 anos. Coisa que na licitação, que eu não vou entrar no mérito agora, até porque não tem nada a ver com isso, na licitação que está *sub judice*, a previsão era para 11 anos para a média da idade chegar a 5. Então, assim, isso é muito importante falar. O senhor falou que era preciso fazer uma pesquisa, aprofundar sobre a questão dos ônibus elétricos. Eu apoio demais essa pesquisa. Eu acho que o senhor tem que fazer mesmo.

Agora, com a única observação: atente-se para não misturar o que é 100% elétrico e o que é eletrificado, são preços diferentes, porque são produtos diferentes. É como eu expliquei lá na fala inicial, são ônibus que são montados para ser a diesel e trocado o motor, e ônibus que são totalmente elétricos já desde a sua nascença. Isso é de extrema importância. Eu não posso lhe responder à pergunta, eu acho que só os seus pares que podem responder, quando o senhor perguntou por que a gente não veio antes. Tanto eu como o doutor Hunaldo estamos sempre à disposição; as vezes que forem necessárias da gente estar aqui, nós estaremos com o maior prazer do mundo. Estaremos com o maior prazer a cada vez que formos convidados, com o maior prazer do mundo. Eu vou pular aqui, vereador Camilo, a última pergunta que o senhor me fez, porque eu vou pedir para o André responder, mas vou responder logo ao vereador Anderson, que ele não está aqui, mas vai poder ouvir depois. A população, na verdade, vereador Anderson, eu estou me dirigindo a Vossa Excelência, mesmo o senhor não estando aqui, mas têm as gravações, o senhor pode ouvir depois, a população hoje quer ônibus na rua, ela quer ônibus de qualidade, ônibus confortável. O vereador... Ai, meu Deus, cadê? O vereador Bigode, lá do Santa Maria, é testemunha disso, da melhoria dos ônibus lá de Santa Maria, na Zona de Expansão, em todos esses locais. E assim, vereador, a gente, só para encerrar, a perfeita Emília, ontem, na reunião com o governador, ela não pediu uma redução do ICMS, ela pediu a isenção total do ICMS. E se essa isenção sair, vereador Camilo, a gente ainda consegue comprar mais ônibus, porque é a isenção, o valor é absurdo, porque é quase 20% do ICMS que se paga. Então, quando você isenta de 15, você pode comprar, pelo menos, mais uns dois ou três, porque o valor consegue fazer a compra. Só para encerrar e passar, presidente, para o André complementar, um dado que saiu numa pesquisa agora há pouco, feito acho que no começo do mês, a gente saiu, vereador Isac, de uma situação de 67% de ruim ou péssimo para o transporte público da cidade de Aracaju, para uma situação de 65% de ótimo e bom para o transporte público de Aracaju. Isso em apenas seis meses. Era isso. Obrigado, gente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Vamos prosseguir aqui a fala. Faça a colocação.

CAMILO DANIEL – PT

Porque eu acho que o senhor se esqueceu do porquê os ônibus vieram a rodar sem que o empréstimo....

NELSON FELIPE – SUPERINTENDENTE DA SMTT

É o que eu vou passar para o André falar.

CAMILO DANIEL – PT

O empresário que vai falar sobre...

ANDRÉ COSTA – REPRESENTANTE DA EMPRESA TEVX HIGER

É porque é uma questão contratual, eu vou explicar para o senhor. Se o senhor observar no contrato... Talvez o vereador Fábio Meireles já tenha cópia do contrato. O contrato dispõe de dois momentos de entrega: a entrega provisória, que é quando o bem efetivamente chegou aqui para a SMTT; e a entrega definitiva. Por quê? Porque como a compra do bem não é simplesmente a compra de um bem. Usando a comparação do vereador Elber Batalha, não é uma compra de fralda, que você vai lá, entrega o pacote de fralda e acabou, não. Tem uma série de serviços associados, que serviços são esses? O treinamento dos motoristas. Por que esse treinamento é importante, vereador Camilo? Porque o freio do veículo é regenerativo, a maneira que o condutor freia, ele recarrega a bateria, o que amplia de 300 para 350, 370 quilômetros a eficiência do veículo, correto? Segundo ponto, a parte de projeto, adequação da rede elétrica dos pontos de carregamento, porque o contrato não é simplesmente de ônibus, são ônibus e carregadores. Então, há também a parte de comissionamento, instalação, programação dos carregadores. Terceiro, a certificação e a metrologia das características determinadas em ata e em contrato. O ônibus precisa ter 300 km de autonomia. Como o veículo é novo, zero quilômetro, o que a gente faz? A gente faz o que a gente chama de teste linear. Anda os 300 km e vê se a bateria chega ao final e anda com os 300 km de maneira efetiva. Tudo isso é feito em conjunto com a equipe da SMTT, com o fiscal do contrato, fazendo os atestes de cada característica componente do contrato do veículo. O senhor está entendendo? Outro ponto importante, a instalação dos validadores e das catracas. Outro ponto, a integração das câmeras e do GPS, porque, como o senhor sabe, cada veículo desse tem oito câmeras de segurança que serão integradas aqui junto à central de monitoramento, não sei se é da Guarda Municipal ou da Secretaria de Segurança do município. Ou seja, junto à aquisição do veículo, há uma série de serviços associados e uma parte desses prazos, vereador, não depende do fabricante e não depende da SMTT, porque, como os carregadores são elétricos, eles são dependentes do mercado regulado de energia. Então, por exemplo, cada carregador tem 160 kW de capacidade e carrega dois ônibus ao mesmo tempo. Ele precisa de uma rede de média

tensão, correto? Ele precisa de uma rede de média tensão. Na rede de média tensão, para a gente identificar qual é o ponto onde há rede de média tensão, a gente faz uma consulta formal à distribuidora de energia. A distribuidora de energia, por normativa da ANEEL, tem 30 dias de prazo para nos dar a resposta. Então, uma série de pontos da entrega técnica, nós ficamos dependendo da distribuidora de energia, que foi, inclusive – eu preciso dar esse testemunho –, muito parceira do projeto e nos entregou todas as respostas na maior celeridade possível, correto? E a gente só não concluiu, vereador Camilo, a entrega técnica por conta da decisão cautelar que suspendeu o processo. Se não houvesse a decisão cautelar, com certeza, a entrega técnica já estaria concluída. Não sei se eu respondi e fui claro. O senhor pode, inclusive, observar, isso está explícito no contrato: a entrega provisória e a entrega técnica. E o faturamento só acontece...

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Vamos só seguir aqui a ordem, senão vai ficar o debate lá e cá, lá e cá, e a gente não finaliza; tem três oradores ainda. No final, a gente deixa as considerações finais. Já terminou, André? Sua fala, já? Pronto, vou deixar agora Breno falar. Breno, por favor.

BRENO GARIBALDE – REDE – INTERPELANDO

Boa tarde a todas e a todos. Queria saudar a Mesa, agradecer a presença de vocês. Acho muito esclarecedores alguns pontos que foram trazidos. A nossa função como vereador é estar cobrando respostas para que a gente possa trazer para a população esses dados. Nelson, sempre muito solícito, sempre, todas as vezes que eu precisei, Nelson, muito obrigado, deixo aqui esse esclarecimento público. Sempre que a gente precisou tirar qualquer dúvida, sempre foi muito cortês para trazer essas respostas. Da mesma forma, o Hunaldo, e agradeço a presença de André também. Tenho alguns pontos que eu gostaria só de trazer mais informações. Questão sobre a usina de energia fotovoltaica: por que foi aprovada junto ao empréstimo para que essa usina fosse construída dentro desse valor, como é que está isso? Só para que a gente possa entender como isso será feito. E também a questão jurídica, Hunaldo, se você pudesse trazer um pouquinho mais de como está esse andamento, quando a população vai poder ter de volta esses ônibus elétricos, que é o que a população está questionando e é o que a gente recebe, quando esses ônibus estarão na rua novamente, para que a gente possa dar essa resposta. E sobre a questão, Nelson, que você traz, a gente ouviu, aí é uma questão... Eu sempre defendi os ônibus elétricos aqui, quem me acompanha, sabe, desde o início, quando se falou de eletrificação da frota. Fui muito criticado, o pessoal falando da

comparação de preço. Não, a gente precisa, sim, eletrificar nossa frota, é uma tendência mundial e Aracaju está avançando nesse sentido. Então, acho muito bom a gente estar com essa discussão avançada, até para servir de referência para outras cidades que estão querendo eletrificar a sua frota. Então, Aracaju sai na frente... Só não gosto quando compara com árvore, porque compara um ônibus elétrico como se fosse 18 mil árvores, para mim não faz sentido nenhum, porque o ônibus elétrico você deixa de emitir, enquanto a árvore captura o CO2, são coisas completamente diferentes, mas entendo a lógica do marketing. Então, essas duas questões: a questão da usina fotovoltaica, de como está esse andamento e de quando a população terá de volta os ônibus circulando.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Pode, doutor... Quem? Ah, têm Lúcio e Isac. Com a palavra, Lúcio e, depois, Isac.

LÚCIO FLÁVIO – PL – INTERPELANDO

Obrigado, senhor presidente. Eu gostaria de começar a minha fala subscrevendo o vereador Vinícius Porto, solidarizando-me à vereadora Sonia Meire, porque todos esses ataques à compra desses ônibus, inicialmente, surgiram da prefeitura do PSOL. Então, eu quero me solidarizar, porque essa compra originária do PSOL está sendo questionada e atacada, e aí vai a minha subscrição ao vereador Vinícius Porto, ao PSOL, por esses ataques. Segundo, eu não acredito ser honesta, ou só pode ser piada, brincadeira, o vereador Camilo, do PT, dizer que esses ônibus elétricos nada têm a ver com renovação de frota. Parece... Eu não sei bem o que é que ele quis dizer com isso, “não ajuda na renovação da frota”. Ou o vereador Camilo não se lembra do que ele reclamava, no mandato passado, sobre a Progresso, que ele vinha aqui na Tribuna falar, ou ele não se lembra do que ele falava, ou eu não sei do que se trata esse tipo de comentário. Só para responder ao vereador Camilo, que questionou por que demorou tanto: vereador Camilo, nós temos aqui a conciliação de agendas de secretário, superintendente, empresário e o presidente desta Casa. Essa agenda foi feita numa tentativa de conciliação, especialmente, porque o empresário não mora nesta cidade. Então, foi esse o motivo, e a gente está considerando que não durou mais do que 15 dias, não é razoável Vossa Excelência vir aqui dizer que foi demorada a vinda aqui. Por favor. Bom, o açoitamento em acusar, senhores que vieram aqui, nos leva a crer que a oposição talvez não confie no Tribunal de Contas, que emitiu parecer favorável a esta ata, a esta compra, inclusive, além de dar atestado de que a empresa é idônea, de que

não deve nada à Justiça, de que está apta, e que a ata, além de apta, está vigente e foi renovada, a oposição precisa questionar esses órgãos fiscalizadores. Porque só foi possível qualquer prefeitura fazer adesão a isso aqui, porque essa ata foi entendida como apta e a empresa como idônea. Então, não se trata da Prefeitura de Aracaju querer comprar de quem ela quer. Essa ata, a renovação dela, tornando-a apta novamente, e o atestado em relação à empresa é que devem ser questionados pela oposição. A questão da nota fiscal foi plenamente superada. Eu acho que, talvez, a oposição não tenha lido o contrato que prevê os dois momentos de entrega: a entrega técnica e a entrega oficial. Talvez a oposição não tenha lido o contrato que prevê isso. Eu até agradeço a informação que foi trazida pela primeira vez nesta Casa, eu acho que foi o Nelson Felipe que falou que o ônibus a gás é mais poluente. De fato, é uma surpresa para nós, não sabíamos, eu também não entendia dessa forma. Bom saber, bom alertar ao governador também do Estado, que tem empreendido uma defesa nesse caso. É bom alertar ao governador que o ônibus a gás polui mais do que o que a gente acredita. Foi dito aqui, como um resumo, que algumas outras cidades já não aceitam mais ônibus novos se não forem elétricos. Isso é algo que tem que ser considerado aqui, quando se leva ao Plenário a informação: “Não, poderia ter sido ônibus X, poderia ter sido ônibus Y”, mas por que Aracaju não pode entrar nessa rota de renovação, a expressão utilizada pelo superintendente, rota irreversível, caminho irreversível da eletrificação da frota? É importante registrar que o ônibus e o preço, ele foi configurado e adequado para as linhas de Aracaju. Essa história de autonomia para carro elétrico é importante, porque até o veículo de passeio, o BYD e outras marcas estão passando, enfrentando problemas de carregamento. E nós não estamos enfrentando problemas com isso, porque esses ônibus vieram para o período de teste. Eu acho que a informação mais relevante de todas, nesta manhã, foi uma fala, não sei se foi do André, o empresário, ou do Nelson, quando ele disse: “Não existia nenhuma ata vigente para a compra, senão esta”. Isso derruba por terra qualquer tipo de insinuação, se não existir outra opção e essa era a única, não há mais o que se falar. E falou-se também sobre o porquê desse preço. Já é plenamente discutido aqui que a diferença de preço de uma compra estadual para uma compra municipal, por conta da diferença de ICMS, por conta da autonomia da bateria, que corresponde a 50% do preço. Há, então, a comprovação de que o preço está adequado à realidade do mercado. Então, qualquer tipo de insinuação aqui vai confundir a opinião pública e confundir, inclusive, o munícipe de Aracaju. Se está plenamente comprovado que esse é o preço de mercado, participado de diversos certames de

licitações com esse modelo e esse preço já comparado. Então, eu acho que a gente tem que tomar muito cuidado com esse tipo de insinuação. Apenas um registro: parabenizar o superintendente Nelson, o procurador Hunaldo e, pela primeira vez, um empresário que saiu da sua cidade e se dispôs, voluntariamente, aos munícipes de Aracaju. Essas três pessoas não foram convidadas, convocadas ou intimadas, foi um pedido da prefeita Emília Corrêa, por transparência, que fez com que eles estivessem aqui nesta Casa hoje, sem que eles tivessem sido sequer convocados formalmente. Então, o empresário saiu voluntariamente da sua empresa e da sua terra para vir para cá trazer esses esclarecimentos necessários. Então, se fosse depender dos que hoje estão insinuando suspensão, os elétricos só chegariam em Aracaju em 2030. É isso, Nelson Felipe? Em 2030, se chegassem. O processo licitatório, inclusive, não dura mais do que 6 meses. Portanto, que os elétricos voltem rapidamente para as ruas de Aracaju. Por fim, a gente poderia, inclusive... Aí eu me dirijo para a oposição, porque saíram *cards* recentemente com os rostos de alguns vereadores, talvez por instrução, por um posicionamento contrário, saíram *cards*, postagens, fotos raivosas com as nossas imagens. A gente poderia, inclusive, fazer fotos com o *card* dos vereadores de oposição dizendo: “Foram eles que tiraram os ônibus de circulação”, mas nós não temos esse expediente. A gente não tem essa intenção de fazer isso com o rosto de quem é da oposição. A gente pensa diferente. Por isso, eu queria fazer uma pergunta para encerrar a minha participação aqui: de onde partiu a suspeição da aquisição de compra dos elétricos de Aracaju que chegou ao resultado de uma cautelar do Tribunal de Contas questionando essa compra? Partiu essa suspensão que provocou essa decisão cautelar, não definitiva, do Tribunal de Contas, de onde? Essa é a minha pergunta e agradeço pela disposição de vocês estarem aqui.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Isac.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – INTERPELANDO

Muito obrigado, presidente Ricardo Vasconcelos. Eu vou usar uma retórica já conhecida, mas que eu penso que é importante ser dita e não é clichê. É um dia histórico e demarca a nova gestão da prefeita Emília Corrêa. Por que digo isso, senhor Hunaldo Mota, senhor André, e senhor Nelson Felipe? Vejam, esta Casa passou um ano, 12 meses, em uma batalha colossal para que o então superintendente, Renato Teles, viesse a esta Casa. Foi convite, foi requerimento, Ricardo teve que ameaçar, vir por coerção,

porque a SMTT, o superintendente não queria vir a esta Casa. A oposição não convocou os senhores, não fez requerimento. Quem convidou os senhores para vir aqui foi a situação. Foram os vereadores de situação, reunidos com a prefeita Emília, que solicitaram isso à prefeita Emília. Nós queremos debater esse assunto cara a cara, porque eu só defendo uma gestão que tem a coragem de enfrentar a crítica cara a cara, e foi isso que foi feito aqui, ponto a ponto. Eu vi algumas inverdades serem faladas ali atrás, que a ata estava eivada de falhas, que a ata estava sendo questionada. O André colocou todos os pontos das atas, e o Hunaldo Mota colocou também. Então, vejam uma coisa: a gente teve coragem de não fazer um discurso apenas para enganar a galera. “Não, está bom...”. Porque nós sofremos aqui ataques duros da oposição, eu subi à tribuna, o Lúcio disse: “Não vai defender, não?”. Eu disse: “Calma, há tempo para tudo debaixo do sol”. Lúcio já estava intempestivo, já estava querendo... “Calma, vamos trazer os representantes, que eu tenho certeza de que não há nenhum dolo nesse processo, não há nenhuma mácula nesse processo”. Houve uma implicação da história da certidão da Secretaria do Tesouro Nacional, houve, de fato, a dificuldade de concluir o contrato. É verdade isso. Agora, na escolha da ata, não houve falha alguma. No valor do ônibus, apontem-me uma cidade que comprou a esta empresa um ônibus mais barato que Aracaju comprou. Digam isso: “Olha, a empresa de lá, Curitiba, comprou mais barato”. A Prefeitura. Se você me mostrasse isso aqui, eu renunciaria à liderança e ia para a oposição, mas foi demonstrado nesta Casa que não houve superfaturamento. Quem disser isso está mentindo. Outra coisa, cá para nós, parem de querer fazer de Emília um ser menor. Todo mundo pode aderir à ata. O Governo do Estado aderiu a mais de 40 atas, a prefeita Emília não pode aderir a uma ata? Espera lá, meu irmão. Para fazer oposição tem que tomar cuidado com as coisas. Quer dizer, esse mundo da política que a gente coloca o outro no canto da parede. Não acue o gato, ele vai para cima de você. Havia só uma ata, era legítima. Já havia decisão do judiciário da legitimidade da ata, por que a SMTT não poderia fazer negociação com essa ata? Por que Emília não poderia escolher não fazer a licitação? Por quê? Fábio pode. O Governo Federal pode. A prefeita Emília não pode? Pode. Pode, Fábio. Pode. Fábio não errou, não, meu amor, é um instrumento de celeridade da administração, ou não é isso? A Emília tem o pé podre, como disse o Rodrigo Fontes? A Emília não pode, não? Pode. A SMTT não pode, não? Pode. Pode e deve. Pode, Fábio, e deve, quando perceber que não há nenhum tipo de desvio de conduta, de malversação do erário municipal. Portanto, meus irmãos, entendam uma coisa: eu olho para vocês, eu, hoje, vou dormir feliz demais, mas vou

mesmo, sabe por quê? Porque fomos nós que convidamos os senhores. Eu sou de uma época que era a oposição fazendo requerimento. “Presidente, o senhor não vai convocar?” Eu dizia: “Ricardo, se o senhor não convocar, o senhor está prevaricando”. Ele: “Calma, rapaz. Se ele não vier, eu vou entrar com a justiça...”. Foi assim. Então, nós passamos para um outro patamar de relação entre a Câmara e o Executivo, o jeito republicano de se fazer política. Agora, tem uma coisa, as pessoas podem escolher outros modelos, outras alternativas de tecnologias, ônibus elétrico, ônibus a gás. Eu sou um daqueles defensores de que o ônibus a gás venha a ser parte da nossa frota por conta da nossa capacidade de produzir gás. A gente tem todo um arcabouço para isso. Então, eu quero encerrar dizendo o seguinte: enquanto houver situação e oposição, a verdade se estabelece. Eu acho que hoje, nesta Casa, está mais do que provado que aquilo que Jesus fez com Pedro, nós fizemos hoje. Pedro negou Jesus três vezes. Três vezes. Os guardas ameaçaram Pedro e ele negou três vezes. Você é discípulo de Jesus? Ele: “Não”, três vezes. O que Jesus fez com Pedro? Quando ressuscita, pergunta a Pedro três vezes: “Pedro, tu me amas?” “Amo, Senhor”. Novamente Jesus: “Pedro, tu me amas?” Ele: “Amo”. Terceira vez. Porque ele queria aplacar da mente de Pedro a dúvida. Hoje, os senhores fizeram isso, disseram: é verdade, é possível, a ata é legal, o transporte elétrico pode ter em Aracaju como pode ter em qualquer lugar do Brasil. E para mim esse assunto está encerrado. Eu não debato mais aqui, eu não vou debater mais. Eu não vou entrar em questões... Não, eu não. Eu vou andar é para a frente. Eu vou olhar os ônibus funcionando. Eu quero ver Aracaju com os elétricos, a gás, a Euro V6. Eu quero ver o transporte de Aracaju com dignidade, porque nós passamos mais de décadas de governo de esquerda, de direita, sem ter transporte coletivo de dignidade nesta cidade. Essa é a grande verdade. Muito obrigado aos senhores por terem vindo aqui. Muito obrigado por existir a oposição, mas nós estamos partindo para um patamar diferenciado, um patamar republicano na discussão dos grandes temas de Aracaju. Obrigado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Depois dessa fala eufórica, mas entusiasmada, do nosso líder Isac, nós vamos ouvir agora Fábio Meireles e, depois, eu encerro.

FÁBIO MEIRELES – PDT – INTERPELANDO

Só para agradecer, eu já falei, porque teve só uma... Soneca, só me permita aqui.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Eu entendi Fábio dizer que não tinha falado ainda. Vamos, Fábio, só um questionamento rapidinho.

FÁBIO MEIRELES – PDT – INTERPELANDO

Primeiro, uma fala que foi passada para André, que não compete a André e ele está certo quando, a posteriori, disse: “Não é comigo”, porque os ônibus, em Aracaju, vieram para cá, mas não foram pagos, e os senhores sabem disso. Sabem muito bem que a forma que foi feito o processo pulou um pouco o espaço do outro. A forma de você mandar para a Casa Legislativa, para apreciação e aprovação, perfeito. Quando vocês empenharam e contrataram dia 30 de maio – os senhores contrataram dia 30 de maio – e os senhores empenharam dia 16 de junho para, no dia 30 de julho, os senhores enviarem para o Tesouro Nacional, e o senhor sabe que o caminho era outro. Era primeiro a aprovação e depois encaminhar para o Tesouro Nacional, que Hunaldo, inclusive, concordou e falou que esse é o passo a passo. E o fato, senhores, dos ônibus não estarem rodando aqui não é da oposição, não, viu, Lúcio? Vou falar diretamente pra você, que eu gosto de falar claramente como você gosta, não é da oposição nem do Tribunal de Contas do Estado. Os ônibus chegaram aqui, não têm nota fiscal, não têm placa, rodou em Aracaju cobrando passagem da população aracajuana, senhor André, e os senhores sabem disso, que a minha maior reclamação sempre foi essa. Não foi o Tribunal de Contas, não foi a Câmara Municipal de Aracaju, Isac, que retiraram os ônibus. Retiraram porque a prefeita apresentou como aquisição do município de Aracaju e, hoje, os ônibus não conseguem rodar e, infelizmente, é uma narrativa que os senhores criaram em dizer que foi o Tribunal de Contas do Estado que pediu para que se retirasse para não circular. Não é verdade, por favor. Não é... Só um pouquinho, eu ouvi o senhor. Não é a verdade. Os ônibus de Aracaju, hoje, não rodam porque não têm o aval da Secretaria do Tesouro Nacional. Ainda hoje, dia 21 de agosto, não tem a liberação. Ah, foi para a Procuradoria-Geral da República, se eu não me engano. Está aqui. Documento oficial, senhor presidente. Dia 21 de agosto, encaminhado à PGFN com manifestação técnica favorável. Vinte e um de agosto. Então, colocar nas costas, nos ombros do Tribunal de Contas, eu precisava falar isso ao senhor, a quem tenho muito carinho, tenho muito respeito, mas não é correto e não é justo colocar o peso sobre esta Casa, como a fala de Lúcio Flávio indica isso, ou ao Tribunal de Contas. Não é verdadeiro. O município de Aracaju errou no passo a passo para a aquisição do empréstimo que esta Casa aprovou por unanimidade, Lúcio. E quando Vossa Excelência fala em relação aos *cards*, eu não tenho conhecimento de *card*. O *card* em que foi

colocada a sua face e a minha face foi o do 6 por 1. Então, por favor, não coloque meias-verdades em uma fala que nada tem a ver com o transporte público de Aracaju. É preciso que Aracaju, senhor presidente, e esse é um momento muito especial, é preciso que o município de Aracaju, na pessoa do seu Hunaldo, na pessoa do Nelson Felipe, possa responder em definitivo o porquê de não ter feito o passo a passo de forma correta, sabendo que os senhores não tinham a certidão previdenciária para a aquisição do empréstimo que nós aprovamos nesta Casa, e não teve contrário da oposição, não, senhor presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Ok. Vereador Soneca.

SONECA – PSD – INTERPELANDO

Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores, eu quero... Agora são 14h... Vai dar 14h ainda, 13h50. Eu quero subscrever, senhor presidente, toda a fala aqui do querido amigo Isac Silveira. Isac foi cirúrgico. Graças a Deus, eu, na condição de vereador, que já estou aqui nesses três mandatos, estou começando a ficar cada dia mais feliz, vereador Isac, porque nós, enquanto vereadores e vereadoras, estamos fazendo história para o povo de Aracaju. Porque eu não via, por parte da SMTT, no passado, isso que está acontecendo aqui, e se hoje está acontecendo esta audiência aqui, senhor presidente, é porque nós temos um presidente que, de fato, quer mostrar para o povo aracajuano... É, o presidente realmente vem fazendo o que nós todos tenhamos orgulho, porque é um presidente que aqui não existe base e oposição, todos são vereadores. E hoje eu saio daqui, senhores, tranquilo... Já saí daquela reunião que tivemos, e foi bem esclarecida, porque enquanto nós estamos aqui nessa de um quer saber da ata, outro quer saber se é básico, outro quer saber se tem, se não tem. Quem quer saber de tudo isso, quem quer saber, quem quer usufruir é o povo, meu irmão, que está doido que os ônibus... Porque todos que estão aqui nesta Casa sabem o que era no passado e se hoje a prefeita Emília está tomando essas atitudes, é porque ela quer mostrar para os aracajuanos que só não faziam porque não queriam, porque está aí. Quantos ônibus já não foram trocados? E a gente vai ficar aqui só botando pedra no caminho de quem quer executar? Então, eu quero parabenizar a prefeita Emília pela força de vontade de transformar o transporte público de Aracaju e pode ter certeza de que, daqui a dois anos, a gente vai ter um Aracaju com mais ônibus e não menos ônibus, porque era o que a gente tinha no passado, que era as cascata e os ônibus quebrando, deixando os pais de

família sem chegar ao seu destino. Então, parabéns a esta Casa, parabéns ao presidente junto a Isac, que trouxe essa discussão que é louvável, é direito de todos os vereadores e vereadoras, tanto da oposição quanto da situação. E eu tenho certeza de que é de agora para frente, que é isso que o povo quer. O povo não quer que fique só nesse “mimimi”, nesse “blá, blá, blá” que está aqui dentro, porque nós sabemos das intenções de vários aqui, próximo ano está chegando, o povo quer saber é de ter ônibus com qualidade, que é isso que a prefeita de Aracaju está fazendo pelo povo aracajuano. Parabéns a todos e a todas e que a gente possa ir agora resolver as outras questões fora daqui desta Casa, porque a gente tem que dar resultado todos os dias, Presidente. Oh, você entendendo.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Bigode, você já falou? Não, Lúcio, ainda falta falar? Já falou? Lúcio, então só falta Bigode. Eu tenho um compromisso agora aqui, eu vou fazer uma fala rápida. Veja, é nessa linha também que Isac e Soneca falaram, todos vocês falaram. É importante que a população de Aracaju e todo mundo saiba que ninguém está torcendo pelo “quanto pior, melhor”. Jamais, nem vereadores de oposição, nem vereadores de situação, ninguém torce para que um processo desse, André, Hunaldo e Nelson, de aquisição de novos ônibus, ônibus sustentáveis, ônibus que apontam Aracaju para o futuro, dê errado. O que nós esperamos é que essa contratação, essa aquisição, não tenha nenhum tipo de prejuízo para o erário, que ela seja feita ao arrepio da lei, com segurança jurídica. Então, eu vou continuar torcendo, Isac, e dando um voto de confiança. Eu acho que só erra, Camilo, quem tenta fazer. É natural da vida, se houve qualquer tipo de erro, ainda há tempo para o Executivo consertar. O que não pode é a gente, André, assistir a isso que aconteceu, a população recebeu os ônibus e, do dia para a noite, perdeu os ônibus. Ônibus bonitos, confortáveis, sustentáveis, mostrando que Aracaju não é um ponto fora da curva, que Aracaju está mais no processo de desenvolvimento da humanidade. Então, eu faço até um apelo: prefeita Emília, o Tribunal de Contas disse que não precisava tirar os ônibus das ruas. Vossa Excelência está vendo o processo transcorrer com certa segurança, não há nenhum tipo de problema. Se as empresas, Diego, toparam liberar o ônibus antes de receber o pagamento, é por conta e risco delas. Os ônibus chegaram aqui, o município tinha contrato assinado, tem contrato assinado, com empenho, pronto. Há uma garantia de pagamento. Se as empresas já mandaram os ônibus, eu não quero os ônibus parados empoeirando, não. Eu quero pôr os ônibus servindo ao povo de Aracaju. Então, meus amigos... Mas eu quero no papel, preto no branco, não há nenhum impedimento para os ônibus rodarem. Não havendo os

impedimentos, a gente pede que os ônibus voltem a circular, porque quem está perdendo com isso... Porque ainda tem ônibus ruim na rua, viu, Nelson? Essa semana eu vi um dessa empresa de Minas, ele está pintado, bacaninha, com aspecto de novo, mas não estava bacana, não, rodando na Zona de Expansão. O ônibus parecendo aqueles teco-tecos na região da praia. Você já viu, Joaquim? Mas a gente já viu, Fábio... Veja, é importante, Isac, a gente deixar claro uma coisa, Nelson: ainda que tenha toda essa discussão, a discussão gira em torno da gente querer que o erário público não tenha nenhum tipo de prejuízo, mas é preciso reconhecer a iniciativa. O primeiro passo foi dado, renovar a frota, ampliar a frota, colocar ônibus confortáveis para a população, porque é muito cômodo para quem não usa o ônibus, só ficar, Hunaldo, discutindo, às vezes, o sexo dos anjos. Muitas vezes, engolindo o elefante e se engasgando com a formiga, e não é isso que a gente quer. O que a gente quer é a qualidade chegando na ponta. É para quem está pagando o salário da gente, é para quem colocou a gente aqui. E a discussão da oposição e dessa base, como o Isac disse, uma base inquieta, fiscalizadora, questionadora, que Emília vem disso. Então, a Emília está acostumada com a sua base. Sua base não vai ser aquela base de outrora, uma base amordaçada, uma base que não podia, meu Deus do céu, sequer apontar qualquer tipo de possível irregularidade, que já havia um sistema todo para engolir a gente. Agora não tem mais isso. Emília respeita, Emília dialoga com a gente, ouve e compreende o papel do vereador, de agente fiscalizador, de agente proponente, de agente parceiro. Então, eu quero pedir a Vossas Excelências que continuem investindo, porque por parte dessa Câmara sempre vai ter apoio. Já aprovamos dois empréstimos e, tendo saúde financeira o município de Aracaju, e sendo bom para o povo e para o desenvolvimento da cidade, a gente aprova mais. Porque é aqui que nós vivemos, é aqui que nossas famílias vivem, nossos amigos, nosso eleitorado, nosso povo. Então, a gente tem que transformar Aracaju em uma cidade cada vez mais próspera, uma cidade cada vez mais pujante, que ela está de verdade... Não na retórica política, mas de verdade, se desenvolvendo. A cidade do marketing, a cidade da propaganda ficou para trás. O que o povo quer ver é o ônibus rodando, é o desenvolvimento chegando, é a qualidade de vida sendo sentida na pele, e a gente vê isso com essa iniciativa do Euro 6, que veio através do PAC e também do empréstimo que a gente autorizou, o ônibus elétrico e tantas outras obras que estão aí na cidade. Então, ninguém aqui se sinta, André, Hunaldo, Nelson, constrangido por qualquer tipo de questionamento. Isso é natural da política, isso é natural das nossas atuações, tanto de vocês como as nossas. A gente está para isso, para questionar e para

responder. E não ache, em nenhum momento, que um possível erro é margem para a gente destruir com a vida, com o nome, com a história de quem quer que seja. Não é isso aqui, não há sentimento de caça às bruxas, não há sentimento de tornar Emília inlegível, que eu não sei de onde minha prefeita tirou isso, mas é natural da nossa atuação. Nós não podemos prevaricar. Nós não podemos fazer vista grossa para o que quer que seja. Nós estamos aqui para contribuir, para nos somarmos a tudo aquilo que interessa à cidade e ao nosso povo. Vocês percebiam que até os questionamentos mais duros, de pano de fundo, têm esse sentimento, que é o quê? Ajudar vocês a não errarem, porque se vocês erram, a gente pode ser levado a tomar uma outra providência mais chata, mais dura, e a gente não quer isso, e, se vocês errarem, os benefícios não chegam, o prejuízo aparece. Então, contem sempre com a gente, recebam sempre as críticas da forma mais positiva possível, porque aqui, como o Isac disse, como Soneca disse, a gente vive um novo momento, um momento de muita maturidade, um momento de muita responsabilidade com a coisa pública, e tentando, ao máximo, deixar a política de lado. Não tem negócio aqui de que foi eleito em base de fulano, não foi eleito, que apoiou, não apoiou, não existe isso. Depois que nós somos eleitos, nós estamos todos juntos num barco só para fazer as coisas darem certo. Então, muito obrigado pela vinda de vocês. Bigode, talvez seja o último. O vice-presidente já vai assumir a cadeira, eu tenho outro compromisso agora, mas muito obrigado. Está vendo como é bom vir aqui para explicar? Tem que fazer isso. Diferentemente, Nelson, do seu antecessor, que adorava zombar da cara da Câmara e, por isso, é que agora tem uma CPI. É, mas aí você chega lá, não tem nada. Então, é o que a gente pede para que continue dando essa atenção, como vocês deram, no dia de hoje, à Câmara, que a Câmara é um poder constituído e que deve, sim, ter os seus questionamentos, as suas inquietações respondidas, porque nós estamos aqui para também dar satisfação ao povo e o povo espera muito isso da gente e de vocês, da gente e de vocês. Muito obrigado por vocês terem vindo. Bigode, com a palavra.

BIGODE DO SANTA MARIA – PSD – INTERPELANDO

Eu vou ser breve. Eu quero dar boas-vindas a Nelson Felipe, a Hunaldo, a André e dizer para os aracajuanos: Nelson, você está fazendo a diferença dentro de oito meses, o que na outra gestão não fez em quatro anos. Eu estou vendo o trabalho que você está desenvolvendo em Aracaju, as rampas ali na Avenida Antônio de Carvalho, as faixas de pedestres – isso no 17 de Março –, as faixas de pedestres feitas, aqueles pontos que você fez ali no GBarbosa, naquela parte que chamam de Enox. Isso é que é olho de águia e

vontade de trabalhar para o povo, Nelson. Eu tiro o chapéu para você, Nelson. E a prefeita Emília Corrêa tem vontade e desejo de resolver esse problema desses ônibus. O povo é quem está sofrendo com essa situação, mas a prefeita Emília Corrêa tem muita vontade e garra de resolver o problema desses ônibus e resolver os problemas de Aracaju. Tenho certeza disso aí. A gente percebe nela a vontade de resolver esses problemas. Quero agradecer a presença de todos os senhores, e principalmente do André, que eu sei que veio de muito longe, e esclarecer para o povo de Aracaju a situação dos ônibus. Muito obrigado, Nelson. Muito obrigado, Hinaldo. Muito obrigado, André. Muito obrigado a todos. Um abraço. Fiquem com Deus.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Calma. A gente já vai encerrar aqui agora. Tem um pela ordem aqui rapidinho do vereador Camilo Daniel. Eu vou passar aqui agora para o pessoal poder fazer as considerações finais e a gente já encerrar, que tem uma audiência pública também para poder começar logo em seguida. Pode falar.

CAMILO DANIEL – PT – PELA ORDEM

Senhor presidente em exercício, Pastor Diego, só para comentar o seguinte: da mesma forma que eu coloquei aqui na tribuna, inclusive rememorando aqui o fato da compra da Educação, daquele problema todo da denúncia que o vereador Isac fez lá atrás, da mesma forma que ali, depois da explicação de Ricardo Abreu, eu, particularmente, naquele momento, não vi motivo para assinar a CPI, da mesma forma que eu levantei a hipótese de construção de uma CPI, eu também, momentaneamente, desarmo essa possibilidade. Lembrando e relembando aqui que nós vamos reavaliar a questão do preço dos ônibus para ver se bate e acredito que vai bater, porque duvido que Vossas Excelências trariam informações equivocadas aqui para a gente, mas, momentaneamente, nós aqui... Já dialoguei aqui com a Professora Sonia Meire, apresentando nossas razões. Falei com o vereador Fábio Meireles. E acho que foi muito importante a apresentação de Vossas Excelências. Veja, nós estamos aqui há duas horas e sete minutos, e cada minuto aqui, presidente Ricardo, foi importante para que boa parte das dúvidas fossem sanadas. Eu acho que ainda tem coisas a serem respondidas com mais precisão. Por exemplo, a história do porquê que os ônibus estão, sem que o empréstimo tenha sido liberado pelo STN. Mas compreendo também que o Tribunal de Contas do Estado, através de vários conselheiros, já se posicionou sobre isso. E, se houver entendimento político, e se houver vontade política desta Casa, nós retornaremos

a este debate. Mas, por ora, eu acho, na minha avaliação, que está encerrado. Se houver, depois, outro entendimento por parte dos vereadores, nós levantaremos com a maior tranquilidade do mundo. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Quero aqui parabenizar Camilo pela hombridade, pelo reconhecimento da importância dessa fala e registrar o seguinte: hoje é um dia histórico nesta Câmara, como disse o Vereador Isac Silveira. Pela primeira vez, eu vejo isso acontecer aqui, em que vêm os representantes do Executivo, ficam aqui respondendo a todas as perguntas e, depois, a oposição, através de Camilo, se manifesta, mesmo que de forma temporária, removendo a ideia de CPI. Então, isso mostra a importância desse diálogo entre o Executivo e o Legislativo. Vou deixar agora os nossos amigos aqui fazerem as considerações finais, para que a gente já possa fechar e fazer o encerramento deste momento.

ANDRÉ COSTA – REPRESENTANTE DA EMPRESA TEVX HIGER

Primeiro, agradecer ao presidente em exercício, aos vereadores; renovar esse nosso voto de parceria com a municipalidade, ou seja, a TEVX não está em Aracaju para atrapalhar, nós estamos aqui para ajudar, nós temos muita segurança da qualidade, da conformidade dos nossos produtos e dos nossos processos. Nós somos uma empresa listada em bolsa, com *compliance*, cláusula de não corrupção, ou seja, nós somos mais auditados de maneira privada do que qualquer órgão público. Então, nós temos muita segurança em relação à integridade do nosso processo. Renovar os votos aqui de parceria com o Executivo e dizer que, se for vontade do Município, nós estamos à disposição para sair de 15 para 30, para 40, para 50, para 100, para 450 ônibus. Fazer uma provocação para esta Câmara, para aprovar um Projeto de Lei semelhante ao de São Paulo, em que um ônibus a combustão tem que ser, obrigatoriamente, substituído por um ônibus de fonte renovável. Eu acho que as iniciativas legislativas dessa natureza são muito boas. Agora, por fim, e talvez o mais importante que eu fale nesta minha fala, eu gostaria de renovar um voto e um testemunho de integridade da Prefeitura e do Executivo de Aracaju, não só na pessoa do doutor Hunaldo, na pessoa do doutor Nelson, que estão aqui como testemunhas, mas, sobretudo, no nome da prefeita Emília. Eu, na função que eu exerço, interajo com o Poder Público Estadual, com o Poder Público Municipal, todos os dias da minha vida. E eu posso lhes dizer, dar um testemunho factual, que os senhores têm no Executivo da cidade uma pessoa da mais

altíssima seriedade, da mais altíssima integridade e de uma compreensão de futuro da cidade muito própria, que talvez só a sensibilidade de uma mulher possa trazer na posição que ela exerce. Então, eu quero fazer esse testemunho aqui público, porque eu acho igualmente importante a ousadia, a coragem que ela teve de enfrentar determinados interesses, porque claro que numa eletrificação de frota, você está enfrentando interesses poderosos de quem ganha dinheiro com as fontes não renováveis. Ou seja, a coragem que ela teve de fazer esse debate em 2025 é digna de aplausos e, onde eu estiver, eu vou sempre renovar esse exemplo, esse testemunho de integridade, de seriedade, não só dela, como da sua equipe, na condução dos seus processos administrativos. Muito obrigado.

NELSON FELIPE – SUPERINTENDENTE DA SMTT

Primeiro, gostaria de agradecer, mais uma vez, o convite, a todos vocês. Agradecer, realmente, de forma muito respeitosa e transmitir de novo o meu compromisso de respeito com esta Casa. Estou à disposição sempre, presidente Ricardo... Eu vou responder, está aqui. Agradecer ao presidente Ricardo, o presidente Pastor Diego, meu amigo Joaquim da Janelinha, a todos vocês que estão aqui, e dizer ao presidente Ricardo e a todos vocês, que se se sentirem confortáveis, a cada vez que virem essa situação como a que o presidente Ricardo falou agora há pouco, de um ônibus em mau estado de conservação, podem me informar. Eu não tenho nenhum constrangimento em mandar tirar de circulação. Nenhum. Até porque eu não tenho compromisso com nenhuma empresa. Então, se encontrarem veículos rodando em mau estado de conservação e segurança, podem me informar que eu mando... Hoje mesmo, quando eu estava vindo para cá para a Câmara, como eu moro na Zona de Expansão, eu encontrei um ônibus quebrado. Um ônibus até novo, mas que é uma máquina, estava ali em frente àquela nova Smart Fit, na Melício Machado, e já de pronto informei que era para ser substituído naquele momento, não era para deixar a população sem ser assistida. Então, o meu compromisso realmente é esse e não com nenhum tipo de empresa. Quanto à usina, vereador Breno, a prefeita Emília já pediu à Energisa uma avaliação do melhor local para a implantação da usina. O processo licitatório já está sendo montado, todo ele está sendo montado pela Comissão de Licitação da Prefeitura, através do Cristiano Cruz, e acredito que já em breve vai haver a licitação. Não se pode ter ata, porque não se tem ata de usina, mas vai ser feito o pregão eletrônico para a aquisição da usina e, já, já, a gente vai ter tudo isso já bem colocado. E o vereador Fábio, acho que foi Vossa Excelência que falou da questão do governador sobre os

ônibus a gás e o vereador Isac... Não, foi o vereador Isac. Ontem, na reunião lá na prefeitura, do consórcio, a gente explicou para o governador, viu, vereador Fábio? Explicamos para o governador, e o vereador Breno pode nos confirmar, e, mais uma vez, eu digo: se eu estiver mentindo, corrija-me; que o ônibus a gás, ele polui muito mais, na verdade, do que o ônibus elétrico. Tanto é que no final da reunião, o governador já estava até falando se existia uma possibilidade de ter ônibus a álcool, porque é um combustível renovável e limpo, mas que também polui. Então, é essa a situação. Eu agradeço, mais uma vez. Estou à disposição de todos vocês. Não quero, Pastor Diego, ser comparado de novo ao meu antecessor, pelo amor de Deus, não me faça mais isso, e nem confundido, porque alguém me chamou pelo nome dele, inclusive, não sei quem foi. Então, por favor, nada contra, nada pessoal, mas me ajude. Obrigado a todos.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Após a fala de todos aqui, eu convoco outra sessão para... Tem doutor Hunaldo ainda para falar.

HUNALDO MOTA – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Ficou para este momento... O vereador Camilo mencionou que ficou uma coisa ainda pendente, que seria o preço dos ônibus. Aliás, o senhor entendeu meio que como já clareado esse ponto, ou pelo menos um pouco elucidado, mas eu vou dar um dado mais importante para a gente acabar de sacramentar isso de vez. No processo cautelar, existem dois denunciante: uma pessoa física, sergipano, e a concorrente da TEVX. A concorrente, isto está lá dentro do que eu estou falando aqui, está dentro do processo. A concorrente, logicamente, fez os argumentos dela na denúncia, mas também menciona que participou do mesmo processo no Pará. Sabe qual foi o preço dela nesse mesmo processo? R\$ 3,45 milhões. É ela que está dizendo dentro da denúncia que ela mesma está formulando no Tribunal de Contas. Então, se a concorrente cotou a R\$ 3,45 milhões, um parâmetro de preço maior não poderia existir do que a própria denunciante dizer o preço dela, do ônibus. Está lá, esse é um fato. Eu não sei como é o nome da empresa, André. Ankai. É um mercado muito pequeno, enfim, mas eu tenho que ter a responsabilidade de olhar o que é documento para poder trazer informações. Isso. Mas dentro do processo do Tribunal de Contas, ela mesma informa, no texto da denúncia dela, qual foi o preço que ela praticou no Pará. Terminou sendo desclassificada por outras razões, mas o preço foi R\$ 3,45 milhões. Então, parâmetro melhor do que esse

para preço, acho que não existe, uma confissão do concorrente. Bom, empolguei-me demais com a prova do preço... Primeiro, a Ata de Registro de Preços não foi invenção minha, não é invenção da atual gestão. Veja, é uma lei federal, é algo que já existe há muito tempo, e a lei federal recente de licitações fomenta esse tipo de contratação mediante Ata de Registro de Preços. Isso não foi criado à toa. Tem que ter um propósito, tem que ter um sentido. Senão, ninguém aderiria à Ata de Registro de Preços, tudo seria uma licitação tradicional. Tem que ter um sentido. O espírito da lei é justamente dar esse fomento, essa celeridade para os órgãos públicos. Então, uma Ata de Registro de Preços não é bicho de sete cabeças, não é nada que não se possa acompanhar, não é nada que não possa ser seguido. Foram nossos legisladores federais, com experiência de tempo, de uma legislação anterior que redundava de 93, ou seja, há quase 30 anos, e a experiência mostrou que o registro de preço deveria ser mantido e foi mantido com a legislação nova de 2021. Então, não tem bicho de sete cabeças com a Ata de Registro de Preços. Ela está aí porque foi experiência do legislador, mostrando que isso não... Ela tem que ter um propósito, senão, você vai fazer uma lei sem ter espírito, sem sentido. Para mim, é muito tranquila essa adesão. Não vejo qualquer ressalva. Eu, enquanto gestor, não teria tomado outra decisão, teria tomado exatamente essa decisão. E ressaltando que essa Ata de Registro de Preços, o contexto em que nós encontramos, como foi ressaltado até aqui pela vereadora Sonia Meire e pelo colega Nelson, foi dentro do contexto de uma COP30, onde se estava discutindo exatamente a sustentabilidade. Então, como é que você vai, primeiro, deduzir que uma Ata de Registro de Preços dessa, num contexto desse, vai ter algum tipo de falha? Não. Nós não tínhamos tido ciência, e tanto é que não tem problemas, que ela foi renovada para até 2026, posterior a todas essas análises do Tribunal de Contas do Pará. Então, está lá, a ata de registro de preços está válida. Não é válida porque começou em 2024 e ainda está válida; ela foi renovada por mais um ano. Então, se ela foi renovada por mais um ano, mesmo depois de todas essas tempestades de questionamento no Tribunal de Contas do Município do Pará, é mais uma prova de que ela, sim, tem validade, dentro dos seus princípios constitucionais previstos no Artigo 37: moralidade, impessoalidade, publicidade... Sinceramente, eu tenho orgulho de estar aqui defendendo a pauta, agradeço à prefeita que nos confiou. Essa tarefa aqui não é fácil, não é, doutor Fábio? Mas, enfim, agradeço a oportunidade, primeiro, dela ter me confiado, e, depois, é com a oposição que a gente cresce, é com a oposição que a população conhece os detalhes. É uma oportunidade de vir aqui prestar contas ao povo. Eu sou o servidor público, estou,

não sou de carreira, mas estou servidor público e, antes disso, sou um cidadão. Então, de alma lavada e muito tranquilo de que o dever está cumprido. Sem qualquer receio, eu iria tranquilamente, novamente, para essa Ata de Registro de Preços. Hoje, nós temos uma questão legal que nos impede; foi um questionamento do vereador Fábio, aqui ao pé do ouvido, a questão de limitação. Nós só podemos aderir a 15, porque, senão, teríamos aderido aos 30. Eu só tenho aqui a agradecer à Casa, aqui na pessoa do nosso presidente em exercício. Enfim, a todos vocês pela oportunidade, e quem já teve contato comigo, quem já manteve, sabe que o meu celular é o celular de todos vocês. Não tem dificuldade. Às vezes, eu posso até demorar um pouquinho para responder, não é, Isac? Mas está ali, está anotado, pode ter certeza de que eu estou à disposição de qualquer um de vocês. Uma boa tarde e muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Não havendo mais quem queira falar, convoco outra sessão para o mesmo horário regimental, terça-feira. Sessão encerrada. Deus abençoe a todos.

[SESSÃO ENCERRADA]

Texto revisado por Maria Tereza Melo Mendonça.